



Universidade Federal de Uberlândia  
Instituto de Geografia

A expansão da cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG): o discurso da modernidade e as des-(re)-territorializações nos Cerrados do município de Ibiá

ARLEY HALEY FARIA

Uberlândia  
2011

ARLEY HALEY FARIA

A expansão da cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG): o discurso da modernidade e as des-(re)-territorializações nos Cerrados do município de Ibiá.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Área de Concentração:** Geografia e Gestão do Território

**Linha de Pesquisa:** Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural.

**Orientador:** Dr. Rosselvelt José Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

- F224e Faria, Arley Haley, 1984-  
A expansão da cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG) : o discurso da modernidade e as dês-(re)-territorializações nos cerrados do município de Ibiá / Arley Haley Faria. - 2011.
- 222 f.: il.
- Orientador: Rosselvelt José Santos.
- Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- Inclui bibliografia.
1. Geografia - Teses. 2. Geografia rural - Ibiá (MG) - Teses. 3. Cana-de-açúcar - Aspectos econômicos - Teses. I. Santos, Rosselvelt José. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

---

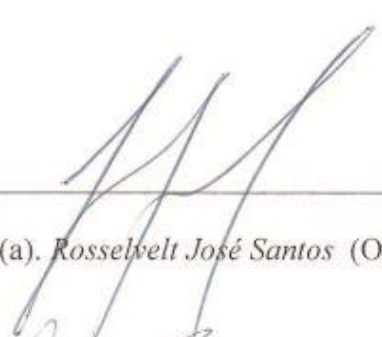
CDU: 910.1

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

## Programa de Pós-Graduação em Geografia

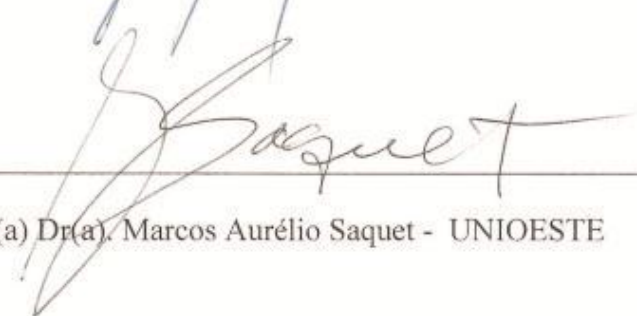
ARLEY HALEY FARIA

A expansão da cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG):  
o discurso da modernidade e as des(re)-territorializações nos Cerrados do Município de Ibiá



---

Prof(a). Dr(a). *Rosselvelt José Santos* (Orientador) - UFU



---

Prof(a) Dr(a). Marcos Aurélio Saquet - UNIOESTE



---

Prof(a). Dr(a). Mirlei Fachini Vicente Pereira - UFU

Data: 11 / 04 de 11  
Resultado: Aprovado

## LEITEIRO

*José Inácio Vieira de Melo*

Ser leiteiro é chamar certo  
na mão firme, na munheca,  
deixar a tina escumando  
sem derramar nas beiradas.

Muitos ordenham as nuvens,  
deleitam-se na abundância  
da espuma branca, da nata,  
e têm as mãos de pelica.

Outros apascentam rochas  
e tiram leite das pedras,  
trazendo nas mãos os calos  
dos peitos brutos da brita.

Há, porém, os sem rebanho,  
que por não terem palavra,  
nuvem, nem pedra ou gado,  
vivem para se ordenhar:

Insulsa masturbação,  
destempero verborrágico,  
revelando desespero  
invés de um êxtase orgástico.

Os verdadeiros leiteiros  
escrevem as alvoradas  
com a tintura sagrada  
dos peitos da vacaria.

## **AGRADECIMENTOS**

Um trabalho acadêmico não é uma construção individual. Por mais que nos esforcemos empregando tempo, paciência e muito trabalho, o resultado é produto de uma coletividade numerosa. No meu caso, particularmente neste projeto que agora se materializa, a coletividade foi tamanha que, por vezes, pensei em não agradecer nominalmente pelo medo de um eventual esquecimento a quem tanto dedicou comigo.

Ainda assim, mesmo correndo o risco de que alguns sejam esquecidos, por emoção do momento ou por distração mesmo, eu não teria o direito de confinar sob o véu do anonimato todos aqueles que comigo contribuíram com os mais diversos apoios. Seja um aporte financeiro, um gesto de carinho, um alento no momento preciso, uma contribuição intelectual, enfim, um emprego de energia que se materializou em algum momento da pesquisa e/ou da escrita deste trabalho. Peço desculpas àqueles que não apareceram nesta lista caso me falte lembrança ou humildade em reconhecer suas contribuições.

Obrigado primeiramente a Deus e ao meu mentor espiritual, por me retirarem das confusões que eu teimo (e às vezes adoro) embarcar.

A minha mãe agradeço as renúncias que fez por toda minha vida. Agradeço ao seu amor, carinho, respeito, companheirismo... as motivações que sempre me fizeram ancorar num porto de ternura e segurança. Agradeço seus ensinamentos que, se não me fizeram uma pessoa melhor foi por minha culpa e por eu ter fechado os olhos e os ouvidos às suas mais sábias e doces palavras. A ela tudo o que sinto de bom.

Ao meu amor, minha esposa, amiga e companheira Angela. Há 17 anos fazendo parte de minha vida. A pessoa que me fez continuar quando eu mesmo já não acreditava mais em mim. Obrigado pelo carinho, respeito, admiração e confiança que sempre demonstra. Obrigado por me ajudar a enxergar em mim uma pessoa melhor, obrigado por encorajar a despertar uma força que, se não foi adquirida sob sua companhia, veio à transparência por suas críticas e motivações.

Ao meu pai e à minha madrinha que não estando mais neste mundo material não poderão sentir minha admiração e agradecimento senão pelos bons

sentimentos que eu possa emanar e que a eles cheguem em forma de vibração num abraço de ternura e carinho. Obrigado por tudo.

Ao professor Rosselvelt, orientador e eterno motivador agradeço os anos dedicados em minha formação. O olhar atento e as críticas sempre pertinentes não só às “coisas” relacionadas aos trabalhos que desenvolvemos sob sua orientação, como quanto à minha postura enquanto estudante, pesquisador e principalmente enquanto pessoa. A ele o meu respeito e admiração.

Obrigado aos meus irmãos Álex e Max pelo companheirismo. Descobri neles a amizade verdadeira em todas as suas nuances de alegrias, raivas, brigas e o principal, crescimento. Agradeço pelo compartilhamento de tempos e espaços. São tantas histórias juntos, tantas vivências que já é impossível dissociar minha vida das suas. Já não há, por isso, individualidades; somos os três, de alguma forma, um só.

Agradeço ao meu sobrinho Mayck que chegou no verão de 2006 e desde então tem alegrado, iluminado e aquecido nossos corações e nossas vidas.

Um agradecimento especial aos amigos Rodrigo, Paulo, Braconaro, Ricardo e Thiago (X). O tempo de Uberlândia dedicado à minha graduação e ao mestrado não seria a mesma coisa sem vocês. Um muito obrigado pelos momentos de descontração, pelas cervejas bem tomadas, pelos alertas e puxões de orelha. Pela amizade incondicional.

Agradeço aos amigos do laboratório de Geografia Cultural e Turismo: Luana, Leomar, Jean, Grazielle e Rosquinha, obrigado pelo carinho, amizade e respeito.

Meu reconhecimento às contribuições da banca de qualificação, representada pelos professores Mirlei Fachini Pereira e Marcelo Cervo Chelotti.

Agradeço à professora Ângela Abi-Saber, pela revisão dos meus erros na língua pátria que ainda não dominei.

Obrigado ao Gilvan e à Dona Janete pela acolhida no seio familiar de um jovem que, por vezes, mesmo longe de casa se sentiu seguro por tanto carinho recebido. A harmonia de um lar “contamina”!

Agradeço aos colegas do Departamento de Ciências Humanas e Sociais do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFETMG) onde atualmente leciono como professor substituto. A minha permanência na capital

mineira deve-se muito à acolhida de todos vocês que tanto me ampara na aridez da metrópole. Um obrigado aos amigos e amigas da Geografia (Rosália Sanábio, Vandeir Matias, Matusalém Duarte, Flávia e Andressa Faria), da Sociologia (Regina Freitas, Ana Lúcia e Bráulio), da História (James Willian, Huener, Rosália Mota e Nayara), da Filosofia (Milnei Chasin, Paulo Lage e Ronaldo Antônio) e à Oneize e Rafael.

Obrigado aos colegas do Mestrado em Geografia que se fizeram amigos tão importantes, especialmente nos dias finais de minha passagem por Uberlândia: Pedro Reis, André Oliveira, Marcus Mariano e Natália Dayrell.

Obrigado também às Secretárias do Programa de Pós-Graduação em Geografia Cynara e Dilza pela atenção, presteza e paciência. A elas meu carinho e reconhecimento.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da Bolsa, o que facilitou, por demais, a realização deste trabalho.

Um muito obrigado à informalidade e à espontaneidade... estas “desinvenções” que libertam!

E um agradecimento especial aos sujeitos dessa pesquisa. Contribuíram para minha formação intelectual e pessoal ao abrirem suas casas, ao contarem um pouco de sua história, ao se alegrarem pelo meu interesse em suas vidas.



## **SOBRE O AUTOR**

Arley Haley Faria, filho de José Faria e Maria Aparecida Faria, nasceu em Ibiá, MG, aos 16 de abril de 1984. Mudou-se para Uberlândia, MG, no ano de 2003 e no ano de 2004 ingressou no Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduiu-se Bacharel e Licenciado em Geografia no ano de 2007 e ingressou no Mestrado em Geografia no ano seguinte, também pela Universidade Federal de Uberlândia.

No ano de 2010 mudou-se para Belo Horizonte e ingressou no curso de Especialização em Geoprocessamento do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Foi membro do Grupo de Estudos “Diálogos com a Geografia Cultural” e do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo (LAGEOCULT) da Universidade Federal de Uberlândia por seis anos.

Atualmente tem se dedicado aos estudos sobre Territorialização na Agricultura e sobre aplicações de “Geotecnologias” no desenvolvimento rural, especialmente de pequenos e médios produtores rurais.

## RESUMO

Neste trabalho, procuramos analisar a instalação e expansão das lavouras de cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais, Brasil. Damos especial atenção a um empreendimento instalado no município de Ibiá. Analisamos a chegada deste capital canavieiro e a reestruturação da base fundiária do município em novas territorialidades, além das transformações ocorridas nas cadeias produtivas com a substituição das culturas agrícolas tradicionais da região. A realização deste trabalho foi possível à custa de diversas incursões ao campo, ocorridas entre março de 2008 e abril de 2010, época em que nos deparamos com a contraposição entre os agentes envolvidos com o capital canavieiro de um lado, proprietários de terras e produtores rurais de outro, em ações de afirmação territorial a fim de manter seus interesses produtivos na região. Demonstramos como o capital agrícola que chega à região na década de 1960 e se intensifica nas duas décadas finais do século passado vêm sendo reestruturado, em uma substituição de agentes e em ciclos produtivos que se concatenam transfigurando a realidade agrária do município, reinventando e deixando resíduos, marcas e resistências no espaço estudado. Os antigos produtores rurais presentes na região em momento anterior à chegada do empreendimento sucroalcooleiro, vê surgir repentinamente uma espécie de concorrência em relação ao acesso às terras agricultáveis, especialmente quando estes arrendam as propriedades para plantio por um período determinado. A Usina destilaria, ao pagar mais pelas terras arrendadas, intensifica a valorização das propriedades rurais na região fazendo com que os outros produtores rurais encontrassem dificuldades para manter seu empreendimento produtivo. Estas dificuldades se travestiram, em algum momento, com as características dos processos de desterritorializações e reterritorializações na região, onde tais produtores, na perspectiva de manter sua atividade produtiva, reestruturam formas variadas de readaptação às suas atividades produtivas.

**Palavras-chave:** Cana-de-açúcar, Territórios, Ibiá, Etanol.

## **ABSTRACT**

In this study, we analyzed the installation and expansion of sugar cane plantations in the middle region of Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba in Minas Gerais state in Brazil. We pay special attention to a business located in Ibiá county. We analyzed the arrival of bank stock and the restructuring of the sugar cane land base in new territories in the city and the changes in the productive chains with the replacement of traditional agricultural crops in the region. This work was possible thanks to several trips to the field made between March 2008 and April 2010. At which time we saw the contrast between the agents evolved with sugarcane bank stock on one side, landowners and farmers on the other side, in actions involving their territory in order to maintain their productive interests in the region. We demonstrate how the agricultural bank stock is being restructured in a replacement of staff and production cycles that are transforming the agricultural reality concatenate the city reinventing and leaving waste brands and resistance in the area studied. This is happening since they came to the region in the 1960s and intensified their action in the final two decades of the last century. The older farmers in the region just prior to the arrival of sugarcane development, suddenly see a sort of competition for access to arable land, especially when they lease the property for planting for a specified period. The distillery plant, paying more for leased land, intensifies the exploitation of rural properties in the region so that other farmers find it difficult to keep their business productive. These difficulties were dressed at some point with the characteristics of deterritorializations and reterritorializations process in the region where such producers, trying to keep their productive activities, reinvent many rehabilitation forms to restructure their productive activities.

**Keywords:** Sugar Cane, Territories, Ibiá, Ethanol.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### ***Lista de Figuras***

Figura 1: Rotas das Picadas abertas na região no século XVIII. Estrada do Anhanguera: trajeto feito pelos Bandeirantes Paulistas (1736).....	54
--	----

### ***Lista de Mapas***

Mapa 1: Localização da área de estudo.....	23
Mapa 2: Área de atuação e abrangência do PCI – MG.....	84
Mapa 3: Localização aproximada da área do PADAP no Estado de Minas Gerais...	86
Mapa 4: Área cultivada com cana-de-açúcar (em hectares) por município na safra 2005/2006 .....	118
Mapa 5: Área cultivada com cana-de-açúcar (em hectares) por município na safra 2006/2007 .....	119
Mapa 6: Área cultivada com cana-de-açúcar (em hectares) por município na safra 2007/2008 .....	120
Mapa 7: Área cultivada com cana-de-açúcar (em hectares) por município na safra 2008/2009 .....	121
Mapa 8: Área cultivada com cana-de-açúcar (em hectares) por município na safra 2009/2010. ....	122
Mapa 9: Área plantada com cana-de-açúcar no município de Ibiá. Safra 2006/2007 .....	151
Mapa 10: Área plantada com cana-de-açúcar no município de Ibiá. Safra 2007/2008 .....	152
Mapa 11: Área plantada com cana-de-açúcar no município de Ibiá. Safra 2008/2009 .....	153
Mapa 12: Área plantada com cana-de-açúcar no município de Ibiá. Safra 2009/2010 .....	154

### ***Lista de Fotos***

Foto 1: Primeira Locomotiva de Ibiá.....	60
Foto 2 e Foto 3: Antigos estabelecimentos comerciais localizados às margens da ferrovia na cidade de Ibiá, MG. ....	62
Foto 4: Vista aérea do pátio ferroviário de Ibiá.....	64
Foto 5: Ruínas de um antigo hotel localizado próximo à Estação Ferroviária Ibiá.. ..	65
Foto 6: Área sendo trabalhada para o plantio de cana-de-açúcar na região do Triângulo Mineiro.....	144
Foto 7: Plantação de cana-de-açúcar no município de Ibiá. ....	150

### ***Lista de Gráficos***

Gráfico 1: Produção em m <sup>3</sup> de álcool hidratado por ano na “destilaria Planalto” .....	29
Gráfico 2: Evolução da área total cultivada (ha) nas safras 2005/2006 – 2006/2007 – 2007/2008 – 2008/2009 e 2009/2010 de cana de açúcar em Ibiá, Minas Gerais.....	30
Gráfico 3: Aumento da área plantada com cana-de-açúcar, em hectares, na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba entre as safras de 2005/2006 e 2009/2010. ....	116
Gráfico 4: Área Plantada em hectares com Batata-Inglesa entre os anos de 1990 e 2009 no Município de Ibiá –MG.....	191
Gráfico 5: Quantidade Produzida em toneladas de Batata-Inglesa entre os anos de 1990 e 2009 no Município de Ibiá – MG.....	192
Gráfico 6: Crescimento da área disponível para colheita (ha) no município de Ibiá entre os anos de 2005 e 2007.....	202

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Índice de Gini na região sudeste dos anos de 1958-1995-2006 ..... 170

Tabela 02 - Índice de Gini em Minas Gerais dos anos de 1958-1995-2006..... 170

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Área plantada, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio de milho, 1ª e 2ª safras no município de Uberaba, MG.....	188
Quadro 2: Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária no município de Ibiá, MG.....	190
Quadro 3: Média da produtividade de toneladas por área em lavoura temporária (selecionadas) no município de Ibiá, MG. ....	190
Quadro 4: Produção de origem animal por tipo de produto no município de Ibiá, MG. ....	193
Quadro 5: Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho no município de Ibiá, MG. ....	194
Quadro 6: Quadro demonstrativo dos processos e valores cobrados das empresas do grupo planalto nas comarcas do Tribunal de Justiça dos Municípios de Ibiá e Araxá – MG .....	205

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AIAA	Associação das Indústrias de Açúcar e Alcool de Minas Gerais
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANPEGE	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CAPES	Conselho de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CEASA – MG	Central de Abastecimento de Minas Gerais
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMATER – MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JICA	Japan International Cooperation Agency
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PAT	Programa de Arrendamento de Terras
PCI	Programa de Crédito Integrado
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S/A
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento do Cerrado
SIAMIG	Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais
SINDAÇÚCAR	Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais
UFU	Universidade Federal de Uberlândia



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA E SOBRE O OBJETO DE ESTUDO.....	19
A escolha do tema: os condicionantes da realidade econômica que favorecia o grande projeto.....	31
Procedimentos metodológicos .....	38
CAPÍTULO 01.....	45
1. CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DA ÁREA DE ESTUDO .....	46
1.1. Povoamento e Divisão administrativa.....	52
1.1.1. <i>Da Formação Administrativa</i> .....	57
1.2. Marcos econômicos.....	59
1.2.1. <i>A chegada e estruturação da Ferrovia: auge e decadência de um projeto</i> .....	59
1.2.2. <i>A fábrica da Nestlé e a reestruturação da pecuária leiteira no município</i> .....	66
1.2.3. <i>O terceiro grande projeto no município: o PADAP e a ocupação agrícola do Cerrado</i> . 76	
1.2.4. <i>Os revezes dos programas</i> .....	91
CAPÍTULO 02.....	100
2. DEFININDO TERRITÓRIO: AS RELAÇÕES DE PODER NA SUBSTITUIÇÃO DOS AGENTES DO CAPITAL .....	101
2.1. Definindo Território: a relevância do conceito em nossa problemática .....	104
2.2. Apontamentos sobre o conceito de território na geografia: Do espaço ao território, do natural à construção.....	109
2.3. A chegada da cana no município de Ibiá, a territorialização/substituição de agentes capitalistas .....	115
2.3.1. <i>O processo de arrendamento de terras para plantio de cana-de-açúcar no município de Ibiá</i> .....	128
CAPÍTULO 03.....	139
3. A RENDA DA TERRA E A PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES NO CAMPO: “O DIREITO DE PLANTAR” E O CONTROLE DE TERRAS NA TERRITORIALIZAÇÃO DA USINA. ....	140
3.1. O capital e a renda da terra: a valorização das terras agricultáveis e o enfraquecimento das concorrências no acesso às propriedades.....	146
3.2. O contrato como estratégia: a terra cativa e submissa ao rendeiro .....	163
CAPÍTULO 04.....	172
4. UM PERÍODO DE MUDANÇAS E AFIRMAÇÕES: USINA E PRODUTORES RURAIS NA (RE)CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE IBIÁ .....	173

4.1. Os contrapontos da expansão: a minimização das discussões e a “restauração” dos produtores rurais. ....	176
4.2. O avanço espacial das lavouras de cana-de-açúcar e o “contraditório”(?) da expansão capitalista. ....	200
CONSIDERAÇÕES DA PESQUISA .....	209
5. CONSIDERAÇÕES DA PESQUISA: REFLEXÕES SOBRE A MOMENTANEIDADE. ...	210
REFERÊNCIAS .....	218
6.REFERÊNCIAS .....	219

## INTRODUÇÃO

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA E SOBRE O OBJETO DE ESTUDO

### *Rural*

*Eu vou para roça, ajudar o dia a amanhecer  
chamar os bezerros pelos nomes de suas mães  
e ver a vacaria apoiar  
e sentir a chuva de leite em meus olhos.  
(...) Eu vou para a roça, começar o dia com um sorriso.  
Meu cavalo e eu — Centauro do Sertão —  
sairemos campo afora  
apascentando a boiada, o milharal, o açude.  
E os cajus haverão de destravar as fronteiras  
e ouvirei o canto das patativas se estender até Assaré  
e me entenderei com as beldroegas  
e compreenderei a labuta das formigas (...).*

*José Inácio Vieira de Melo*

O rural constitui objeto de estudo em diversas áreas das ciências humanas. Ele tem sido analisado sob óticas variadas e em seu entorno permeiam discussões acerca das relações sociais, das relações sociais de produção, das atividades econômicas, dos modos de vida, das relações que envolvem conflitos na luta pela terra e pela reforma agrária ou sobre a dicotomia existente entre rural *versus* urbano, dentre outras. Nestes estudos se envolvem geógrafos, historiadores, sociólogos, antropólogos, economistas, e tantos outros profissionais presentes nas instituições de pesquisa, nas universidades, nos órgãos governamentais ou nos movimentos sociais e comunitários. Quantos olhares se entrecruzam... quantas compreensões!

Um temário enorme é característico dos estudos do rural, do campo, das relações agrárias. Discute-se as transformações capitalistas no campo e o profundo reordenamento que estas transformações implicam: a transmutação de camponeses

em capitalistas e/ou rentistas (SANTOS, 1993; OLIVEIRA, 1994), a mundialização da economia baseada no campo, a abertura de novas fronteiras agrícolas (MARTINS, 1991, 1993) a fim de expandir, cada vez mais, a produção agrícola e a reprodução ampliada do capital. Tudo parece se organizar em eventos que se concatenam para a territorialização capitalista. A cada dia novos atores são cooptados para este palco, outros são criados... muitos marginalizados. Não há espaço, ou melhor, território<sup>1</sup> para todos.

Em meio a isso se envolvem trabalhadores, camponeses, capitalistas (pequenos ou grandes), proprietários de terras, cidadãos, o Estado e quem mais, direta ou indiretamente, depender do que for produzido no campo para sobreviver. É, então, a partir de compreensões acerca de um ou vários destes aspectos que uma pesquisa, no âmbito do rural e das ciências humanas, se estabelece.

Oliveira (1994) nos chama à atenção para uma perspectiva que nos sentimos tentados em abordar: a de que a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano tem, cada vez mais, sido eliminada. Não há uma indissociação entre seus elementos formadores uma vez que, dialeticamente, interpenetram-se.

Essa interpenetração – ou soldagem, como trata Oliveira (2004) – se dá a partir e principalmente das relações, ou pelo menos, da cooperação do trabalho. É a cidade que se apresenta como vitrine a escancarar o que ocorre tanto no urbano, quanto no rural. É nela que se estabelecem discussões, lutas rurais e urbanas, tramas que envolvem trabalhadores, movimentos sociais, padrões e discussões

---

<sup>1</sup> Quando registramos que não há “território para todos” não queremos dizer que há homens sem territórios. Nossa intenção (e não gostaríamos deixar que qualquer dúvida pairasse sobre esta afirmação) é afirmar que há espaços propícios para determinados empreendimentos de um indivíduo e/ou coletividade que podem estar circunscritos em disputas. Estas disputas restringem o acesso a estes espaços e isto nos faz crer que há espaços em disputa e, se territorializados por um indivíduo ou grupo, restringem não apenas o acesso, como também usos e isto faz com que aquele indivíduo ou grupo “vencido” tenha que se territorializar, a contragosto, noutros espaços.

acerca das políticas tomadas tanto no campo quanto na cidade; essas políticas se influenciam. O que se quer no campo não se ganha somente nele.

Estas relações são mais claras nas cidades que têm sua economia mais consolidada pelas atividades agrícolas. Pouco, portanto, na metrópole. Muito na pequena cidade.

Tais relações podem se estabelecer tanto em perfis positivos, quanto negativos: moradores da cidade de **Sorriso**, no Mato Grosso, se orgulham do título de maior produtora de soja do Brasil e, em decorrência dos bons resultados econômicos que a grande produção e o favorável comércio do grão proporcionam porta, também, o melhor IDH<sup>2</sup> do estado.

**Altamira**<sup>3</sup>, no Pará, o maior município do planeta em extensão territorial é internacionalmente conhecido por outro dado: o da imensa grilagem de terras. Com pouca infra-estrutura e sem acesso pavimentado o município vê dificuldades em escoar o que nele se produz.

**Barreiras** na Bahia e **São Gotardo** em Minas Gerais são exemplos de municípios que se desenvolveram em decorrência de políticas públicas relacionadas ao agronegócio: no primeiro migrantes advindos principalmente do Rio Grande do Sul e no segundo descendentes de japoneses migrantes em sua maioria do estado de São Paulo e do Paraná ajudaram a reorganizar os municípios a partir de um projeto inovador de ordenamento das regiões de Cerrado no Brasil. Estes exemplos

---

<sup>2</sup> Sigla para “Índice de Desenvolvimento Humano”, média comparativa usada pela “Organização das Nações Unidas” através do “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento” para se avaliar a medida do bem-estar da população. Esta medida leva em consideração três fatores: educação, longevidade e renda.

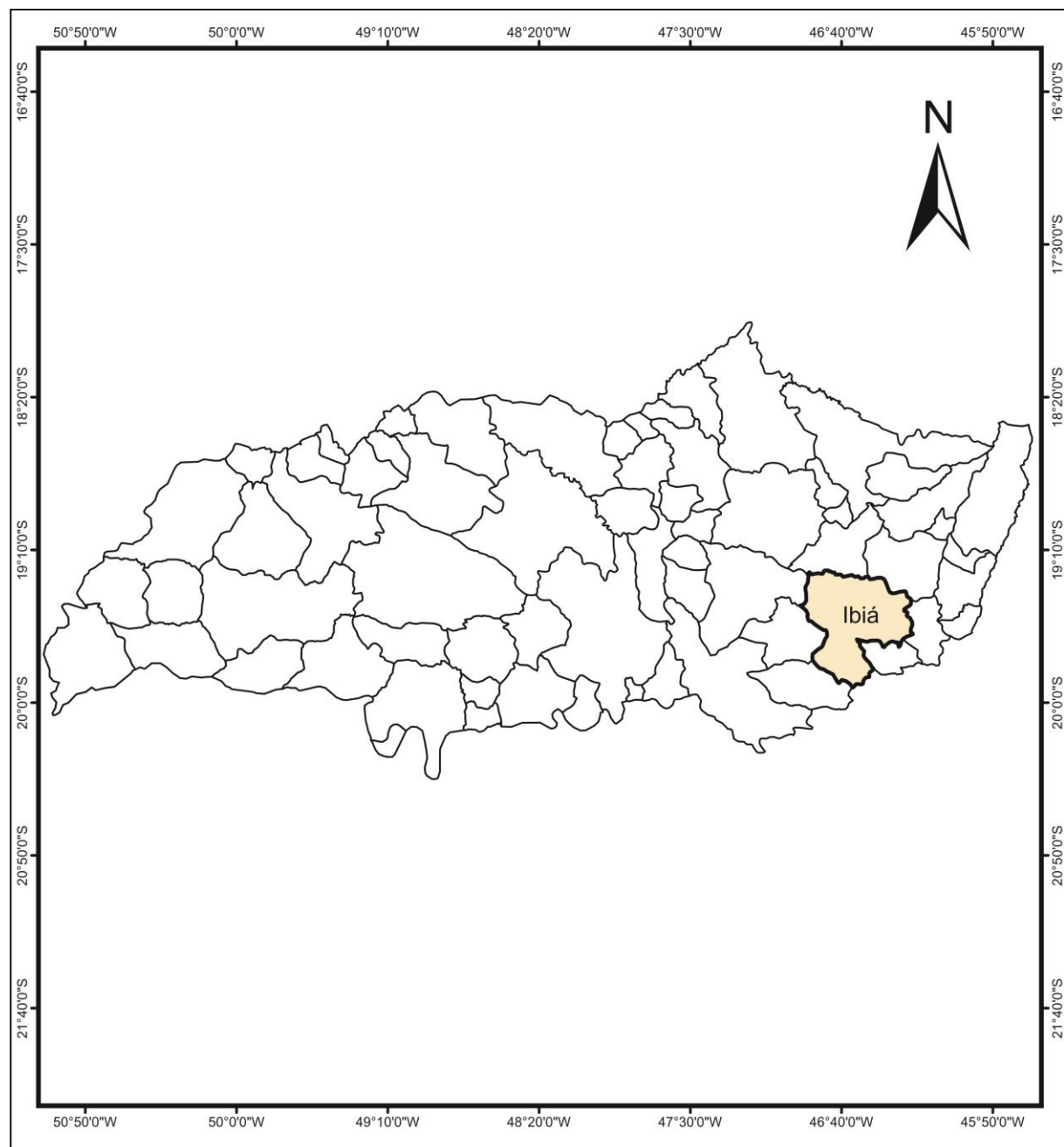
<sup>3</sup> O município de Altamira possui uma área de 161.445,9 km<sup>2</sup>, o que lhe confere um tamanho maior que os Estados do Ceará, Acre e Pernambuco ou ainda maior que países como Portugal, Nepal e Grécia. A única rodovia utilizada como acesso ao município é a BR 230 (Rodovia Transamazônica) que, não estando pavimentada em suas proximidades, deixa sua área praticamente incomunicável no período das chuvas.

e vários outros dão conta das interferências do rural na organização espacial de um município e, com especial atenção, de uma cidade.

Em **Ibiá** (mapa 01) nossa área de estudo, uma pequena cidade em um dos maiores municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba em Minas Gerais, a relação campo e cidade também não se dissocia. Com uma economia baseada no comércio e na produção agrícola o município é extremamente dependente dos resultados econômicos conquistados no campo.

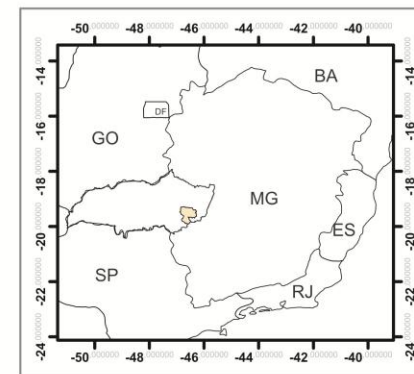
Com pouca diversidade econômica, o comércio da cidade baseia-se na produção agrícola uma vez que um número considerável de postos de trabalho é decorrente do campo: trabalhadores que vivem nas cidades, mas trabalham nas roças destinam parte de seus salários no pagamento de aluguel, na alimentação e em diversos outros produtos de primeira necessidade em estabelecimentos localizados na área urbana do município.

A tudo isso somam-se atividades e setores do comércio, na cidade, totalmente voltados para o campo: transporte e armazenamento da produção agrícola, estabelecimentos especializados na venda de insumos, sementes, defensivos e maquinários agrícolas (com assistência técnica e venda de peças), representações e corretores de *commodities*, dentre outros. Relacionam-se não apenas postos de trabalho, como também geração e arrecadação de impostos decorrentes, em uma de suas instâncias, da produção rural.





Mapa 1: Localização da área de estudo.

## LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



### LEGENDA

-  Ibiá
-  Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



Coordenadas Geográficas. Escala: 1:2.378.684  
 Datum: SAD 69.  
 Elaboração: FARIA, 2010.  
 Fonte: Base Cartográfica do Instituto Geominas (1998)



Nas últimas décadas, o poder público muito pouco fez para uma diversificação econômica do município e a precariedade nas ações políticas trouxe estigmas que correm nas rodas de praça, nos “papos de amigos”, nos poucos bares: para a população é “uma cidade do quase”. Esse “quase”, que para a população do município pode ser traduzido em mediocridade, conta parte da história e condiciona a interpretação da evolução espacial do município: na educação nenhuma universidade ou escola técnica; na economia pouca produção industrial; na saúde pouca variedade em especialidades médicas, nenhum leito de UTI e muitas transferências para os hospitais das cidades próximas<sup>4</sup>; no comércio pouca diversificação e muitas lojas de produtos populares.

Ibiá é, sem dúvida alguma, um município atrelado às políticas agrárias e é neste setor que grandes projetos o atingiram, ainda que alguns por consequência da proximidade com outros municípios. Estes projetos, empreendidos no campo, reordenaram toda a sua esfera produtiva ao trazer postos de trabalho, incentivar políticas de modernização das atividades produtivas agrárias, valorizarem os preços na compra e venda de propriedades rurais e inflacionar o valor pago pelo arrendamento das terras. Quantas mudanças decorrentes destas políticas.

A realidade da força do vínculo entre campo e cidade intensifica-se com o primeiro grande projeto que chega no ano de 1964 com a instalação de uma fábrica

---

<sup>4</sup> Gostaríamos de esclarecer que nossa intenção, neste parágrafo, é traduzir uma espécie de afirmação coletiva pensada e vivenciada pela população do município. Em uma análise crítica, concluímos que grande parte dos municípios brasileiros não possui tais aparatos administrativos e, para o Estado, torna-se oneroso equipar todo o território com tais recursos. Cabe, no entanto, a obrigação/necessidade de garantir acesso aos mais diversos serviços.

Para a população, todavia, o inconformismo com as políticas públicas que tinham como foco o município se intensificou com o aparelhamento de municípios vizinhos com estruturas e serviços que há muito aspiravam para Ibiá: Rio Paranaíba, um município com pouco mais de 10.000 habitantes, recebe dois campi da Universidade Federal de Viçosa; Bambuí tem sua Escola Agrícola transformada em Instituto Federal, com abertura de cursos de graduação e de pós-graduação; Araxá com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais também começa a se aparelhar com cursos de graduação e pós-graduação; Patos de Minas e Monte Carmelo receberam campi da Universidade Federal de Uberlândia; “e pra gente o que vem? Vem essas usina de cana que não contribui direito nem com serviço” (fala de um entrevistado, na cidade de Ibiá, em julho de 2009).

da Nestlé para a produção de leite em pó. O projeto que reordenou economicamente campo e cidade trouxe, pelo menos naquele período e por muito tempo, esperança de desenvolvimento.

Anos mais tarde os grandes projetos desenvolvidos nas regiões do Cerrado mineiro atingem também o município e em decorrência do advento da evolução técnica e científica para tornar as áreas deste bioma economicamente produtivas o município começa a receber migrantes em meados da década de 1970 e 1980<sup>5</sup>. Com terras abundantes a um preço módico os anos seguintes intensificaram, reinventaram na perspectiva do novo, do “moderno” a identidade eminentemente agrícola do município. A evolução econômica, política e social da cidade e do campo Ibiaenses trataremos oportunamente.

No ano de 2003, outro projeto chega ao município. Em um momento em que tudo estava aparentemente “habitado” ao “grande mito do agronegócio que era a soja” (OLIVEIRA, 2007) e a outras culturas de grãos que, na região, impulsionavam o surgimento na paisagem de grandes silos graneleiros a destinar e estocar produções o município, “acostumado” ao gado leiteiro e às lavouras destes grãos vê surgir na paisagem vastas lavouras de cana-de-açúcar. O que era comum transforma-se, tem valores reestruturados e vem sendo demudado estruturalmente, do campo à cidade e da cidade ao campo. Destas mudanças trataremos, especialmente, no segundo e no terceiro capítulos.

Com a chegada da cana chega também uma destilaria impulsionada pelas possibilidades de negócio e por um discurso consoante com discursos reproduzidos

---

<sup>5</sup> O *Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba* (PADAP) atinge parte de suas terras. Deste projeto falaremos no decorrer do trabalho.

em todo o mundo: o ecológico, o discurso que aponta o etanol como o “salvador” do planeta.<sup>6</sup>

A chegada da destilaria está, também, “amparada” por políticas econômicas maiores, pois estas políticas envolvem o Estado, Estados estrangeiros e uma iniciativa privada com poder de barganha imenso, sendo apenas mais um dentre inúmeros outros projetos que romperam as fronteiras<sup>7</sup> da região do Triângulo Mineiro e se estabeleceram nos Cerrados do oeste de Minas Gerais e Sudoeste Goiano. Hoje, assim como o soja, o milho, o feijão, o gado, dentre tantos outros, o etanol endossa os ciclos econômicos experimentados nestes espaços.

O ano de 2003 marca o funcionamento e a “mudança de mãos” de um projeto iniciado anos antes, por volta de 1999. Após a aquisição das instalações de uma pequena destilaria de aguardente que nem chegou a entrar em operação surgiu a “Destilaria Planalto” que com a destilaria adquire também uma fazenda próxima já plantada com cana-de-açúcar, o que possibilitou quase que de imediato o esmagamento de parte da cana plantada e a produção de álcool hidratado. Este ano marca também o início de um período conturbado mesclando ciclos variados em

---

<sup>6</sup> Apesar de diversos discursos reproduzirem as “boas novas” trazidas pela expansão da cana-de-açúcar e a produção de combustível alternativo aos tradicionais combustíveis fósseis, é notório o surgimento de diversas notícias e estudos quanto às contradições explícitas no entorno da arenga meio ambiente x etanol. Contrariamente aos adeptos do pensamento que elencam o etanol como um combustível sem “manchas” em seu processo produtivo, há os que tratam, com razoável imparcialidade, dos problemas relacionados às queimadas das lavouras, à precarização do trabalho no corte da cana, a substituição da mão-de-obra por maquinários (estabelecida, inclusive, em lei), aos diversos casos de trabalho escravo no setor (há, inclusive, uma “lista suja” de empregadores envolvidos na exploração de trabalhadores na condição análoga à de escravos em um cadastro mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – por meio da Portaria nº. 540/2004, onde grandes empresas processadoras de cana figuram, em revezamentos de atualizações semestrais, no referido cadastro), dentre outros.

<sup>7</sup> A região de Uberaba, por sua proximidade com o estado de São Paulo, foi o espaço que primeiro sentiu a expansão das lavouras de cana-de-açúcar. Nossa referência ao tratar o “rompimento” das fronteiras do Triângulo Mineiro se dá na perspectiva que as unidades instaladas na região são, em sua maioria, decorrentes de uma expansão de filiais ligadas a matrizes estabelecidas, em sua maioria no Estado de São Paulo (há, no entanto, estabelecimento de indústrias cuja matriz está instalada no Nordeste Brasileiro, como a Coruripe, por exemplo). Assim, as unidades do Triângulo Mineiro e Sudoeste Goiano, ainda que não seja em sua totalidade, têm interferências decorrentes de uma progressão das indústrias Paulistas rumo ao centro-oeste brasileiro.

decorrência das instabilidades econômicas do setor e até mesmo da própria empresa. Estes problemas são detalhados em nosso quarto capítulo.

Na cidade, num primeiro momento, a chegada da usina traz uma perspectiva sedutora para alguns, preocupante para outros. Sua instalação interfere diretamente em diversos aspectos econômicos do município: na crença da geração de divisas quanto aos “*royalties*” pagos pelo processo de produção, na perspectiva de abertura de novos postos de trabalho, no medo da monocultura e da substituição de grande parte das terras agricultáveis e na reestruturação do comércio de produtos agrícolas.

Quem se habilita a discutir tantas mudanças? Quase todos os envolvidos que, direta ou indiretamente, anseiam as benesses ou temem perdas: poder público, proprietários de terras, comerciantes de produtos agrícolas, a população que teme “a chegada do estranho”<sup>8</sup>, do diferente, ou aspira emprego e o pesquisador, curioso em compreender e interessado em desvendar tantas mudanças, disposto a compartilhar bagagem, tempo e espaço nestas descobertas. Todos têm interesses, profissionais ou pessoais.

O projeto tomou corpo e impulsionou o envolvimento de mais pessoas em um aumento no número de trabalhadores, envolvimento de empresas, do poder público e afinação das discussões, não somente em Ibiá, mas em boa parte da região. Tal projeto repetiu densamente costumes de outros e relacionou homens entre si em suas atividades produtivas e revolveu coletividades no exercício de suas funções econômicas. Mexeu com campo e cidade.

Já no âmbito do rural, a área plantada com cana-de-açúcar para atender os objetivos de produção deveria, quando da implantação da usina, aumentar. Foi o

---

<sup>8</sup> Paráfrase à frase que deu origem ao nome do livro de José de Souza Martins: “A chegada do Estranho”.

que houve, significativamente: segundo dados da própria destilaria<sup>9</sup> em 2004, ano da primeira produção, foram esmagadas 56.540 toneladas de cana-de-açúcar e produzidos 3.887 m<sup>3</sup> de álcool hidratado. Já no ano de 2005 foram esmagadas 92.501 toneladas de cana-de-açúcar, o que acarretou a produção de 6.254 m<sup>3</sup> de álcool. Para 2006 foi realizada uma moagem de pouco mais de 170.000 toneladas de cana para uma produção de 14.250 m<sup>3</sup> de álcool e, para a safra 2008/2009 a moagem alcançou as 697.000 toneladas de cana com produção de 51.862 m<sup>3</sup> de álcool hidratado e, por fim, na safra de 2009/2010 a moagem atingiu 800.000 toneladas com uma produção de 68.000 m<sup>3</sup> de álcool hidratado.

Ao todo, contabiliza-se um aumento de aproximadamente 1500% em seis anos na produção final de álcool somente nesta destilaria. Vejamos o gráfico a seguir:

---

<sup>9</sup> Os dados foram obtidos no site da empresa e confirmados em contato feito na própria destilaria. Não houve dados para a produção no ano de 2007, nem estimativas para as moagens de 2009 e 2010.



Gráfico 1: Produção em m³ de álcool hidratado por ano na “destilaria Planalto”  
 Fonte dos dados: Destilaria Planalto. Elaboração: FARIA, Arley Haley, 2009.

Quanto à área plantada com cana no município os dados contabilizados iniciam-se no ano de 2006. Originalmente havia o interesse de plantio em terras ocupadas por cereais, tal interesse justifica-se por se tratar de terras com solo relativamente preservado que apresentava uma boa condição de fertilidade e uma menor acidez devido ao trato com adubação e calagem. Terras ocupadas com pastagens, geralmente mais degradadas, só foram incorporadas à produção de cana-de-açúcar posteriormente e, para isso, deveria passar por condições bastante favoráveis para sua ocupação, como proximidade da destilaria o que diminuiria gastos com transporte e justificaria outros na correção de seu solo.

Com o interesse em aumentar o plantio de cana-de-açúcar para uma área de 20.000 hectares (ha) até o ano de 2011 a evolução da área total cultivada pela destilaria no município vem aumentando; conforme gráfico abaixo.

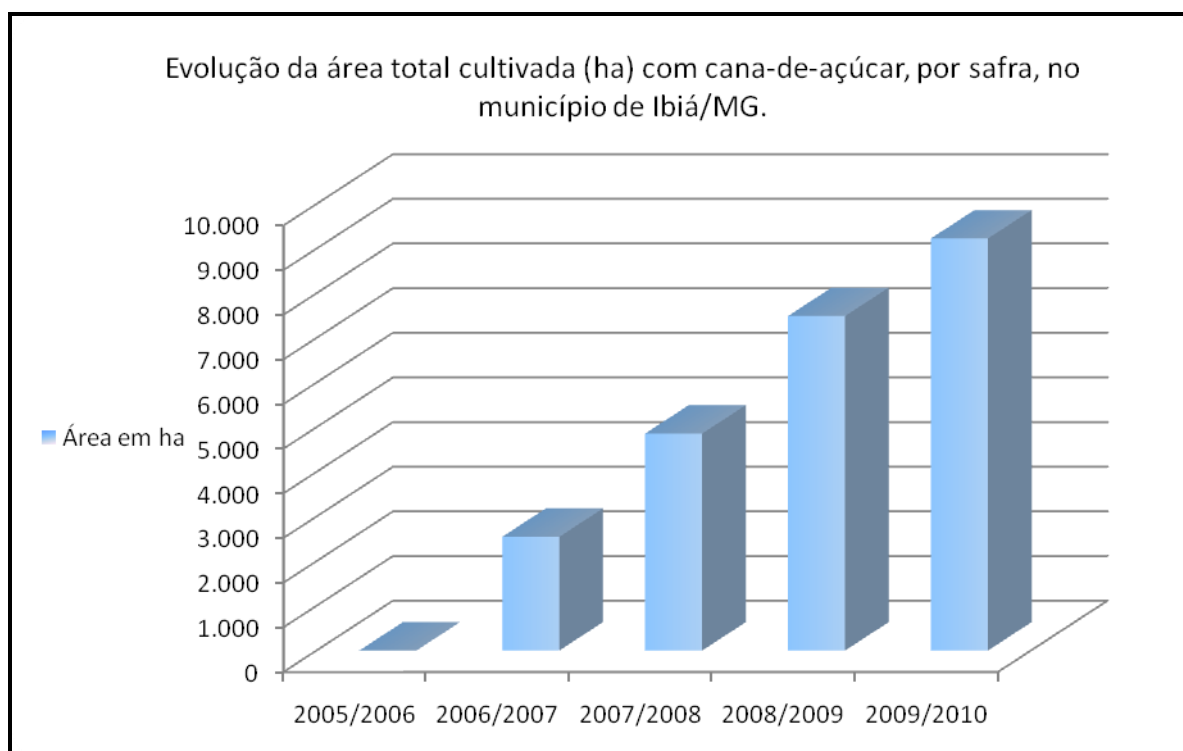


Gráfico 2: Evolução da área total cultivada (ha) nas safras 2005/2006 – 2006/2007 – 2007/2008 – 2008/2009 e 2009/2010 de cana de açúcar em Ibiá, Minas Gerais.

A produção sai de aproximadamente 0 (zero) hectares na safra de 2005/2006 para exatos 9.228 ha na safra 2009/2010.

Fonte dos dados: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Elaboração: FARIA, Arley Haley, 2009.

No âmbito do urbano, a cidade se via inserida cada vez mais nesta nova realidade. Em cerca de cinco anos o setor do agronegócio no município recebeu novos agentes e ainda que partilhasse de uma mesma lógica de acumulação capitalista as estruturas que a sustentavam eram, nestes espaços, novas. O plantio de cana que o município conhecia até então era aquele destinado à alimentação animal, especialmente de suínos e bovinos e aquele presente em poucos quintais para a produção de garapa<sup>10</sup>. A cana-de-açúcar com fins comercializáveis era novidade.

Pudemos perceber em entrevistas que o medo na cidade é também sentido no contato com a figura do migrante trabalhador do corte de cana. A população local

<sup>10</sup> Caldo da cana-de-açúcar para consumo como bebida.

acredita que este “estranho” foi o responsável pelo aumento da criminalidade e pelo agravamento dos crimes hediondos na cidade<sup>11</sup>. A expansão da cana-de-açúcar como lavoura no município trouxe penetrações e rupturas profundas nos quadros de vida da população<sup>12</sup> num reordenamento da racionalidade influenciada pela lógica que vinha de fora, do outro... do capital sucroalcooleiro.

***A escolha do tema: os condicionantes da realidade econômica que favorecia o grande projeto***

À medida que pesquisávamos uma dúvida latente crescia: que condicionantes favoreciam a implantação de um empreendimento que gerava tanta discussão? A resposta não estava restrita às fronteiras do município. Como vimos em linhas anteriores à realidade se apresentava regionalmente e Ibiá é, pontualmente, um nó em uma rede de territorialidades em pleno processo de expansão. Como outrora ocorrera, as regiões dos Cerrados mineiro e goiano entravam novamente na pauta da expansão capitalista na busca de oportunidades de investimentos.

Pelo que pudemos perceber, era grande parte da região que se via envolvida nos projetos de expansão das lavouras de cana-de-açúcar. Num desenvolvimento desigual nestas regiões, alguns municípios que já haviam recebido, anos antes, usinas de subprodutos da cana-de-açúcar nos serviram de bases comparativas e percebemos que esta expansão é parte integrante de um processo maior interligado

---

<sup>11</sup> Não há pesquisas que confirmam, por meio de dados estatísticos, que houve mesmo aumento no número de crimes na cidade a partir da chegada dos migrantes trabalhadores do corte de cana. Este entendimento, como especificamos, é de uma parcela da população à qual tivemos oportunidade de conversar.

<sup>12</sup> Neste caso, entenda-se o próprio ressentimento da população local com o trabalhador migrante e os estigmas cultivados em razão de suas regiões de origem. A isso, soma-se o reordenamento que atividades econômicas tradicionais sofreram, como o comércio de produtos agrícolas, dentre outros que tratamos no decorrer do trabalho.



a diferentes vetores econômicos espalhados pelo globo num interesse mundial pela produção, **especialmente**, de álcool combustível.

Este interesse se explicava pelo crescente consumo do etanol em todo o mundo, aliado à aparente preocupação na busca de formas alternativas de combustíveis e a cuidado de não depender tanto dos combustíveis derivados do petróleo o que, por consequência, tende a diminuir a dependência em relação aos países produtores da matriz fóssil gerando, dentre outras possibilidades, o barateamento de custos.

Grande parte da região do Triângulo Mineiro e, por consequência Ibiá, está diretamente vinculada aos interesses dessa expansão na produção e no consumo de etanol. Esta expansão seguiu também alguns fatores. Alongar as discussões sobre eles é demasiadamente tentador, entretanto trataremos dos condicionantes gerais e, no decorrer do trabalho nos ateremos às particularidades, objetivas para a compreensão do nosso trabalho. Vejamos:

Segundo informações veiculadas no site da Petrobrás (Petróleo Brasileiro S/A) até o final do ano de 2010 deverá entrar em funcionamento o primeiro álcoolduto do mundo. Ainda em vias de construção este empreendimento contará com uma extensão de aproximadamente 1.150 quilômetros que, no projeto inicial ligaria a região Centro-Oeste e o Triângulo Mineiro à Refinaria de Paulínia (Replan) no estado de São Paulo.

De acordo com informações da própria Petrobrás, o objetivo passou por modificações quanto ao seu destino final: o interesse é, então, escoar a produção de etanol da região Centro-Oeste, passando por Uberaba (MG), Ribeirão Preto e Guararema (SP) e dessa última, o duto seguirá para São Sebastião, no litoral norte paulista, e daí para o terminal de Ilha d'Água, no Rio de Janeiro. Quanto à

quantidade de produto transportado o álcoolduto deverá atingir, a partir do ano de 2011, o volume de 3,5 bilhões de litros de álcool por ano.

O projeto do álcoolduto envolve uma parceria entre o Brasil, particularmente por meio da Petrobrás, o Japão por meio da *trading*<sup>13</sup> Mitsui, e outras empresas do setor privado, de capital nacional ou não. A parceria prevê a construção de 40 destilarias de álcool financiadas (pelo menos em parte) pela Mitsui, a terra e o cultivo da cana-de-açúcar pelos usineiros e a logística e escoamento pela Petrobrás, ou seja, o álcoolduto propriamente dito. Mesmo com todo o conhecimento processual (*Know How*) da Petrobrás os japoneses optaram por financiar a própria logística a fim de garantirem a produção do combustível.

O interesse Japonês é que se chegue a alcançar, naquele país, a mistura de 5% de etanol com a gasolina consumida até o ano de 2020 e uma substituição gradual do gás natural usado em usinas termelétricas, além de se beneficiarem de projetos de “Mecanismos de Desenvolvimento Limpo” (MDL) e de seus créditos de carbono gerados a partir dos investimentos nas unidades produtoras.

Com o aumento da necessidade de produção de cana-de-açúcar para um mercado mundial de etanol, em especial com a parceria Brasil/Japão, as regiões do Triângulo Mineiro e do Centro Oeste, inseridas no domínio dos Cerrados, se vêem mais uma vez à mercê dos grandes projetos do agronegócio brasileiro. A reocupação da região do Cerrado no Brasil Central das décadas de 1970 e 1980<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> O termo *Trading* é uma expressão inglesa cujo significado literal está relacionado a *Trading Company* – “Companhia Comercial” – . Particularmente no Brasil, designa uma “companhia de grande porte” ligada ao comércio internacional. Esse tipo de organização está disciplinado pelo decreto-lei nº 1.248, de 19/11/72.

<sup>14</sup> Este assunto foi muito bem detalhado por Pessoa (1988), França (1984), Santos (1998), dentre outros, onde publicaram estudos que demonstram as estratégias governamentais que visavam a implantação de projetos de colonização e produção, em extensas áreas, de grãos, especialmente da soja, para o mercado mundial.

teve características que parecem se repetir na região com a implantação crescente do cultivo de cana-de-açúcar.

A *Trading Mitsui*, por exemplo, uma das responsáveis por alguns destes projetos pioneiros nas décadas 1970 e 1980 como JICA (Japan International Cooperation Agency), PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento do Cerrado) e POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) se vê mais uma vez envolvida com projetos que acabam por modificar, substancialmente, as estruturas e os espaços de produção do agronegócio na região.

Em pouco tempo os Cerrados, principalmente os Cerrados de Minas Gerais na região do Triângulo Mineiro, foram inseridos na esfera do agronegócio com vistas ao mercado internacional, tal inserção fez revolver densamente as estruturas das sociedades tradicionais da região e produzir transformações, não apenas nas esferas econômicas de produção, como também nos modos de vida das comunidades tradicionais que ali viviam e das comunidades de migrantes, principalmente vindos do sul, que ali se instalavam (SANTOS, 1998).

Hoje (2010), esta mesma região se vê novamente em meio a mudanças parecidas com seu passado recente só que com um agravante, suas estruturas já estão “bem” montadas, não são estruturas como as das décadas de 1970 e 1980<sup>15</sup>. A monocultura da cana-de-açúcar tem se apresentado, primeiro como o mito do etanol como “salvador do planeta”, segundo como o fantasma a assombrar os modos de vida, a concentração de renda, as mudanças profundas numa realidade já

---

<sup>15</sup> Por estruturas, entendemos todos os aspectos envolvidos na produção e comercialização agrícola na região, como estradas, mão-de-obra, desenvolvimento tecnológico voltado às suas características naturais, conhecimento sobre o solo, clima, dentre outros.

estruturada. Chega travestida com a roupagem do progresso e da modernização que, como nos alerta Morin (1996, p.21), é intocável:

É muito exactamente esta identificação da modernidade à realidade que criou o intocável. Uma vez que, a realidade é a modernidade, não se deve tocar nela; ou então, a realidade como tal modo 'massiva' que não se pode tocar, mas pura e simplesmente adaptar-se a ela.

Mesmo sem tocá-la (a modernidade), as discussões não param. Nem as discussões, nem outros projetos do mesmo gênero. Já há outros estudos em andamento para a criação de novos álcooldutos, com traçados tão variados quão variadas são as empresas envolvidas. Para citar alguns poucos a própria Petrobrás prevê a ligação entre Mato Grosso e o Porto de Paranaguá, no Paraná e, na região do Triângulo Mineiro, a iniciativa privada já analisa a implantação de, no mínimo, mais dois álcooldutos a entrar em operação até o ano de 2014<sup>16</sup>.

Além da criação dos álcooldutos, estudos avançam nas possibilidades de implantação de outros subprodutos da cana, alguns mais valorizados economicamente que o próprio álcool combustível que não é o único derivado de cana-de-açúcar a receber atenção especial do mercado internacional.

Com a crescente evolução tecnológica e aplicação de técnicas de Engenharia Genética ligadas à pesquisa da cana-de-açúcar já é possível originar subprodutos semelhantes aos do petróleo. Por este motivo está em vias de instalação o primeiro pólo alcoolquímico do mundo na região do Triângulo Mineiro<sup>17</sup>.

Com a garapa as pesquisas já acenam possibilidades de produção em série de plástico PHP (polipropileno), plástico (tipo polietileno), gasolina, etanol, diesel, gasolina para aviação e gás carbônico; com o bagaço tem-se a produção de energia elétrica e do etanol celulósico e, por fim, com a palha, a produção em maior

---

<sup>16</sup> Informação colhida e organizada em pesquisa de campo, novembro de 2009.

<sup>17</sup> Informação colhida e organizada em pesquisa de campo, novembro de 2009.

quantidade de energia elétrica, o que já tem proporcionado às usinas autonomia elétrica e, muitas das vezes, a venda de energia para as concessionárias da região ou ainda, a co-geração de energia elétrica com a CEMIG<sup>18</sup>.

É esta realidade, então, repleta de possibilidades, que acena e condiciona a instalação dos projetos na região, pautada em discursos de crescimento econômico e desenvolvimento social em uma área até então dependente do agronegócio, mas com a produção voltada às *commodities* de alimentos.

Nosso objetivo, neste trabalho, é compreender os processos de formação e substituição de territorialidades resultantes desta expansão do complexo agroindustrial ligado às lavouras de cana-de-açúcar na região do Triângulo Mineiro, em especial no município de Ibiá. Compreender como as relações e os modos de vida das populações locais são afetadas pela expansão do capital canavieiro é parte fundamental nesta análise.

Analisamos a chegada do capital da cana-de-açúcar e a reestruturação da base fundiária do município em novas territorialidades, a chegada dos migrantes como força de trabalho e das transformações ocorridas nas cadeias produtivas com a substituição das culturas tradicionais.

Neste sentido, o que temos como objetivo é a discussão envolta no processo de expansão capitalista das usinas e lavouras de cana-doce<sup>19</sup> na região, o que tem implicado re-territorializações variadas dos agentes envolvidos.

Tais análises se deram na dimensão em que estas transformações afetaram as populações locais em seus espaços urbanos e rurais na perspectiva de formação

---

<sup>18</sup> Informação colhida e organizada em pesquisa de campo, novembro de 2009.

<sup>19</sup> Para evitar demasiadas repetições quanto à grafia do substantivo cana-de-açúcar no decorrer do texto, utilizaremos sinônimos como cana-doce ou simplesmente cana. Trata-se, portanto, da mesma ocorrência.

de seus territórios, de suas desterritorializações impostas pela expansão do setor sucroalcooleiro e, numa outra etapa, pelos seus processos envoltos na origem e criação novas territorialidades.

O complexo processo de territorialização X des-reterritorialização é o mote principal de nossas investigações. A chegada de novos meios de produção, de uma cultura agrícola estranha às até então praticadas nestes locais (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba) se apresentaram e todas as mudanças que chegaram com ela e se colocaram frente a frente com as populações locais.

As condições em que se dão estes **processos** territorializantes são detalhadas em nosso trabalho.

Em uma escala mais localizada temos observado processos de mudanças estruturais das comunidades locais em seu modo de vida e em suas relações sociais e relações sociais de produção. A chegada do outro, seja do grande capital, seja da mão-de-obra de migrantes oriundos de diversas partes do país contribui para estas transformações.

A espacialização do setor sucroalcooleiro impulsiona, neste movimento, a des(re)territorialização do que já existia: novas redes de relações econômicas e culturais transmutam/transfiguram as já estruturadas e sobre elas consolidam mudanças, sejam políticas, sociais, de produção ou culturais; nisto reside a gênese dos processos de desterritorializações destes grupos que já estavam presentes e reterritorialização de outros novos e é aí, também, que reside nossa problemática.

Em relação aos grupos pesquisados na região, em especial no município de Ibiá, investigamos as relações de desterritorialização e reterritorialização das comunidades locais, dos migrantes e do grande capital (aqui representado por

usinas/destilarias do setor sucroalcooleiro). No decorrer destas investigações, alguns questionamentos surgiram: como resistem ou reagem a tais processos? Como ficam os sobrantes<sup>20 21</sup>? Como ficam os que resistem? Onde e como se reterritorializam?

Estas são, portanto, algumas das questões que nos propusemos a responder.

Compreender não apenas a realidade da população local, da mão-de-obra empregada, das modificações envoltas nas relações como também compreender o **papel do capital canavieiro** (que já consolidou a sua lógica de atuação na região) no jogo territorializante é parte do que tratamos neste trabalho.

### ***Procedimentos metodológicos***

Para atingir os objetivos propostos partimos, a princípio, de uma revisão bibliográfica dos temas que seriam abordados na pesquisa. Relacionamos a produção teórica com que íamos encontrando no campo. Pesquisas em fontes históricas como jornais e revistas nos ajudaram na compreensão dos processos e evolução espacial da área estudada.

Em um segundo momento começamos a pensar nas escalas possíveis em nosso objeto de estudo. A mesorregião do Triângulo Mineiro foi considerada quando tratamos de dados quantitativos, ou seja, dados que nos remeteram à compreensão

---

<sup>20</sup> Entendemos por sobrantes aquelas populações que, oriundas de algum outro lugar, não conseguem se “encaixar” nas atividades de produção na nova região. Estes “sobrantes” tendem a ser uma realidade no município estudado uma vez que estão em curso processos de migração de outras regiões de trabalhadores ocupados com o corte de cana-de-açúcar. Com a mecanização prevista, em forma de lei, para a colheita de cana-de-açúcar a partir do ano de 2012 (mas de forma gradual, desde já) uma parcela de trabalhadores que se instalam na cidade tende a permanecer sem trabalho nas roças de cana então mecanizadas. A absorção destes trabalhadores foi intensa até entrar em vigor a referida lei, contudo já temos percebido uma diminuição gradual de ocupações de trabalho.

<sup>21</sup> Por hora, os trataremos apenas como “sobrantes” e no decorrer do texto, com o aprofundamento das discussões e dos conceitos, compreenderemos que são, em uma última análise, indivíduos desterritorializados.

em uma escala maior de como a expansão das lavouras de cana-de-açúcar tem interferido em diversas áreas do processo produtivo. Nela estabelecemos a identificação das usinas a fim de que pudéssemos ter uma compreensão acerca da expansão de novas unidades.

Estes dados foram levantados junto a órgãos como o SIAMIG/SINDAÇÚCAR e AIAA (Sindicado da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais, Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais e Associação das Indústrias de Açúcar e Alcool de Minas Gerais), assim como informações a respeito da logística de produção e transporte da cana-de-açúcar e seus subprodutos.

Numa escala em que aprofundamos detalhamentos, escolhemos o município de Ibiá a fim de que pudéssemos avançar nos questionamentos que envolvem transformações nos modos de vida das populações “tradicionais” do Cerrado mineiro. *Tal escolha deve-se, sobretudo, à velocidade dos processos experimentados neste município.*

Tivemos neste recorte mais aprofundado, oportunidade de verificar com maior detalhe o processo de controle dos territórios pelos agentes diversos do capital agrícola da região. Na metodologia aplicada consideramos o movimento das interações desses grupos (sejam proprietários de terras, agentes das usinas/destilarias, trabalhadores rurais e outros capitalistas agrários produtores rurais na região) aonde estabelecemos cuidados especiais em relação à observação das ações que expressam contato de diferentes grupos e seus possíveis conflitos. Tal procedimento nos permitiu análises das transformações do espaço e dos processos de (des)construção e manutenção de territórios.

O contato com outros pesquisadores, principalmente aqueles que se dedicavam a temas próximos também foi importante. No que tange às vivências em



ambientes que nos proporcionariam descobertas e nos instigaram novas e construtivas dúvidas os seminários internos do Laboratório de Geografia Cultural da UFU foram de grande proveito. Os encontros com o orientador, assim como as reuniões com os colegas do laboratório na leitura de textos e discussões de temas foram vivenciados ao longo desta trajetória.

Junto com alguns destes colegas realizamos trabalhos de campo que, em muitos casos, duraram o curso de uma semana e se estendiam da região do Alto Paranaíba à região do Sudoeste Goiano na leitura de paisagens e descobertas de territórios criados pelas lavouras de cana-de-açúcar.

Os trabalhos de campo nos permitiram analisar e descrever diferenças entre as regiões pesquisadas e relacioná-las à realidade do município de Ibiá. Para isso observaram-se os modos de vida, as particularidades culturais e econômicas. Estabelecemos diálogos e, em alguns casos, houve o registro fonográfico das falas de entrevistados.

Estas entrevistas, ricas em detalhes, nos fizeram pensar e objetar o que de mais importante, ou pelo menos fundamental, se apresentaria em suas concepções sobre suas vidas e sobre a realidade espacial na qual se inseriam: como se relacionariam os homens entre si e com as atividades produtivas da qual fazem parte. Aliado a isso, a preocupação que se estenderia no comportamento ao que vinha de fora, de outra realidade... ao diferente, em suas tarefas econômicas, culturais e sociais.

O universo dos entrevistados foi escolhido, a princípio, nas incursões a campo. Visitamos propriedades rurais próximas às destilarias e, neste momento, tivemos os primeiros contatos com proprietários de terras que arrendaram suas

propriedades para plantio de cana-doce. A rede de entrevistados crescia à medida que visitávamos mais propriedades.

Os contatos nas usinas e com seus funcionários foram realizados, em um primeiro momento, por telefone. Após esta primeira aproximação conseguíamos marcar entrevistas que foram realizadas, em sua maioria, nos escritórios das próprias empresas.

As entrevistas com os trabalhadores e com outros produtores rurais do município foram realizadas na cidade, em suas casas e/ou outros locais de trabalho.

Impossível quantificar o número de entrevistas pois a cada diálogo com os interessados e envolvidos adquiríamos cada vez mais informações que, depois de examinadas e contrapostas incorporamos em nosso trabalho.

Não nos restringimos, obviamente, a trabalhadores rurais, proprietários de terras, produtores rurais e funcionários das usinas. Visitamos órgãos governamentais, sindicatos, dialogamos com a população local: vivenciamos o espaço pesquisado.

O contato com os pesquisados e a garantia da exatidão das informações nos custaram a conquista de sua confiança, para isso não uma ou duas, mas várias visitas a uma mesma localidade foram realizadas.

Quanto à estruturação dos capítulos pensamos, a princípio, num ordenamento histórico de eventos. Este ordenamento foi, por nós, estabelecido de acordo com as mudanças espaciais que determinados fatos ocorriam posicionados num tempo específico. No primeiro capítulo, assim, realizamos um resgate de ocorrências importantes para a compreensão da condição espacial do município de Ibiá no tempo presente.

O encaminhamento metodológico deste capítulo inicia-se com uma pesquisa bibliográfica e termina na contraposição do que foi encontrado à fala de entrevistados, selecionados na medida em que vivenciaram tais fatos.

Sendo assim, o primeiro capítulo trata da ocupação histórica do município e sua contextualização no cenário da região e, posteriormente, analisamos fatos históricos e econômicos capazes de exemplificar as heranças que o campo e a cidade Ibiaenses receberam.

No segundo capítulo tratamos da evolução espacial no tempo presente do município de Ibiá. Para isso, realizamos uma análise dos conceitos de território, territorialidade, territorialização e desterritorialização contextualizando a substituição de agentes capitalista no campo Ibiaense.

A chegada da destilaria e a expansão das lavouras de cana-doce foram analisadas à medida que incorporaram modificações nas relações de trabalho, na valorização da renda da terra e dos preços pagos na compra e venda de propriedades rurais e na disputa por terras agricultáveis no município com outros produtores rurais.

Tratamos, então, no segundo capítulo, da expansão territorializante do setor sucroalcooleiro na região estudada e consideramos diversos aspectos que resultaram desta expansão.

No terceiro capítulo damos especial atenção na forma como as estratégias de territorialização abarcam a renda da terra como mecanismo para minar e enfraquecer concorrentes e, especialmente, o próprio proprietário de terras.

Tal enfraquecimento facilita as ações do setor sucroalcooleiro em tornar a terra cativa, ou seja, continuar o plantio em propriedades arrendadas. Este

mecanismo mantém a produção da própria destilaria, ao estabelecer as condições necessárias para a sustentação do processo produtivo, evitando uma eventual escassez da matéria-prima.

No quarto capítulo trabalhamos com o cenário atual do município em questão. Mostramos como os produtores rurais que enfrentam a concorrência por parte da Usina em relação ao acesso à terra têm se estruturado e reorganizado o seu processo produtivo. A bem verdade detalhamos o seu processo de reterritorialização e rearranjos produtivos.

Mostramos também o enfraquecimento das discussões relativas à chegada e expansão deste empreendimento sucroalcooleiro. Em um primeiro momento, tal empreendimento despertou as mais diversas discussões relativas à sua chegada. A população da cidade, produtores e trabalhadores rurais, proprietários de terras, comerciantes, dentre inúmeros outros segmentos tratavam das mais diversas características da expansão das lavouras de cana-doce no município. Muitos contrários, outros não.

Em um momento atual, contudo, os envolvidos parecem aceitar e tratam o empreendimento como já incorporado ao município como setor econômico e cultural indissociável. Já não parece tão estranho quando de sua chegada.

Por último, o quarto capítulo trata, no cenário atual, da real condição da usina. Em sua área plantada, na expansão das lavouras que parecem ser contraditórias em um processo de acumulação e reprodução ampliada do capital. Ilustramos com os inúmeros processos aos quais ela é ré e devedora a empresas particulares, trabalhadores e ao Estado, em compromissos financeiros não cumpridos que se contrapõem à expansão da área plantada que tem aumentado significativamente nos últimos anos.

Demonstramos tal expansão na perspectiva economicista e, porque não dizer, espacial do processo territorializante.

Por fim, encerramos nosso trabalho com as considerações finais a respeito de nossas impressões sobre o objeto e região estudados, assim como sobre as impressões relativas ao nosso trabalho e as contribuições que (pretendemos) esta dissertação possa ter dado à elucidação de questões que nos propomos a resolver.

## **CAPÍTULO 01**

## 1. CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DA ÁREA DE ESTUDO

*O Cerrado*

*Informe a terra aos seus desígnios,  
buritis errantes sobre os ermos  
charcos isolados,  
plantados sob nuvens passageiras.  
Nuvens como plumagens derradeiras  
chovendo a intervalos.  
Interstícios, vestígios vegetais.  
Redemoinhos elevam-se  
nos horizontes minerais  
sinais montes trilhas.  
Jamais.  
Um resto de umidade  
no ar,  
flores secas  
queimadas  
lambendo horizontes  
reiteradamente. (...)*

*Antônio Miranda*

Na definição de nossa área de estudo compreendemos que alguns conceitos geográficos deveriam ser analisados. Esta análise se deu na perspectiva de que estes conceitos nos permitiriam uma compreensão acerca da evolução e organização espacial da área, ou seja, seu processo histórico de formação. Para isso, uma abordagem teórico-metodológica nos apontou o conceito de espaço (concebido aqui como sinônimo de espaço geográfico) como ponto de partida para esta análise.

Concomitantemente à análise do conceito de espaço tecemos algumas considerações sobre outra categoria, o tempo. Estas considerações foram necessárias à medida que compreendemos ser indissociável a análise, em separado, destas duas.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> O conceito de território, tão importante para nosso trabalho, é tratado no segundo capítulo por considerarmos-lo o local apropriado em razão de uma discussão mais extensa e em razão de

Para compreendermos a idéia do tempo na análise geográfica tomamos por base as contribuições de Suertegaray (2001) que analisa a evolução de sua abordagem junto ao conceito de espaço geográfico por meio de três representações: *seta*, *ciclo* e *espiral*.

Num primeiro momento a Geografia assumiria uma concepção de tempo próxima à abordagem de Kant; nesta interpretação o tempo seria analisado sob aspectos lineares, seqüenciais no espaço cuja análise se pautava nas relações entre grupos humanos com o meio onde vivem. Para Suertegaray (2001) essa representação seria definida como “*seta-evolução*” do tempo no espaço geográfico.

Uma segunda abordagem estava pautada na visão do tempo como ciclo, permeando, por muitos anos, a ótica pela qual os geógrafos orientavam seus estudos nas relações espaciais. Esta compreensão via os fatos ocorridos no espaço em uma seqüência que sempre retornaria a um ponto inicial, ou seja, movimentos e ações que se repetiriam com certa constância. O tempo, sob esta percepção, “evoca a idéia de uma dinâmica estável” (SUERTEGARAY, 2001, p.02). Esta perspectiva, em nossa opinião, frustra-se em sua abordagem concomitante com o espaço, pois sua estabilidade muito pouco seria afetada por fatos alheios.

A terceira visão, concebida no seio da visão crítica da Geografia, compreendia a análise do tempo como espiral. Neste sentido,

o tempo é entendido como seta e ciclo, ou seja, o espaço geográfico se forma (no sentido de formação, origem) e se organiza (no sentido de funcionalidade), projetando-se como determinação ou como possibilidade. Esta projeção se faz por avanços (seta) e retornos (ciclo). Neste contexto, o espaço geográfico é a coexistência das formas herdadas (de uma outra funcionalidade), reconstruídas sob uma nova organização com formas novas em construção, ou seja, é a coexistência do passado e do presente ou de um passado reconstituído no presente. (SUERTEGARAY, 2001, p.02).



Esta ultima visão do tempo na Geografia influenciou nossas análises e abordagens do espaço, ao considerarmos-la como uma via alternativa às amarras de sua concepção em forma de ciclo ou seta, pois o espaço também se comportaria numa relação de movimentos dialéticos com o tempo, ou seja, estes se influenciariam na manifestação de multifuncionalidades que variam em aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Em nosso trabalho, o que queremos deixar claro é que a relação espaço e tempo apresenta marcas que estruturam a realidade presente: em Ibiá a realidade atual, seja econômica, cultural, política...espacial, é decorrente de coexistências de fatores que se influenciaram ao longo dos anos, ou seja, o campo e a cidade trazem consigo heranças que condicionam novas apropriações do espaço e que faz com o presente permutas que, por sua vez, deixarão novos legados a tempos futuros em condições de determinação e/ou possibilidades de uso e apropriação do espaço.

Este entendimento dialético de espaço em relação ao tempo pode ser percebido na análise de Harvey (1980, 1983) ao conceber o espaço como absoluto, relativo e relacional, pois sobre uma base material (espaço absoluto) assentam-se objetos conexos (espaço relativo) que se relacionam entre si e com a base em que se estabelecem formando o espaço relacional.

Este espaço relacional varia em suas relações no tempo uma vez que nele se assentam objetos variados e de funcionalidades diversas, pois “o objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos” (HARVEY, 1980, p.53) e, em nosso entendimento, com o próprio espaço.

A esta concepção colabora o entendimento de Santos (1982) ao apontar que

o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem neles mesmos sua própria explicação. Isso seria adotar uma metodologia puramente formal, espacista, ignorando os processos que ocasionaram as formas (SANTOS, 1982, p. 40).

Esta é, então, uma perspectiva relacional entre objetos e entre estes e o espaço, considerando-se suas temporalidades.

Sob esta perspectiva percebemos que o espaço é compreendido como um conjunto de sistemas de objetos e de sistemas de ações, ou, no dizer de Milton Santos (2006 [1996], p.31) “o espaço reúne a materialidade e a vida que as anima”. Esta reunião se dá na perspectiva de acumulações, ou seja, o que se apresenta momentaneamente é resultado de sobreposições ao longo de um tempo histórico.

Estas sobreposições materiais no espaço ao longo do tempo são o resultado de diversas relações sociais que se deram no contato de diferentes grupos humanos em um mesmo local. Assim, toda a análise do que se apresenta no momento presente deve ser encaminhada junto ao entendimento de que estas se relacionam a acontecimentos variados. Estes acontecimentos revelam práticas socioculturais e econômicas de diferentes grupos humanos em datas diversas, mas que se interferem, deixam resíduos (MARTINS, 1996), marcas, rugosidades (SANTOS, 1980), pois “nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas” (MARTINS, 1996, p.15).

Assim, podemos afirmar que o espaço relaciona-se com o tempo e com os objetos nele inseridos produzindo transformações em dimensões variadas na vida dos grupos que o habitam. É, portanto, uma herança<sup>23</sup> definida e redefinida através

---

<sup>23</sup> Ao pensarmos o movimento, entendemos as heranças como os próprios resíduos de tempos passados, ou seja, relações sociais de diversas origens temporais que deixaram marcas no espaço e se relacionam em permutas com o tempo presente, apresentando possibilidades ou condicionando práticas.

dos anos em diversas funções, sejam estas econômicas, sociais e, principalmente, culturais.

O espaço é, portanto, a “acumulação desigual dos tempos” (SANTOS, 1982, p.03). Tal formulação tem sido repetida exaustivamente por diversos geógrafos, contudo, a assertiva de Milton Santos muito bem delimita a amplitude conceitual de espaço uma vez que sua construção é resultado de heranças sociais e históricas dos grupos que nele habitaram ou, de alguma outra forma, interferiram, construindo nele territórios, lugares, redes... e modificando paisagens.

Em relação à nossa área de estudo perceberemos, no decorrer do capítulo, os diversos grupos a que nos referimos e que atuaram no complexo processo histórico, econômico e sociocultural de ocupação do município: quilombolas, pequenos proprietários de terras, o capital industrial e agrário nacional e internacional, o Estado, dentre inúmeros outros agentes.

O conceito de espaço torna-se importante neste capítulo ao exemplificar o momento presente do município em relação às suas heranças culturais e, principalmente, econômicas. O espaço, impregnado de história (DOLFUS, 1991), se apresenta na área estudada como resultado de projetos que, ao longo do tempo, deixaram marcas identitárias ao interferir em sua organização social, econômica, demográfica e nos recursos técnicos e culturais dos grupos que o habitaram.

O entendimento de como o município de Ibiá se apresenta só é possível a partir da compreensão de um resgate histórico cuja análise deve ser encaminhada conjunta com fatores econômicos uma vez que estes representam momentos importantes na configuração espacial e cultural da área estudada. Por este motivo em um primeiro momento trazemos um resgate histórico da ocupação da área

compreendida pelo município e uma caracterização de marcos importantes que deram origem à sua configuração socioespacial. Realizamos tais análises no subitem “Povoamento e divisão administrativa”.

Em um segundo momento do capítulo realizamos um resgate histórico de marcos econômicos do município na análise de três projetos que, de formas variadas, mas relacionais, deram importantes contribuições na configuração espacial e definição de suas identidades econômicas e agrárias. No subitem “Marcos Econômicos” avaliamos estas transformações com o cuidado de relacioná-las às mudanças dos modos de vida e da racionalização econômica de setores ligados a estes projetos.

Por fim, tecemos considerações acerca das mudanças estruturais que estes projetos trouxeram, principalmente relacionadas ao mundo rural Ibiaense. Neste momento preparamos “o campo” de análise para a entrada do segundo capítulo que se configura na substituição de uma realidade existente e consolidada, ou seja, na chegada e expansão da cana-de-açúcar em um ambiente que há muito se estruturava em outras bases econômicas e comerciais, modificando estruturalmente modos de vida, relações de trabalho, renda da terra e possibilidades econômicas.

Para atingir tais objetivos foi preciso, a princípio, uma incursão na própria história do município. Para isto realizamos pesquisas bibliográficas acerca de temas como a ocupação e formação territorial da região. Executamos, também, pesquisas no arquivo público municipal e em jornais e revistas de períodos variados que pudessem nos ajudar a conhecer e interpretar determinados fatos ocorridos em momentos pontuais.

Em relação aos modos de vida, às mudanças que a modernização agrícola trouxe a determinados produtores rurais e à racionalização técnica trazida no seio

desta modernização realizamos entrevistas com diversos segmentos envolvidos. Antigos e “novos” produtores rurais da região; os primeiros fazem parte dos moradores tradicionais, com hábitos culturais enraizados no ambiente do Cerrado. Os segundos são os migrantes trazidos pelos programas de reocupação deste bioma ou pelas facilidades de compra de terras<sup>24</sup> e produção agrícola no município.

A compreensão de sua realidade atual foi possível por meio de uma inserção no “espaço vivido” destes grupos, ou seja, dos proprietários de terras e dos trabalhadores rurais. Consideramos o “vivido” a partir da perspectiva de Santos (1999, p.111) como sendo “resultado de fatos que elevam o lugar como pertencimento, como uso do real”. O vivido, neste caso, nos possibilitou a compreensão de suas características econômicas, sociais e culturais na medida em que proporcionam sua reprodução nestes diversos aspectos.

### **1.1. Povoamento e Divisão administrativa**

O topônimo diz muito sobre as características naturais do lugar: na língua dos índios “Araxá”, antigos habitantes da região, significa “terras altas”, “chapadas”, “serra cortada” ou ainda “cabeceiras altas”.

A região faz parte da bacia do rio Araguari e as águas que por ali nascem ou “cortam as serras” serpenteiam mais alguns quilômetros e já como Rio Araguari, onde a maior parte deságua, se junta com o rio Grande para formarem o Rio Paraná.

---

<sup>24</sup> O município, inserido na região do Cerrado, teve suas terras valorizadas agronomicamente a partir da década de 1970; contudo, os preços pagos na compra da terra ainda eram pequenos em relação a outras regiões brasileiras e até mesmo em relação a outras regiões no estado, como o Sul de Minas. Somente no final da década de 1990 e início dos anos 2000 é que a valorização da região foi realmente significativa. Os valores pagos na compra da terra e, em especial o valor pago pelo arrendamento, são tratados com atenção em nosso segundo capítulo.

O rio Paraná, por sua vez, corta parte da área central do Planalto Meridional Brasileiro e as águas que brotam em território Ibiaense<sup>25</sup> o ajudam a se tornar o segundo maior rio em extensão da América.

Em Ibiá é grande a quantidade de cursos d'água que cortam o município, cavam as chapadas, alimentam vegetações de Cerrado, abastecem as gentes e irrigam lavouras... grandes lavouras. O município está localizado entre a latitude sul -19° 28' 42" e a longitude oeste 46° 32' 30" encravado no Planalto de Araxá, na região do Alto Paranaíba, estado de Minas Gerais, e se estende por uma área de 2.708 km<sup>2</sup> que limita divisas com os municípios de Araxá, Serra do Salitre, Rio Paranaíba, Campos Altos, Pratinha, Medeiros e Tapira a uma altitude média de 895 metros.

Historicamente a região onde hoje se encontra o município foi reconhecidamente uma região de “passagens” e travessias. Ele está localizado em um dos caminhos utilizados pelos Bandeirantes paulistas para se chegar aos “minerais de fortuna” extraídos nas minas onde atualmente localizam-se os estados de Goiás e Mato Grosso. Com a necessidade de oficialização destes caminhos – conhecidos como “Picadas” –, a fim de conter o contrabando que crescia com a abertura de rotas alternativas é que se criou a “Picada de São João Del Rey-Goiás”, aberta no ano de 1737 (figura 01). Por ali, na passagem de Bandeirantes e tropeiros, na criação de entrepostos, surgiu a povoação que anos mais tarde originaria o município.

Foram, nos arredores desta picada, concedidas demarcações de 42 sesmarias<sup>26</sup> a fim de facilitar a ocupação de um “território” importante para a Coroa, pois creram, seu povoamento dificultaria o contrabando dos achados na região.

---

<sup>25</sup> Gentílico referente ao município de Ibiá.

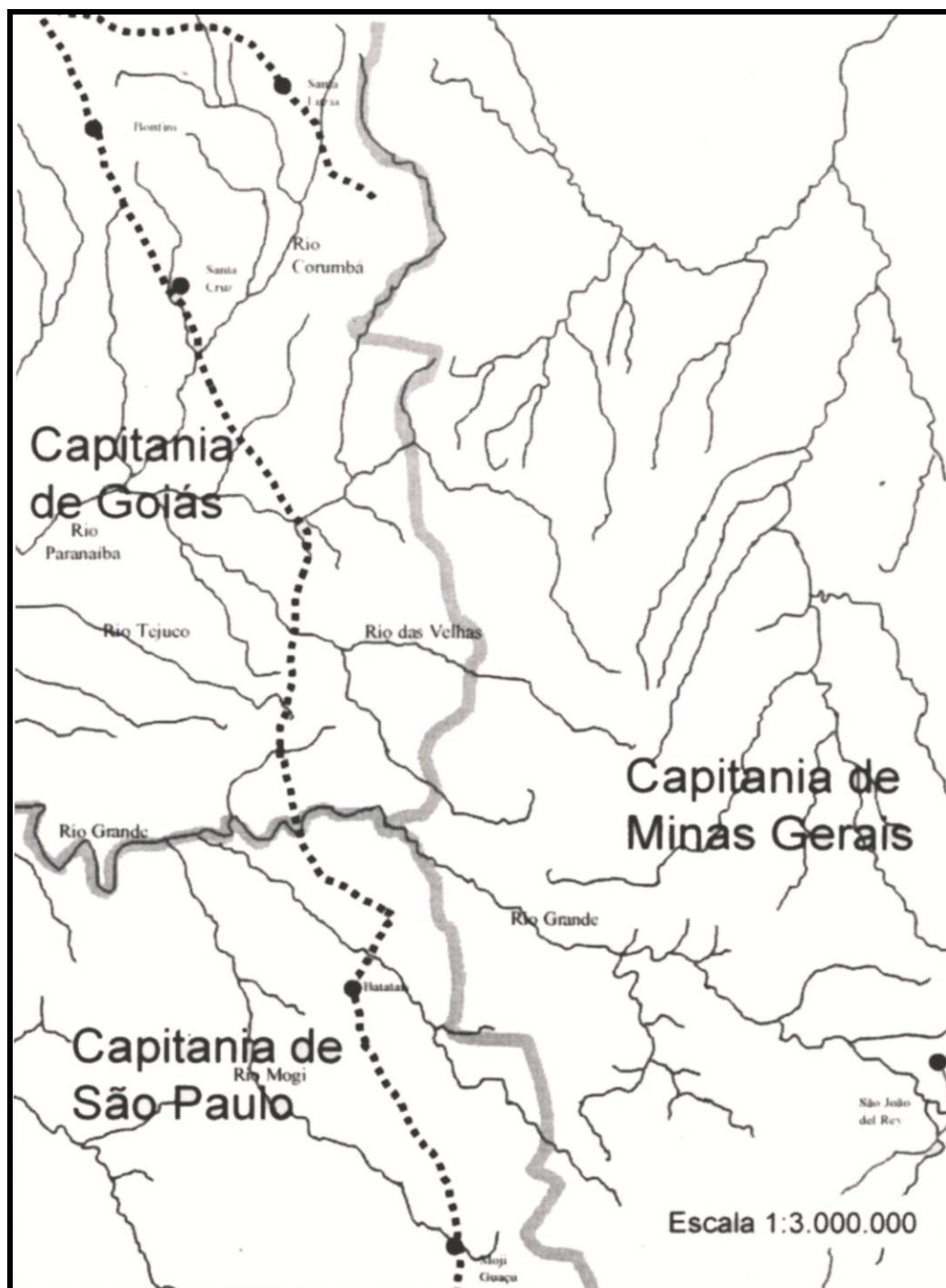


Figura 1: Rotas das Picadas abertas na região no século XVIII. Estrada do Anhanguera: trajeto feito pelos Bandeirantes Paulistas (1736).

Fonte: D' Alincourt (1975), Saint Hilaire (1975, Eschwege (1996), IBGE (1972). Apud Lourenço, L.A.B. (2002).

<sup>26</sup> O sistema de sesmarias consistia na doação de terras, geralmente, a homens ligados à nobreza e a militares e navegantes condecorados com títulos de vitória em batalhas consideradas de extrema importância para Portugal. No Brasil este sistema foi implantado a partir do ano de 1530 pelo então Capitão-mor e Governador das Terras do Brasil, Martin Afonso de Souza. A concessão destas terras tinha como propósito a efetiva ocupação e colonização do território. Esse modo de concessão de terras perdurou no Brasil até meados do século XVIII e seu tamanho, ao longo da história, teve grandes variações; o que se sabe, contudo, é que a partir do ano de 1697 as extensões já haviam sido limitadas a 14,5 Km<sup>2</sup>.

A partir da segunda metade do século XVIII muitas outras Bandeiras chegaram e/ou passaram pela região. Com caminhos variados, seguiam principalmente para as minas de ouro do Rio Paracatu em comitivas repletas de indígenas e negros que se constituíam na mão-de-obra escrava utilizada nas minerações. Aos trabalhadores escravos que conseguiam fugir das minas, dos feitores e dos capitães-do-mato, restava salpicar as grotas e as matas de Cerrado com comunidades quilombolas. (MARTINS, 1992; PMI, 2009)

Ao longo destes caminhos os negros fugidos, sejam escravos “paulistas” ou “mineiros”, constituíram o que Martins (1995) demonstrou ser a maior “confederação” quilombola em extensão territorial já vista no Brasil e que hoje é conhecida como “Confederação Quilombola do Campo Grande”, ou simplesmente “Quilombo do Campo Grande”. Extremamente organizada, esta “confederação” se dividia em povoados espalhados num raio de centenas e até milhares de quilômetros em torno de uma “capital” na qual era concentrada uma hierarquia administrativa em uma espécie de Estado-Maior constituído de elementos de confiança e devoção a um rei chamado Ambrósio.

Ao rei Ambrósio cabia a organização disciplinar e a divisão do trabalho comunitário, em grupos ou setores, de acordo com suas aptidões e especialidades e destinava, a determinados grupos, os trabalhos de proteção da confederação em uma organização semelhante a organizações militares, a outros a criação de gado, cultivo de roças, fabricação de aguardente, açúcar e farinha ou atividades de caça, pesca e garimpo. Havia também grupos que, de acordo com o historiador Waldemar de Almeida Barbosa, “saíam em grupos de trinta mais ou menos”, e pilhavam as fazendas ou as comitivas de viajantes que traziam minerais dos garimpos ou levavam mantimentos às minas.



A obediência ao rei Ambrósio era também um reconhecimento à “capital da confederação” que migrou<sup>27</sup>, segundo estudos de Martins (1992), da região onde hoje está instalada a cidade de Cristais, no sul de Minas, para terras que ficam nos limites do atual município de Ibiá. Esta região chegou a ser, em meados do século XVIII, a capital de um “Estado negro” subjugado e encravado dentro de um Estado maior que possuía grande poderio militar e estava juridicamente instituído: territórios de lutas e resistências que culminaram em diversas investidas da Coroa a fim de dizimar as comunidades quilombolas “hostis”.

Como é de conhecimento, os deslocamentos ao interior do Brasil ocorriam, quando possível, às margens dos grandes rios que serviam de orientação e facilitavam a instalação de entrepostos em suas proximidades. Na região, às margens do Rio Misericórdia, foi aberta a estrada e ao seu redor foram montados ranchos de tropas, o que facilitou uma comunicação entre as minas e as povoações com São Paulo. “Ali se alugavam pastos para os animais e havia fornecimento de cereais e pouso para as comitivas que conduziam as cargas (...) até a capital de Goiás” (PMI, 2009, p.04).

Segundo relatos um pouso instalado às margens do rio e da estrada foi construído a pedido do bandeirante “Anhanguera” e é nos arredores deste pouso que teria surgido o primeiro povoado. Há, contudo, outros relatos a respeito de um proprietário de terras chamado Antônio Alves Costa que, ao cumprir uma promessa

---

<sup>27</sup> Segundo estudos o primeiro “Quilombo do Ambrósio”, como ficou conhecido o quilombo habitado pelo rei Ambrósio que detinha influência sobre os demais, foi destruído no ano de 1746 por um exército chefiado por Antônio João de Oliveira. Os sobreviventes migraram, então, e reergueram o segundo “Quilombo do Ambrósio”, arrasado no ano de 1759 na investida de Bartolomeu Bueno do Prado onde, segundo registros oficiais, teria morrido Ambrósio. Muita polêmica cerca esta história pois, há ainda relatos, principalmente relatos orais que resistiram ao tempo e hoje são ainda contados por antigos moradores da cidade, de que Ambrósio teria conseguido escapar por um rio chamado Rio Misericórdia que se junta ao rio Quebra Anzol e, na época, antes do represamento do Rio Araguari para a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, se juntava ao mesmo, tendo seguido por este até a região onde hoje é o município de Indianópolis (MG), onde teria se fixado e formado uma nova e pequena povoação.

feita a São Pedro de Alcântara, aonde teria conseguido a graça pedida, doou partes de suas terras para a construção do povoado.

De fato, o primeiro nome do povoado foi “Arraial de São Pedro de Alcântara” contudo, estas duas versões não se anulam podendo, assim, completar-se uma vez que ocorreram em tempos históricos diferentes pois as primeiras referências ao povoado São Pedro de Alcântara (com esse nome) datam de 1818, período posterior às viagens do Anhanguera à região.

A ocupação da região esteve relacionada à estrada de Goiás e ao tráfego de gentes e mercadorias num testemunho espacial de lutas e conservação territorial, na contrastante ocupação norteadada pela opulência e descaso, nas resistências e nos massacres, e nas sesmarias que deram origem, como em todo território brasileiro, aos grandes latifúndios. Estas ações deixaram sinais ao longo dos tempos e imprimiram na paisagem marcas que se tornaram estigmas, feriram as terras e as gentes, concentraram posses, espalharam disparidades enraizaram hábitos. Veremos alguns destes rastros no decorrer do trabalho.

#### *1.1.1. Da Formação Administrativa*

O distrito foi criado com a denominação de São Pedro de Alcântara, por meio de uma Lei provincial de n.º. 2980, datada de 10 de outubro de 1882. A 14 de setembro de 1981, por meio da Lei estadual n.º. 2, fica subordinado ao município de Araxá e, no ano de 1911, São Pedro de Alcântara figura, em divisão administrativa do Estado, como um dos distritos Araxaenses.

Elevado à categoria de município em 07 de setembro de 1923 pela Lei estadual n.º 843, desmembra-se de Araxá, recebe o nome de Ibiá e conta com aproximados 11.000 habitantes. (Arquivo Público de Ibiá.) Com sede na povoação de São Pedro de Alcântara, ganha com esta mesma lei 3 distritos: Santo Antônio da Pratinha, Araxá e Tobati, sendo que o primeiro é também desmembrado de Araxá e o último criado pela mesma lei que criou o município, realmente instalado em 27 de janeiro de 1924.

Os anos seguintes foram anos com grandes transformações administrativas. Um documento histórico da prefeitura resume tais transformações:

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 3 distritos: Araxá, Santo Antônio da Pratinha e Tobati Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. Pelo Decreto estadual nº 148, de 17-12-1938, o distrito de Santo Antônio da Pratinha passou a chamar-se simplesmente Pratinha. Sob o mesmo decreto-lei acima citado Ibiá adquiriu o município de Araxá o distrito de Argenita ex-São José do Araxá e ainda pelo mesmo decreto-lei é criado o distrito de Campos Altos com territórios desmembrados do distrito de Pratinha e anexado ao município de Ibiá. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Ibiá, Argenita, Campos Altos, Pratinha (ex-santo Antônio da Pratinha) e Tobati. Pelo Decreto-lei estadual nº 1058, de 31-12-1943, desmembra do município de Ibiá os distritos de Campos Altos e Pratinha, para formar o novo município de Campos Altos. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 3 distritos: Ibiá, Argenita e Tobati. Assim permanecendo em divisão territorial até os dias atuais (PMI, 2009, p. 05).

Com a instalação oficial do município, Ibiá passa a ter administração autônoma e, com isso, divisão territorial bem delimitada. Após esta instalação vários acontecimentos deram uma conotação identitária ao município, como a chegada da ferrovia e a estruturação de sua população urbana. Alguns marcos ajudam a caracterizar o município em sua organização espacial, dentre estes se destacam os marcos econômicos.

## **1.2. Marcos econômicos**

Neste subitem procuramos demonstrar a importância de determinados marcos econômicos para o município na perspectiva de consolidação de sua identidade agrícola e configuração espacial da estrutura urbana.

Compreendemos que os marcos econômicos se dividem, principalmente, em três grandes projetos. O primeiro projeto está na chegada da Ferrovia no ano de 1913, o segundo na instalação de uma fábrica da Nestlé, no ano de 1964 e o terceiro inicia-se quase uma década depois com um projeto de colonização que abrangeu áreas do município. Tal projeto, denominado PADAP, instalou-se ao manter uma sintonia com os projetos de modernização agrícola no Cerrado brasileiro a fim de aumentar a área agricultável no Brasil.

### *1.2.1. A chegada e estruturação da Ferrovia: auge e decadência de um projeto*

A estrada de terra, o girar lento das rodas em madeira e o gemido arrastado e afogadiço dos carros de boi deram lugar às linhas duras de ferro em trilhos que suportam a máquina e suplantam tempos lentos: a chegada da linha ferroviária em Ibiá, inaugurada no ano de 1913, se arrastava, assim como os carros de boi, devagar há pelo menos 30 anos quando começaram as primeiras negociações para sua instalação. A primeira estação que levou o nome do então arraial (São Pedro de Alcântara) foi inaugurada logo na chegada da ferrovia pela *Estrada de Ferro Goiás*, as duas estações seguintes, Guabiroba e Catiara, no ano de 1916.



Foto 1: Primeira Locomotiva de Ibiá.  
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ibiá.

As linhas, assim como as estações, foram ao longo do tempo propriedades de diversas companhias, a saber: Estrada de Ferro Goiaz (1913-1920), Estrada de Ferro Oeste de Minas (1920 – 1931), Rede Mineira de Viação (1931 – 1965), Viação Férrea Centro Oeste (1965 – 1975), Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) (1975 – 1996) e, após a privatização da RFFSA no ano de 1996 está sob controle da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce (Vale).

A E. F. Goiás quando da instalação da primeira estação, deu início à construção de um ramal que a ligaria à cidade de Uberaba; com sua falência, foi incorporada (linha-tronco e ramal) pela *Estrada de Ferro Oeste de Minas* (EFOM) que completou a construção após esta aquisição, ocorrida no ano de 1920. Já nos anos de 1920 a estação São Pedro de Alcântara, assim como o distrito, tem seu nome alterado para Ibiá e é dela que sai o ramal para Uberaba. A aquisição da linha-tronco pela EFOM fez parte de um projeto ambicioso cuja intenção era ligar o sul do

Estado de Goiás a Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro o que ocorreu, de fato, no ano de 1928.

O transporte de passageiros duraria até o final da década de 1980, contudo na década anterior, a linha tronco “foi se desfazendo em diversos trens durante os anos (...)” (PMI, 2009, p.07) e o que restou foi um trem de passageiros diário que fazia a rota Ibiá a Monte Carmelo, na região do Triângulo Mineiro. Atualmente a estação Ibiá está desativada e os trilhos que trouxeram progresso, avivou comércios, hotéis e aproximou pessoas apenas transportam grãos e combustível sob a bandeira da Ferrovia Centro Atlântica (FCA).



Foto 2 e Foto 3: Antigos estabelecimentos comerciais localizados às margens da ferrovia na cidade de Ibiá, MG.

Com o enfraquecimento das atividades relativas à ferrovia e com a extinção do transporte de passageiros a região que abrigava hotéis, restaurantes e estabelecimentos que vendiam produtos de primeira necessidade entra em decadência comercial. O que resta, na paisagem, é estrutura física dos estabelecimentos que permanece relativamente conservada a testemunhar tempos mais “prósperos” no antigo setor comercial.

Fonte: FARIA, Arley Haley (2008).

Com uma população pequena e em sua maioria rural (cerca de 90% nas décadas de 1920 e 1930) as lavouras do município eram destinadas, basicamente,

para autoconsumo<sup>28</sup> e entre elas destacaram-se o milho, o feijão, o arroz em sequeiro e a mandioca; somente o café, dentre os produtos produzidos no município, era transportado nos vagões da linha férrea que o atravessava. Ainda assim, os trilhos e estações foram importantes para a produção agrícola local uma vez que o excedente era comercializado pelas famílias nas proximidades da estação o que proporcionou o surgimento de pequenos estabelecimentos comerciais na recém formada cidade.

A estação e a ferrovia ainda tiveram importantes papéis na configuração espacial e social do município: com a criação de uma oficina de manutenção de locomotivas e vagões (foto 04), uma das maiores e mais importantes de todo o trecho da ferrovia, houve a chegada de um grande número de trabalhadores especializados para trabalhar no setor.

Segundo informações de antigos funcionários, mais de 1.000 trabalhadores chegaram a ocupar postos de trabalho na unidade e possuíam uma remuneração média de 7 salários mínimos, chegando, por isso, a se tornarem a principal classe consumidora da cidade, afinal, o emprego destes trabalhadores era um dos poucos tipos de ocupação que permitiam rendimentos fixos na época, o que impulsionou a ampliação de créditos (as chamadas cadernetas, ou contas) por parte dos comerciantes para com os ferroviários.

---

<sup>28</sup> É preciso considerar, contudo, que mesmo em pequena escala havia trocas. O excedente de sua produção, que não era destinado ao autoconsumo da família era comercializado, trocado com outras mercadorias não produzidas na propriedade. O autoconsumo, neste caso, era a produção de alimentos suficiente para as necessidades da família que vivia na terra. Utilizavam, como veremos posteriormente, um sistema de produção com poucas técnicas agrícolas e uma utilização da mão-de-obra familiar e que, geralmente, tinha um baixo índice de produtividade.



Nas margens da ferrovia, para atender este público<sup>29</sup> e também aos viajantes, houve a implantação de hotéis, pensões, restaurantes e de casas comerciais com produtos de primeira necessidade, roupas, tecidos, dentre outros.



Foto 4: Vista aérea do pátio ferroviário de Ibiá.

Neste pátio há uma das maiores e mais importantes oficinas de todo o trecho da ferrovia. Nos tempos áureos da estação havia um grande número de trabalhadores especializados que trabalhavam no setor.

Fonte: Acervo da EFBrasil.

A economia do município tinha na ferrovia a sua fluidez sendo por muito tempo dependente de seus trilhos, do comércio que ela facilitava à sua volta por meio da chegada e partida de passageiros e, principalmente, dos salários dos “ferroviários”. Isso começou a mudar com uma ruptura drástica e pontual com a privatização da RFFSA (Rede Ferroviária Federal, S.A.), tratada pelo governo como desestatização, que se deu entre os anos de 1996 e 1998. Neste período algumas lojas da cidade fecharam as portas, outras tiveram uma diminuição de parte de seus

---

<sup>29</sup> Os funcionários da Ferrovia mantiveram por muito tempo uma cooperativa com o intuito de comercializar produtos de primeira necessidade entre as famílias dos trabalhadores da empresa. Numa conjuntura regional entendiam ter um grande poder de compra e, com isso, o usaram para um fortalecimento da própria categoria e, principalmente, para gerar economia na compra dos produtos uma vez em que estes produtos eram comercializados a preços menores que os praticados no comércio da cidade, pois o pouco lucro que pretendiam era para a própria manutenção da cooperativa. Nela, além de produtos de primeira necessidade, eram vendidos tecidos para a confecção de vestuário, pequenos artefatos, dentre outros, ou seja, quase tudo que era comercializado em outros estabelecimentos da cidade.

lucros uma vez que a quantidade de funcionários ocupados na ferrovia fora diminuída drasticamente com demissões.



Foto 5: Ruínas de um antigo hotel localizado próximo à Estação Ferroviária Ibiá. Seu funcionamento, segundo antigos moradores da região, estava ligado às pernoites dos viajantes da ferrovia. Com a derrocada do transporte de passageiros o hotel perde clientela, assim como os estabelecimentos comerciais ao lado da ferrovia.

Fonte: FARIA, Arley Haley (2008).

Na cidade, os estabelecimentos comerciais que conseguiram permanecer abertos contaram com uma reestruturação só possível graças ao setor agropecuário. Os trabalhadores das lavouras, no gasto de seus salários, tiveram significativa contribuição no consumo de mercadorias no comércio, uma vez que entre os anos de 1996 e 1998, período das demissões dos ferroviários, o setor agropecuário no município gozava bons resultados econômicos.

É neste momento que, segundo alguns comerciantes, a cartela de produtos foi modificada em produtos característicos de comércio popular a fim de atender o

novo público. Estes acontecimentos serão detalhados oportunamente no terceiro capítulo.

A linha ferroviária foi responsável por uma estruturação econômica do município. Mais que isso, os modos de vida, as relações sociais que se estabeleciam nas atividades ferroviárias, a nostalgia trazida pelas lembranças dos moradores próximos e as redes sociais criadas pelas chegadas e partidas das gentes na Estação têm papel importante na configuração identitária da cidade. O tempo áureo da ferrovia deixou marcas nas memórias e nas paisagens, com testemunhos no patrimônio histórico material e imaterial em artefatos, “causos”, saberes e edificações.

#### *1.2.2. A fábrica da Nestlé e a reestruturação da pecuária leiteira no município*

No ano de 1964 entra em funcionamento na cidade uma fábrica da Nestlé para a produção de leite em pó. A chegada da fábrica, anunciada anos antes, trouxe esperança de progresso para a cidade na promessa de abertura de postos de trabalho e estruturação das atividades agropecuárias do município, especialmente para a pecuária leiteira.

A natureza do trabalho rural no município modifica-se estruturalmente e os modos de produzir que até então empregavam métodos tradicionais (em alguns casos até mesmo técnicas seculares) dão lugar a outra lógica, a uma lógica que vinha de fora: a um capital internacional que chega à cata de novos mercados e novas oportunidades de negócio.

O cerradeiro<sup>30</sup> em *muitos casos vivia* em “estado de isolamento<sup>31</sup> do mundo que o cercava. (...) seus conhecimentos, não raro, restringiam-se ao bairro rural onde morava” (FERREIRA, 2002, p. 01) e é este cerradeiro, acostumado ao mundo restrito de relações sociais e econômicas, um dos atingidos neste projeto.

A pecuária no município que até então subsistia em condições de relativa subordinação ao capital financeiro e industrial começa, então, a aprofundar tais relações. A posse da terra e a exploração da força de trabalho dão lugar a novas técnicas pecuárias e a novas relações envoltas no processo produtivo. Estas transformações reestruturam econômica e socialmente a base fundiária, pois as relações sociais de produção se transformaram para aqueles proprietários de terras que conseguiram se encaixar numa nova lógica de produção leiteira com vistas a uma negociação com a fábrica da Nestlé.

Este processo de sujeição da renda da terra ao capital, neste caso dos camponeses produtores de leite à Nestlé, pode ser compreendido a partir da perspectiva de Martins (1981), ao exemplificar que

---

<sup>30</sup> Por cerradeiro entendemos ser aquele homem nascido na região do Cerrado e que mantinha relação direta com o ambiente natural que o cercava, em suas práticas culturais e principalmente em suas práticas de trabalho.

Outros autores em trabalhos anteriores, trataram do mesmo termo em concepções próximas, como a definição do professor Marcelo Mendonça, ao tratar que o termo cerradeiro “refere-se às classes sociais que historicamente viveram nas áreas de Cerrado constituindo formas de uso e exploração da terra a partir das diferenciações naturais-sociais, experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, denotando relações sociais de produção e de trabalho muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultado em múltiplas expressões culturais. Atualmente se configuram nos trabalhadores da terra, camponeses e demais trabalhadores que lutam pela terra e pela reforma agrária, territorializando ações políticas contra o capital” (MENDONÇA, 2004, p.29).

<sup>31</sup> A transcrição desta citação nos faz pensar, contudo, que o grau de isolamento apresentado pode ser questionado. Havia, como vimos anteriormente, uma produção por parte deste cerradeiro que era incorporada ao mercado; ainda que comercializasse apenas uma pequena parcela do excedente de sua produção.

A Ferrovia, neste caso, exerceu papel de grande importância uma vez que, como vimos no subcapítulo anterior, parte do excedente da produção agrícola do município era comercializada às margens da ferrovia, por meio da venda aos passageiros que desembarcavam e/ou faziam o transbordo na estação, ou ainda por meio da troca entre mercadorias, o que suprimia a carência da família em viveres que não haviam sido produzidos em suas propriedades.

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o de sua família, ao mesmo tempo em que cresce sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que esta relação nos indica é uma outra coisa bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1981, p. 15).

Nas fazendas, em extensas áreas de terras destinadas à criação extensiva de gado leiteiro, surge um reordenamento nas atividades de trabalho onde operários rurais que antes detinham conhecimento e técnicas para lidar com diversas tarefas passam a receber salário apenas para ordenhar as vacas e executar as tarefas afins.

Estes operários geralmente não tinham vínculo formal de trabalho e sua tarefa na propriedade era, muitas das vezes, condicionada à ajuda em todos os afazeres do proprietário. Em muitos casos trabalhavam em troca da cessão de uma pequena parcela da propriedade para a sua própria produção: no cultivo de roças e criação de pequenos animais.

As mudanças nas relações de trabalho e no modo como o proprietário de terras se transforma a partir da apropriação da renda da terra pelo capital é, pontualmente, abordada por Oliveira (1981). Mais que transformar-se, o proprietário é cooptado ao jogo do capital e metamorfoseia, assim como sua condição, seus instrumentos produtivos ao integrar-se em uma racionalização técnica de seu processo produtivo. Neste contexto, para Oliveira (1981)

no processo contraditório da apropriação de renda da terra pelo capital, assistimos, portanto, de um lado a unificação do proprietário e do capitalista numa mesma pessoa; de outro lado o processo de sujeição da renda da terra ao capital nos setores de produção não-capitalistas, por exemplo, no caso da propriedade familiar do tipo camponês. Nesse caso temos a sujeição da renda da terra ao capital sem que se dê a expropriação dos instrumentos de produção (OLIVEIRA, 1981, p. 09).

Assim, as modificações atingem a estrutura produtiva destas famílias e reestrutura suas práticas culturais, religiosas e socioeconômicas, sujeita a renda da

terra mas não a expropria e nem expropria os seus instrumentos de produção. Em muitos casos estes são apenas metamorfoseados em novos modelos a fim de captá-los a uma nova lógica produtiva, economicamente mais racional e dinâmica na exigência de respostas rápidas.

Antes da instalação da fábrica o que imperava nas fazendas era uma produção em cadeia de gêneros: a criação de uma pecuária mista cuja produção do leite era destinada à “fabricação de queijo nas próprias fazendas e a venda de bezerros após o desmame para pecuaristas de corte de outras regiões” (FERREIRA, 2002, p.65) se concatenava à produção de outros gêneros, como a engorda de porcos (facilitada pela produção do soro, subproduto da fabricação de queijo) e até mesmo com a criação de outros animais como a galinha caipira.

Esta prática, estabelecida antes mesmo da década de 1950, já é, portanto, muito mais ampla que a economia de subsistência. Estrutura-se, de certo modo, como uma gênese à chegada e consolidação da fábrica da Nestlé e das mudanças trazidas em relação à modernização do campo que, por sua vez, estabelece a produção de gêneros primários a serem transformados na indústria e, por ela, inseridos no mercado consumidor.

Com a criação do gado leiteiro e a venda do leite para a fábrica da Nestlé, o queijo, o soro e a criação de porcos foram drasticamente diminuídos. Em decorrência disto, os trabalhos foram concentrados na ordenha das vacas e nas tarefas afins, como a plantação de roças de milho para o trato do gado e isto fez com que os fazendeiros assumissem a produção destas roças em detrimento das cessões de roças à meia (parceiros) fazendo com que estes parceiros assumissem o trato com o gado já na forma de empregados ou então, para aqueles parceiros que não se adaptaram às novas tarefas, a saída encontrada foi deixar a fazenda para ir

morar na cidade, ou seja, desterritorializados de seu ambiente de trabalho e moradia se territorializaram em novos espaços, em novas práticas culturais e em novas atribuições de trabalho.

A incorporação deste cerradeiro no complexo processo produtivo do leite em pó foi, a princípio, difícil. Mais que incorporá-lo era preciso reestruturar o “antigo mundo rural”, os modos de vida e as suas relações a fim de garantir o aumento da matéria-prima. A Nestlé, por este motivo, passa a orientar os fazendeiros em assistência técnica nas propriedades ao criar e manter por muitos anos um departamento técnico que fomentasse a produção na bacia leiteira.

Neste momento, houve um processo de substituição de relações não capitalistas de produção, cujas conseqüências trouxeram uma nova ordem para aquela população tradicional uma vez que o espaço habitado se transformou transmutando consigo em movimentos dialéticos os homens e suas relações: o cerradeiro, este homem acostumado à região, com técnicas de trabalho que levam em conta seu ambiente natural passou, então, a produzir sob novas lógicas pressionado por novas imposições.

Inicia-se, neste momento, a pecuária moderna no município e o departamento criado pela Nestlé, denominado *Assistência Nestlé aos Produtores de Leite* (ANPL)<sup>32</sup> é a parte responsável por esta reestruturação. Este departamento contava com uma gama variada de profissionais como veterinários, zootecnistas e engenheiros agrônomos que orientavam os fazendeiros e os trabalhadores no trato com o gado e na plantação de pastagens.

---

<sup>32</sup> Este departamento exerce atividades em diversas outras regiões, ou seja, é um programa Nacional da Nestlé e não estava restrito apenas à região de Ibiá. Contudo, para cada região, são adaptadas técnicas em razão das disparidades de suas características físicas (como solo e clima, por exemplo).

Os técnicos da ANPL recomendaram também a introdução de variabilidades de gado de matriz Holandesa, desconhecidos na região do Cerrado. Com isso a Nestlé facilitou a venda aos seus fornecedores de touros onde os fazendeiros poderiam comprá-los a parcelas e utilizar sua produção de leite para o pagamento em descontos parciais que a empresa fazia no repasse pela compra do leite. (FERREIRA, 2002).

A região que hoje é reconhecida pela produção e melhoramento genético do gado adaptado ao Cerrado teve, quando da instalação da ANPL, grande preocupação com as pastagens. Os técnicos da ANPL intensificaram os esforços para a melhoria das pastagens que, na época, eram constituídas exclusivamente de capins nativos da região e foram substituídas por pastagens artificiais em forragens especiais que “combatiam a baixa produção de leite e a morte do gado durante a seca” (FERREIRA, 2002), além de esforços na construção de silos e no melhoramento da ração dada ao rebanho.

Com a melhoria da qualidade do rebanho e o aumento gradual na produtividade do leite, empresa e fornecedores da matéria-prima intensificaram a produção e afirmaram a identidade produtiva do município. Para isso, os fazendeiros se especializaram cada vez mais, abandonando, em muitos casos, as outras atividades produtivas da propriedade. Isso modificou estruturalmente o cotidiano da população rural uma vez que até mesmo as produções para autoconsumo diminuíram, assim como as relações de trabalho, pois estas se especializaram também nas atividades produtivas do leite.

Os modos de lidar com a terra também foram reestruturados. O vaqueiro (ou retireiro), capacitado então somente para as lides da produção leiteira, já não exerce com frequência o hábito secular de criação de plantas e animais próximo das casas



e sua força de trabalho é cooptada por uma lógica que o condiciona à racionalidade técnica de sua nova função: tratar do gado, pasto e ordenhar as vacas.

É preciso considerar, contudo, que este processo de transformações sócio-espaciais não anulou totalmente os saberes. Muitas das vezes estes se transformaram em resíduos (MARTINS 1996), e a causa foi a diminuição destes afazeres.

Quanto ao trabalho destes retireiros, a lógica cada vez mais mecânica empreendida no trato com o gado condicionava restrições para sua permanência nas propriedades em sua função produtiva pois

a partir da introdução da pecuária leiteira na região o emprego de pessoal nas fazendas foi diminuindo, como as propriedades passaram a ser tocadas em **bases empresariais** o emprego da mão-de-obra foi ajustado às necessidades do empreendimento. Um retireiro tira em média 200/250 litros de leite e ainda consegue cuidar das vacas que ordenhou. Segundo Carneiro de Melo, quando a Nestlé se instalou em Ibiá os grandes fornecedores, que eram somente uns 10% tiraram no máximo cem litros de leite por dia. Para este volume de produção um funcionário é o suficiente. Nos anos seguintes a produção aumentou bastante, mas para reduzir os custos com mão-de-obra os fazendeiros têm adquirido aparelhos de ordenha mecânica. (FERREIRA, 2002, p.68 **grifo nosso**).

Hoje (2010), um ou dois funcionários tomam conta de uma produção diária de 1500 a 2000 litros de leite por meio de ordenhas mecânicas. O rebanho tem também maiores níveis de eficiência, pois na década de 1960 os grandes produtores conseguiam produzir uma média de 8 litros de leite por vaca, hoje, a média destes passa dos 18 litros.

A tecnificação, contudo, não atingiu todos os produtores. Ao contrário, somente o grande produtor com acesso facilitado ao crédito bancário conseguiu modernizar-se e, por isso, manter-se fornecedor de leite à Nestlé. A pequena produção com técnicas pouco modernas e, por isso, dependente de uma maior quantidade de força de trabalho, não conseguiu uma renda satisfatória com o leite e o seu fornecimento à fábrica.

Este pequeno produtor que há muito sofreu alterações nos seus modos de vida, seu modo de lidar com a terra e de produzir, muitas das vezes teve como saída o arrendamento das terras e sua ida para a cidade, agravando o processo de desterritorialização de seu ambiente e de seus hábitos culturais. Estes acontecimentos, no entanto, não colocam em xeque a inegável contribuição da Nestlé para se elevar o nível técnico da pecuária na região, contudo exemplificam o caráter excludente dos créditos para modernização agrícola e da lógica de produção capitalista na região do Cerrado mineiro das décadas de 1960 e 1970.

No âmbito da cidade, a fábrica da Nestlé também trouxe modificações. Na década de 1960 chegaram à cidade empreiteiras para a construção da Unidade que, quando de sua implantação, empregou aproximadamente 50 pessoas num universo de pouco mais de 6.000 habitantes (IBGE) na área urbana. Este fator colaborou com a implantação de outras pequenas empresas uma vez que os salários pagos aos funcionários contribuíram para a movimentação financeira no comércio da cidade que, à época, ainda colhia progressos econômicos adquiridos na década anterior como a construção de um depósito da Esso (1952) para abastecimento de 13 cidades próximas e a instalação de curtumes, fábricas de beneficiar arroz e café, uma concessionária de automóveis Chevrolet (concessionária e oficina) além de cerâmicas e lojas de primeiras necessidades que, mesmo pequenas, se somadas ofereciam uma quantidade razoável de empregos (FERREIRA, 2002).

A preparação para a chegada da fábrica já vinha ocorrendo há alguns anos. Não se sabe ao certo, contudo, até que ponto a infra-estrutura montada foi condicionante ou exigência: no ano de 1962 a instalação da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) na cidade veio ratificar a melhoria do abastecimento de energia elétrica no município que até o ano de 1953, quando foi assumida por uma

Hidrelétrica do Estado, era feita por uma pequena central instalada em um curso d'água próximo à área urbana. Ainda na década de 1960 houve a abertura da BR 262 que liga o município à capital Belo Horizonte, o que facilitou o transporte dos produtos da fábrica, e no ano de 1964, ano do início do seu funcionamento, o sistema de tratamento de água ganhou qualidade e ampliou o atendimento a quase todas as residências.

No setor educacional a década de 1960 trouxe grandes avanços, como ampliação de antigas escolas e abertura de novas unidades para o atendimento às famílias dos trabalhadores que chegavam à cidade vindos do campo ou ainda de outras localidades. Na saúde, a melhoria na Santa Casa fundada no ano de 1956 facilitou o atendimento básico à população.

O campo não colhia os mesmos avanços que a cidade. Os avanços técnicos e a melhoria econômica das propriedades só foram sentidos naquelas que conseguiram se encaixar no sistema produtivo da Nestlé: as propriedades capitalizadas.

A esperança de progresso para o campo que hora tomou conta do cerradeiro tradicional se esvai ao perceber a dificuldade de integração a uma lógica tecnificada de uma agricultura em moldes empresariais. Ao perceber as dificuldades muitos pequenos proprietários que já haviam perdido tempo e dinheiro nas tentativas de produção em escala e qualidades satisfatórias retomam a criação extensiva de gado e a agricultura de subsistência e vêm na agregação<sup>33</sup> e na meação<sup>34</sup> as

---

<sup>33</sup> O sistema de agregação é empreendido pelo agregado, ou seja, um lavrador pobre, geralmente proprietário de uma pequena parcela de terra, que cultiva a terra alheia em troca de serviços ou parte dos produtos de seu trabalho. O agregado pode, no entanto, não ser proprietário de terras e, neste caso, consiste apenas em um trabalhador de um sítio ou fazenda que presta serviços avulsos, sem emprego fixo nem formalização desta relação de trabalho.

<sup>34</sup> O sistema de meação, no trabalho rural, se estabelece na relação em que o explorador de uma terra dá ao proprietário da mesma metade da produção obtida. O meeiro, como é conhecido o

possibilidades de relações de trabalho praticadas nas propriedades. Estas relações se entremeavam de idas e vindas, avanços e retrocessos nestes processos produtivos e o mundo do rural, pelo menos naquele período, avançava lentamente em pequenas conquistas e em acanhados avanços econômicos.

O *fundamental* para uma modernização agrícola, contudo, estava posto. Ainda que a maioria dos fazendeiros da região naquele período não conseguiu se modernizar nem se encaixar em moldes produtivos empresariais no campo os avanços foram sentidos, deixaram marcas e serviram como base para mudanças posteriores.

No início dos anos de 1970 autoridades locais por meio de políticas governamentais e influência da Nestlé conseguiram junto ao governo do estado a instalação de um escritório da *Associação de Crédito e Assistência Rural* (ACAR), órgão que deu origem à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER). Este órgão, com a ajuda dos técnicos da ANPL, criou uma espécie de força tarefa a fim de cooptar os proprietários de terras produtores de leite novamente à lógica tecnificada e moderna de produção<sup>35</sup>. Em palestras estes técnicos salientavam a importância da substituição dos antigos métodos produtivos por outros, mais modernos.

Para isso, contudo, mais que alterar as práticas produtivas era preciso influenciar a maneira de pensar e agir das populações tradicionais da região, além

---

trabalhador presente na meação, em geral ocupa-se de todo o trabalho da produção recebendo do dono da terra o terreno, a casa e, em alguns casos, uma pequena parcela de terra (lote) para o cultivo particular do agricultor e de sua família, não sendo necessário, portanto, a partilha do que for produzido neste lote com o proprietário.

<sup>35</sup> É preciso relativizar, contudo, que a “lógica tecnificada e moderna de produção” a que nos referimos segue características de um tempo e espaço específicos: naquele momento, tratava-se, basicamente, da adaptação das pastagens ao clima e solo da região, do melhoramento genético do gado (mais produtivo e resistente), da higiene no trato com o gado e no local de ordenha e da melhoria no armazenamento e transporte do leite, além do compromisso da entrega de sua produção para a fábrica.

de abrir linhas de créditos para se produzir no Cerrado. Estas mudanças, assim como a instalação do escritório da ACAR, foram fundamentais para a implantação de outro projeto na região, projeto este que estava sintonizado com o mercado internacional e com políticas públicas para o espaço rural brasileiro pensadas pelos governos militares.

Nasce, assim, a ocupação agrícola do Cerrado mineiro e o município de Ibiá está inserido nas primeiras políticas desta ocupação através de créditos e de projetos de assentamentos dirigidos.

### *1.2.3. O terceiro grande projeto no município: o PADAP e a ocupação agrícola do Cerrado.*

O município de Ibiá, localizado na região do bioma Cerrado, foi aporte no início da década de 1970 de um projeto inovador que visava tornar o Cerrado mineiro agronomicamente produtivo. Pensado pelo governo do estado de Minas Gerais o projeto tinha como propósito trazer a região à esfera da agricultura empresarial que, até então, era baseada nas terras férteis das áreas de mata atlântica brasileira.

Tal projeto, por seu caráter inovador, instituiu grandes desafios para a época uma vez que reorganizava o patamar produtivo da região e estabelecia relações entre a pesquisa agropecuária (em sua maior parte financiada com recursos públicos) e a produção agrícola, fornecimento de insumos e um discurso pautado nas políticas desenvolvimentistas de “ocupação racional” da região do Cerrado, especialmente nas terras localizadas no oeste do estado.

Quanto às características físicas do ambiente de Cerrado faz-se necessário algumas considerações. O Cerrado é um domínio fitogeográfico do tipo savana. Em extensão territorial é o segundo dentre os seis grandes biomas brasileiros ocupando cerca de 24% de todo o território nacional. Estendendo-se por uma área de 2.045.064 km<sup>2</sup> abrange oito estados (além do Distrito Federal) espalhados pelo Planalto Central brasileiro: Goiás, Tocantins, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Maranhão e Minas Gerais. Contudo, existem pequenas áreas de Cerrado também em Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e São Paulo. No estado de Minas Gerais ocupa praticamente toda a porção oeste, noroeste, norte e uma considerável parte do nordeste.

Em geral apresentam áreas de terras planas de vegetação arbustiva, arbórea ou de campos espalhadas em quatro gradações distintas que podem se apresentar encadeadas ou alternadas. Os solos, em sua maior parte, são latossolos e cobrem 46% de toda a sua área. Devido a alta lixiviação normalmente apresentam-se intemperizados e, por consequência, com baixa fertilidade natural, elevado conteúdo de alumínio e baixa disponibilidade de nutrientes essenciais para a maioria das plantas. Além deste, há também os solos pedregosos e rasos (Neossolos Litólicos), geralmente de encostas, os arenosos (Neossolos Quartzarênicos), os orgânicos (Organossolos) e outros de menor expressão.

As produções científicas e os estudos sobre as regiões do Cerrado, até meados da década de 1960, trazem relatos quanto às pontualidades de suas características físicas e sobre suas vegetações. É, no entanto, a partir do início da década de 1970 que os olhares se voltam para as produções preocupadas com os interesses produtivos deixando de lado descrições de plantios e quantificações de plantas e rebanhos.

O grande desafio para tornar as regiões de Cerrado agronomicamente produtivas residia no descobrimento de formas a disponibilizar os macro-nutrientes para as plantas e a desenvolver variedades adaptadas às condições do bioma.

Apesar de a literatura corrente referenciar a década de 1970 como um marco nestas pesquisas, foi no início da década de 1950, na cidade mineira de Sete Lagoas, que pesquisadores começaram a usar o calcário (calagem) e o fosfato como corretivos de solo. A partir daí sucessivas pesquisas que procuravam ajustes a cada tipo de solo do Cerrado proporcionaram ações efetivas para que, aí sim na década de 1970 em políticas governamentais, fosse possível utilizar a base de conhecimentos e disseminá-los para os produtores rurais.

Nesta ocasião, com o conhecimento técnico sobre a região, era sedutor “descobrir” o Cerrado e explorá-lo economicamente não só na mineração ou pecuária, como já ocorria, mas também explorá-lo em suas possibilidades agrônômicas. O Cerrado tornou-se, assim, atrativo.

Com extensas glebas de terra a um preço módico em relação às terras de São Paulo e do Sul do Brasil<sup>36</sup>, grandes áreas com topografia plana (o que favorecia a mecanização), regime hídrico e clima que davam condições para a prática da agricultura, proximidade com os grandes centros consumidores e solos agora passíveis de transformação e incorporação ao sistema produtivo o Cerrado mineiro necessitava, então, de investimentos.

---

<sup>36</sup> Este valor pago pelo preço da terra na região do Cerrado, se comparado aos Estados da região Sul e ao Estado de São Paulo, por exemplo, pode ser compreendido por meio da renda que era possível retirar, naquele momento, das propriedades: quanto maior a renda da terra, tanto maior o preço pago na compra das propriedades. Ainda que as pesquisas desenvolvidas com os solos na região do Cerrado já acenassem boas possibilidades de ganho econômico, a renda auferida pela exploração da terra só veio a crescer nos anos seguintes. Naquele momento o conhecimento que tornava o Cerrado agronomicamente produtivo era novo e, obviamente, caro. Estes e outros fatores como o relativo distanciamento dos grandes mercados consumidores do Brasil à época, são os responsáveis pela diferenciação no preço pago pela terra.

É neste momento que entra em cena a figura do Estado com a implantação de programas que visavam o aproveitamento dessa região em parceria com investimentos de cunho particular, na perspectiva de modificações tanto nos hábitos culturais e sociais da população local, como na ocupação efetiva através de uma racionalidade técnica e econômica que imputava à produções empresariais no campo.

Até este momento, para se produzir no Cerrado era preciso um conhecimento adquirido e expresso pela sabedoria secular do cerradeiro. Esta sabedoria, ainda que não o permitisse produzir em larga escala, proporcionava-lhe condições de produzir para subsistência e, até mesmo, para pequenas trocas numa acanhada tentativa de produção em escalas maiores. Sua base de conhecimento para produção das roças e criação do gado se estabelecia nos ciclos da natureza, ou seja, o produtor conseguia estabelecer os ciclos de produção do gado ao das plantações através dos conhecimentos que tinha da região.

O gado, nos períodos de seca, era criado solto nas pastagens dos chapadões e somente o gado leiteiro era criado próximo das sedes das fazendas. Nestes períodos as queimadas tinham grande importância e eram realizadas através de mutirões entre as famílias próximas, num trabalho comunitário organizado e elaborado por meio de práticas sociais.

Santos (1998) detalha com muita propriedade os ciclos de produção das famílias cerradeiras antes da modernização da produção e da lógica agrícola do Cerrado mineiro ao mostrar que, mais que garantir alguma alimentação ao gado, as queimadas se relacionavam a um ciclo de pousio nas áreas que “descansavam” da produção anual das famílias.



Estas queimadas contavam com o trabalho comunitário para proteger, através da limpeza das margens das áreas que não se queriam queimadas, as áreas de pousio que não seriam utilizadas para as próximas plantações. As queimadas representavam “basicamente (...) a única técnica de controle de pragas e de verminoses que atacavam principalmente o rebanho” (SANTOS, 1998, p. 72), pois estas eram realizadas logo após as primeiras chuvas, geralmente no mês de setembro, período em que a “micro-fauna e a meso-fauna prejudicial às pastagens, ao gado e mesmo às roças de subsistência estão retornando à superfície dos solos” (SANTOS, 1998, p.73), além de ser um período em que a umidade trazida com as poucas chuvas permite um melhor controle do fogo nas pastagens.

Com relação ao combate de microorganismos que atacam o gado, como verminoses

costumava-se soltar o gado na área queimada para que se alimente dos brotos e façam a ingestão de cinzas. Essa mistura, segundo os produtores mineiros, é um excelente vermífugo para o rebanho. Essa sabedoria em relação ao Cerrado também protege as roças de subsistência, as matas, as nascentes e as lavouras dos agricultores. (SANTOS, 1998, p.75)

Quanto às lavouras, estas eram definidas entre produções de subsistência para as famílias e produção para o trato do gado. Nas hortas de subsistência havia o cultivo de arroz em sequeiro, feijão, milho, frutas e verduras. Um pouco do excedente, assim como as sobras das famílias, era utilizado como complemento no trato de pequenos animais, como as galinhas e os porcos. Para o trato do gado além de pequenas lavouras de milho havia a plantação de cana-de-açúcar que também era utilizada na produção de rapadura, geralmente empregada como adoçante pelas famílias, além disto, a cana-de-açúcar servia “também para produzir pinga e animar as festas (...) na comunidade” (SANTOS, 1998, p.80).

Esta produção, extremamente baseada no trabalho comunitário, modificou-se e se estruturou em novas bases cuja racionalidade técnica impera. As queimadas, os pequenos arados de tração animal e o conhecimento intuitivo e empírico adquirido secularmente no convívio diário com a natureza deram lugar à produção racionalizada com fins comerciais e por isso rápida (ainda que trabalhosa), mecanizada e prática.

Ainda que possamos relativizar tal situação, ou seja, de que a velocidade das transformações não atingiram todos os âmbitos da produção, é imperativo ressaltar que a estrutura produtiva até então vigente foi sendo demudada, reconstruída e metamorfoseada com o passar dos anos na região de estudo. Não atingiu toda a produção, mas grande parte dela; não alcançou todos os produtores e seus hábitos, mas chegou maciçamente na figura do migrante.

Hoje, para se produzir neste mesmo solo do Cerrado o fogo e os braços em conjunto dos cerradeiros quase não são utilizados. A tarefa ainda é difícil, dispendiosa até, mas está assentada em outros moldes.

Primeiro é preciso desmatar o terreno, não utilizando mais queimadas a tarefa fica a cargo do trator de esteira. No terreno, depois de limpo, há uma primeira aração e em seguida há uma cata de raízes das plantas mais superficiais, geralmente gramíneas e pequenos arbustos. Num segundo momento, logo após a primeira cata das raízes, ara-se novamente o terreno que agora mais fofo permite que o arado atinja raízes mais profundas. Neste ponto, após a segunda cata de raízes e onde os horizontes mais superficiais do solo estão completamente à mostra sem tocos, espalha-se uma quantidade de calcário e ara-se novamente o terreno para que haja uma mistura deste calcário ao solo. Feito isso, esparrama-se outra quantidade de calcário (geralmente a mesma da primeira), fosfato e dependendo das necessidades

de cada solo há a mistura de determinados macronutrientes e, então, passa-se uma grade com o intuito de nivelar o solo para se iniciar o plantio.

Até se chegar a este roteiro de procedimentos, contudo, muito aconteceu. O Cerrado foi aporte de experiências e projetos de financiamento e ocupação com o intuito de torná-lo agronomicamente produtivo e, obviamente, capaz de remunerar o capital ali investido. Os antigos modos de vida e o pensamento acostumado às práticas em comunidade do cerradeiro precisaram ser modificados, recolocados numa lógica de produção agrícola com vistas ao mercado internacional em experimentos que atingiam o aproveitamento dos solos do Cerrado e chegavam às oportunidades de financiamento e ocupação através de assentamentos dirigidos em áreas experimentais.

A modernização agrícola chegaria em condições diversas, atingindo aspectos culturais, econômicos e sociais, reestruturando práticas de trabalho, introduzindo técnicas, “dinamizando” o “ocioso”, revolvendo costumes, tradições e cooptando em lógicas muito pouco empregadas pelo homem da região de Cerrado.

É nesta conjuntura que um grande projeto instala-se justamente em terras que atingem parte do município de Ibiá: no início da década de 1970, especificamente no ano de 1973 o Governo Federal concede, a pedido do Governo do Estado de Minas Gerais, a desapropriação de mais de 60.000 hectares contínuos em áreas de Cerrado no Alto Paranaíba. O projeto denominava-se Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) e sua instalação ocorreu pouco após<sup>37</sup> o início do Programa de Crédito Integrado (PCI), criado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) no ano de 1971.

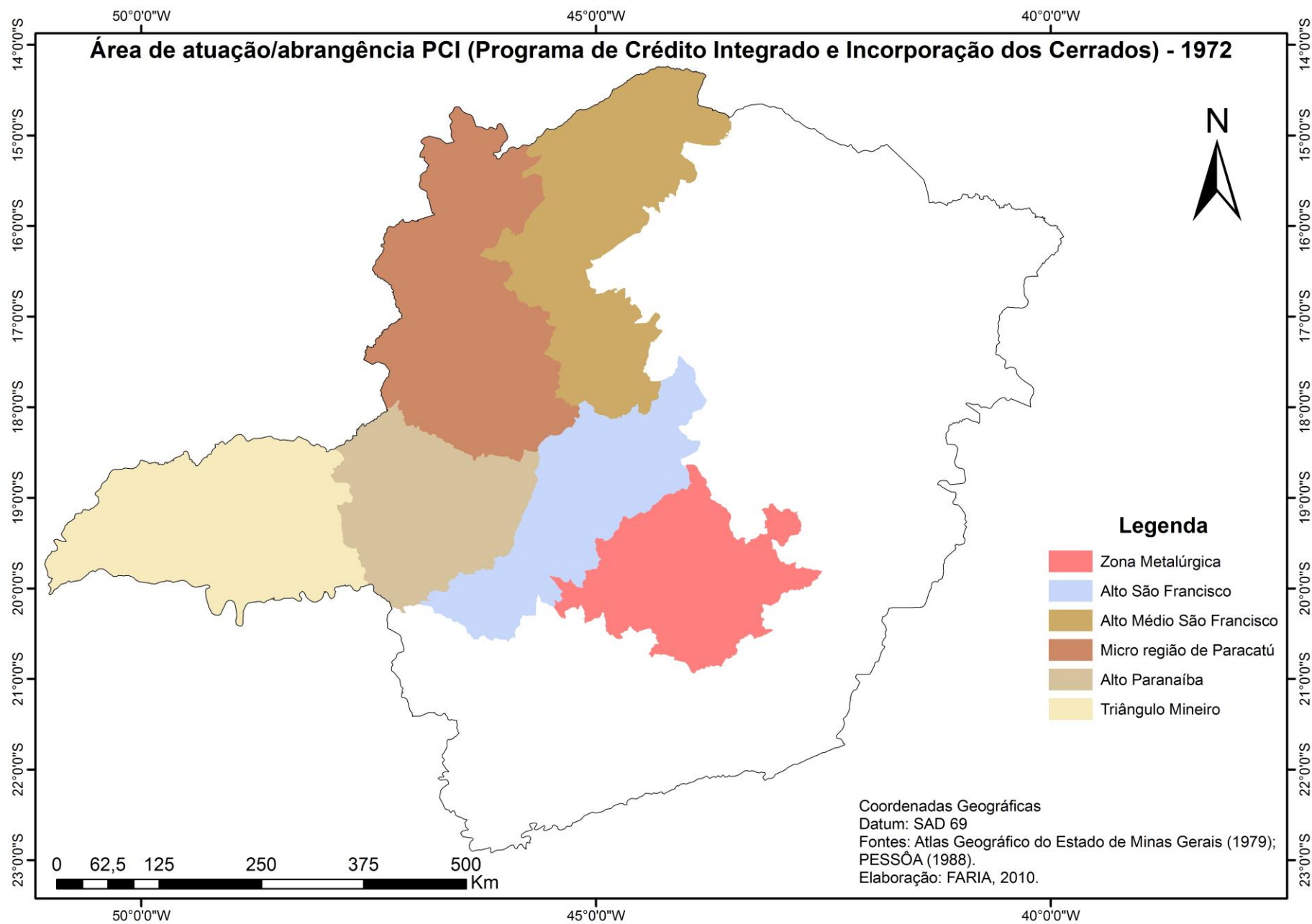
---

<sup>37</sup> O PADAP iniciou-se no ano de 1974.

O PCI baseava-se nas transformações das atividades agrícolas em empresas rurais. A grosso modo constituía-se em linhas de crédito e foi concebido para articular-se ao programa federal chamado Corredores de Exportação vinculado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. Num primeiro momento abrangia a região do Triângulo Mineiro (PESSÔA, 1988) e só depois foi estendido às regiões do Alto Paranaíba, Paracatu, Alto São Francisco e Zona Metalúrgica (mapa 02).

O programa (PCI) era grandioso em todos os aspectos. Com uma área total programada de 151.900 km<sup>2</sup> a região do Alto Paranaíba ficou com aproximados 34.900 km<sup>2</sup>, a terceira maior entre as regiões contempladas pelo programa. Articulado, envolvia diversos órgãos do Governo mineiro: Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG), Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG), a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG) que se transformou na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER- MG) e o Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias do Estado de Minas Gerais (PIPAEMG) que hoje leva o nome de Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais (EPAMIG).

O PCI marcaria o início de projetos nas regiões do Cerrado Mineiro. Tudo, em suas políticas, parecia volumoso: investimentos, planejamento e objetivos norteavam o programa que se destinava aos “grandes” capitalistas e/ou latifundiários e visava a transferência de enormes somas de recursos a uma pequena parcela de grandes proprietários uma vez que a área financiada deveria ter uma média de 100 alqueires (484 hectares). Tal extensão de terras e concentração dos recursos justificava o objetivo do programa que era assegurar maiores níveis de produtividade e de lucro aos empresários rurais numa lógica que concentrava terras, a produção e, por isso, sua redução de custos.



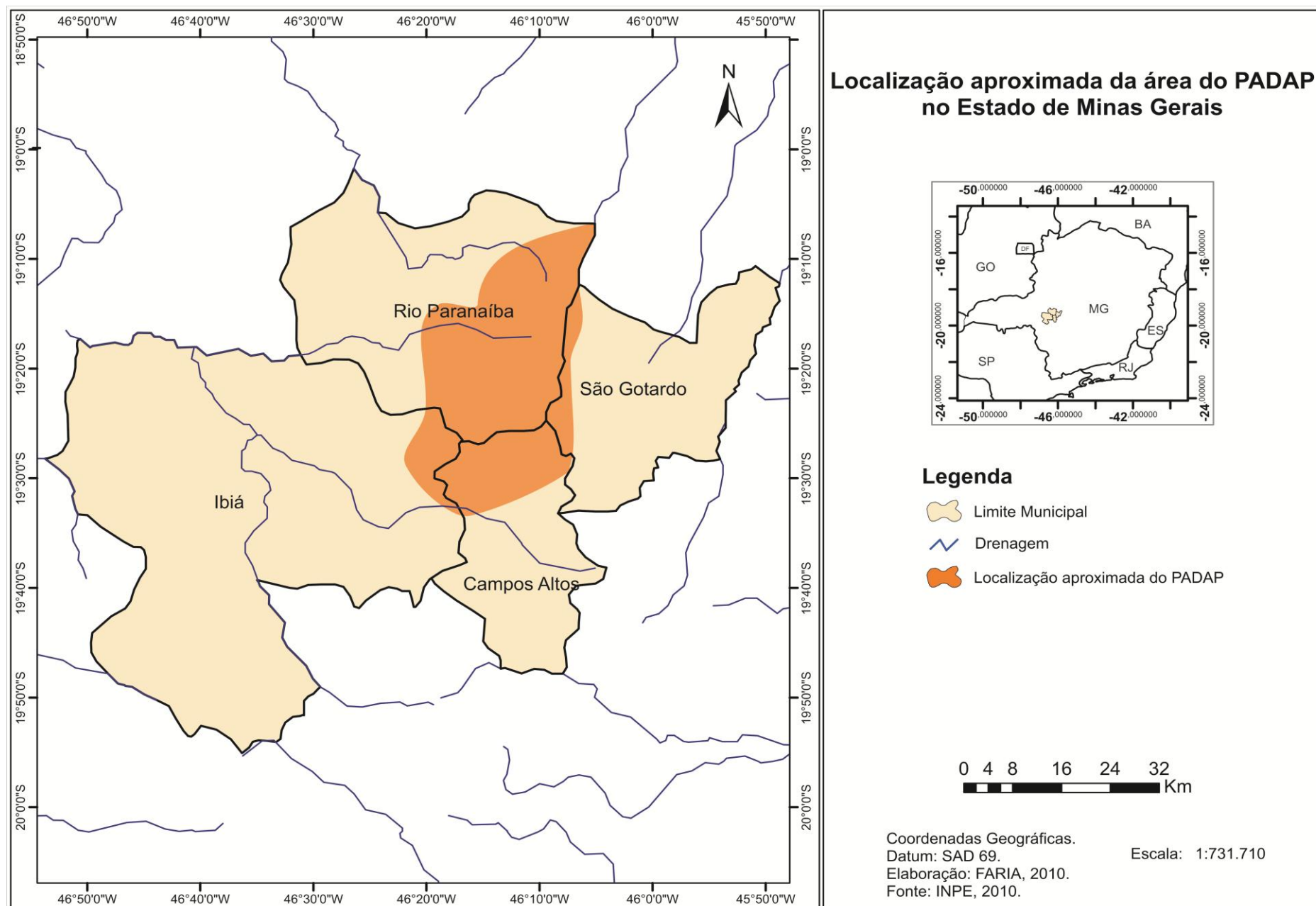
Mapa 2: Área de atuação e abrangência do PCI – MG

O programa utilizou de tecnologias que até então eram novas e desconhecidas na região. O planejamento agrário da gleba era realizado a partir de sistematização de dados e imagens colhidas por aerofotogrametria e se mostrava um instrumento eficaz e produtivo uma vez que as interpretações definiam com pontualidade o potencial do uso da terra e as melhores opções para o manejo e correção dos solos (SALIM, 1986).

A concentração de terras e recursos, característicos do PCI, trouxe resultados controversos. Contudo, uma primeira função foi bem estabelecida e inegável é sua contribuição para o favorecimento do consumo de insumos agrícolas, modernos maquinários e uma incorporação de grandes extensões de terras ao jogo de oportunidades de mercado e do agronegócio. O programa mostrou que muito era possível e abriu caminho para a elaboração de programas semelhantes em nível federal.

O PCI foi, além de um programa de créditos, um programa de ocupação empresarial na região. Mas para o Estado faltava mais, faltava a ocupação efetiva de gentes a preencher o “vazio” regional. Neste sentido, esforços do governo do estado conduziram a outro programa, o PADAP.

O PADAP (mapa 03) foi, além de um programa de ocupação empresarial, um programa de **colonização**. O Cerrado era considerado pelo poder público uma área vazia com terras abundantes e “desocupadas”. Isso é perceptível nos diversos estudos oficiais da época, como por exemplo o documento da JICA publicado no ano de 1979, ao definir que “há na região centro-oeste do Brasil uma extensa área inexplorada, com cerca de 1.300.000 km<sup>2</sup> de superfície (aproximadamente maior que todo o território japonês), estendendo-se pelos estados de Goiás e Minas Gerais” (JICA, 1979).



Mapa 3: Localização aproximada da área do PADAP no Estado de Minas Gerais

Esta concepção de vazio ou de área inexplorada se apoiava num discurso que se pautava na baixa produtividade da região do Cerrado se comparadas às terras do sul do Brasil. Este ponto de vista não se restringia ao prisma exclusivo do JICA uma vez que a região de Cerrado já vinha sendo palco de políticas públicas desde meados da década de 1940 onde o Governo Vargas assentou trabalhadores em “colônias” como Dourados, no Mato Grosso do Sul, e em Ceres, no estado de Goiás.

Constatada “vazia” em população, capital e produção o que se poderia fazer era “ocupá-la”. Capitalistas e poder público o fizeram muito bem. Vejamos nos parágrafos seguintes.

O PADAP atingiu terras dos municípios de Ibiá, São Gotardo, Campos Altos e Rio Paranaíba, todos na região do Alto Paranaíba em Minas Gerais e distribuiu-se entre estes municípios em porcentagens de 6%, 10%, 23% e 61%, respectivamente. Tal programa abrangeu uma área de chapadão de mais de 60.000 hectares contínuos de terras, dos quais metade era de propriedade de um único latifundiário e a outra metade era dividida entre fazendeiros que criavam seus animais à solta no chapadão desprovido de cercas.<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> A forma como estes produtores utilizavam as terras do Cerrado para a produção extensiva do gado foi detalhada por Santos (2008) ao demonstrar que “As terras do Cerrado, desde sua ocupação, sempre foram terras que permitiram um acúmulo de sabedoria(s). Na pecuária extensiva, o gado criado solto dificilmente se perdia na imensidão do Cerrado. Esse gado geralmente retornava para comer sal, mas quando isso não acontecia criavam-se problemas, como a fuga ou simplesmente a sua perda para a imensidão das terras. O campo constituía-se numa área onde o uso comum trazia soluções e problemas numa época de escassez de alimentos em que faltavam a esses produtores meios para enfrentar a estiagem, sem a técnica das queimadas.

As implicações do uso de algumas áreas em comum na comunidade indicam, de certa forma, negociações e maleabilidade nas relações entre produtores. Contudo, não se pode afirmar a existência de propriedades coletivas no interior da comunidade. O que havia era uma permissão do grande fazendeiro para o uso coletivo do campo em certos períodos do ano. A propriedade privada individual sempre existiu e até hoje essas áreas de fundo de vale estão em nome do chefe da família” (SANTOS, 2008, p.75-76).



No PADAP foram formados 4 núcleos de colonização e os investimentos do governo mineiro para financiar o projeto, assim como no PCI, foram volumosos. Estima-se que cerca de 200 milhões de dólares foram gastos em infra-estrutura distribuídos em construção de estradas, linhas de transmissão de rede elétrica através da CEMIG, habitações, centros de armazenagem e em incentivos por meio de crédito para compra de maquinários e insumos agrícolas (FRANCA, 1984).

No caso de Ibiá, muito ainda continua sendo usado a exemplo os imóveis que abrigam a EMATER trazida para subsidiar tecnologicamente os projetos ligados ao PCI e PADAP ou as linhas de transmissão de energia que atingiram partes distantes do município; outro tanto se perdeu, como as instalações que abrigaram a CASEMG e que hoje desativada e sucateada, apenas testemunha na paisagem a importância que outrora teve no município.

O governo mineiro também articulou o envolvimento de outras instituições no projeto: a *Cooperativa Agrícola de Cotia*<sup>39</sup> (CAC) ficou a cargo da implantação do programa no que diz respeito à escolha dos colonos. Inicialmente, 80% dos migrantes foram, por ela, selecionados. Segundo Pessôa (1988) os colonos faziam parte do quadro de seus cooperados e geralmente eram migrantes japoneses ou descendentes nisseis.

---

<sup>39</sup> A CAC foi a primeira e mais importante cooperativa agrícola do Brasil. Segundo registros funcionava desde o ano de 1924, contudo no dia 11 de dezembro de 1927 foi oficialmente fundada sob o nome de *Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata em Cotia S/A* por meio da união de 83 agricultores.

Além da Batata a cooperativa, com o intuito de diversificar a produção de seus cooperados, passou a incentivar o cultivo de hortaliças o que resultou na mudança do seu nome para Cooperativa Agrícola de Cotia.

A CAC chegou a ser a maior entidade do gênero de toda a América do Sul chegando a possuir um patrimônio avaliado em 59 milhões de dólares e 16.309 associados no ano de 1988.

A CAC, apesar de ter se espalhado por grande parte do território Brasileiro e ter laços estreitos com mercados internacionais (principalmente japoneses) contraiu dívidas que a levaram à falência em decorrência de crises na agricultura e de um cenário econômico negativo. Ao final dos anos oitenta a CAC entrou em declínio até encerrar suas atividades em 30 de setembro de 1994. Até hoje bens da Cooperativa encontram-se em disputa judicial. (Fonte: [zashi.com.br](http://zashi.com.br); [imigracaojaponesa.com.br](http://imigracaojaponesa.com.br); FRANÇA, 1984).

A CAC instalou uma unidade no PADAP<sup>40</sup> e tinha como função além de selecionar os colonos, oferecer em parceria com outros órgãos o fornecimento de insumos, assistência técnica, beneficiamento, industrialização, comercialização da produção e orientação econômica e financeira aos cooperados.

Neste período o governo japonês já dava sinais de interesse nas regiões de Cerrado. Como é de conhecimento, o PADAP serviu de projeto-piloto onde foi constatada a viabilidade de se investir em regiões de Cerrado, principalmente com vistas ao mercado internacional para a produção de *commodities*. Valendo-se da ligação com a CAC o governo japonês manteve visitas mensais de técnicos durante o período de experiência do projeto e, satisfeito com os resultados, declarou as intenções que deram origem ao PRODECER no ano de 1974, assim como aos investimentos do POLOCENTRO, realizados em 1975 pelo Governo Federal.

As primeiras culturas implantadas na região do PADAP foram o soja, arroz, trigo e café. Somente no início da década de 1980 é que se implantou o milho a fim de experiências, que por sinal deram bons resultados, quanto à rotação de culturas. O alho, a cenoura, a cebola e a batata que foram as culturas de maior destaque na região só foram implantadas no final da década de 1980 após muitos estudos de viabilização técnica e de mercado.

Em resumo, o projeto estatal do PADAP desapropriou uma extensa e contínua área para o assentamento de colonos ligados à CAC, incentivou e implantou instalações de agroindústrias e armazéns de recebimento e estocagem, estimulou e financiou o plantio mecanizado, instituiu parcerias entre órgãos e

---

<sup>40</sup> Remanescente e herança desse projeto, no ano de 1994, foi criada no município de São Gotardo a Cooperativa Agropecuária Mista do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba Ltda (COOPADAP) que tem por objetivos prestar serviços de recebimento, beneficiamento, armazenagem e comercialização de cereais e grãos, comércio de produtos hortifrutigranjeiros e revenda de insumos agrícolas.

empresas governamentais com a própria CAC onde proporcionou assistência técnica por meio da antiga ACAR, depois EMATER, sobre supervisão da Fundação Rural Mineira (Ruralminas) e fornecimento de crédito pelo BDMG liberados sob a bandeira do PCI. Vários atores num complexo programa pautado na diversificação econômica e produtiva do Cerrado mineiro.

Além de recursos financiados pelo BDMG o PADAP contou ainda com financiamentos do POLOCENTRO que em 1975 abriu novas e baratas linhas de crédito aos assentados do programa. Esta abundância de créditos, bastante *controlada e direcionada*, fez com que muitos dos colonos diversificassem ainda mais sua produção, adquirissem novas terras e se organizassem em empresas agrícolas.

No início dos anos de 1990, contudo, foi a expansão deste programa que sofreu limitações. Com a falência da CAC muitos dos colonos se viram numa difícil situação. Muitos deles endividados e sem o apoio e a influência da CAC não conseguiram comercializar sua produção que, até então, era quase totalmente absorvida pelo mercado internacional. Alguns só se reergueram ao final da década de 1990 com a produção de grãos e cenoura e sua extrema especialização em empresas rurais. Outros, contudo, não tiveram mesma sorte e, endividados abandonaram produtivamente os lotes dando origem a declarações de interesse social a fim de reforma agrária (ver decreto 5687 de 05 de setembro de 1997)<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> DECRETO 5687 DE 5 DE SETEMBRO DE 1997. DECLARA DE INTERESSE SOCIAL, PARA OS FINS DE REFORMA AGRÁRIA, O IMÓVEL RURAL DENOMINADO "LOTE 119-A DA GLEBA PADAP", SITUADO NO MUNICÍPIO DE RIO PARANAÍBA, ESTADO DE MINAS GERAIS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/Anterior%20a%202000/1997/Dnn5687.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1997/Dnn5687.htm)

#### 1.2.4. Os revezes dos programas

A implantação dos programas de assentamento e crédito nos Cerrados do Alto Paranaíba trouxe alguns revezes às populações “tradicionais” locais: o esplendor da expansão destes programas acobertou expropriações, sofrimento e marginalização ao processo produtivo de mercadorias.

Os agricultores familiares da região do PADAP que detinham metade das terras antes da desapropriação utilizavam a área do chapadão como área comum, onde mantinham, principalmente, a criação de gado e outros animais. Policultores desapropriados das terras de chapada para a implantação do programa foram confinados em pequenas glebas nas vertentes mais inclinadas e não mecanizáveis. Ao chapadão, então destinado aos colonos, já não tinham mais acesso, pois foram excluídos, espacial e tecnologicamente, das benesses trazidas pelos programas governamentais uma vez que o acesso aos créditos do PCI e do POLOCENTRO para a compra de tratores, por exemplo, só era possível àqueles que tinham terras planas, ou seja, passíveis de mecanização.

A estes agricultores, agora confinados, restava-lhes a criação de gado, especialmente gado leiteiro, onde sua produção foi recebida pela fábrica da Nestlé em Ibiá e por pequenos laticínios que surgiram na região, ou ainda para a produção de queijo ou venda do leite “*in natura*” em carroças e caminhonetes que se espalhavam pela cidade.

Aos colonos, capitalizados pelos grandes projetos, couberam aproveitar as oportunidades de aprimoramento das práticas produtivas a fim de reproduzirem o capital investido pelo Estado por meio das linhas de crédito.

Em outras áreas do município que não a região tomada pelo PADAP outros acontecimentos nortearam a configuração territorial da área rural. Em razão das características físicas do município e em decorrência de fatores como a intervenção da Nestlé, a tomada das grandes áreas para lavoura ocorreu de forma lenta e gradual. A produção de leite na década de 1970 cresceu 77% (IBGE) em função da assistência técnica oferecida pela fábrica (FRANCA, 1984), contudo, é possível identificar outros condicionantes para esta realidade.

À época, cerca de 90% (IBGE) da área era ocupada com a pecuária. Muito está relacionado ao papel da agroindústria leiteira no sentido de reduzir a produtividade de grãos na região, contudo há um outro fator que contribuiu para este quadro: em entrevistas com antigos produtores da região identificamos a inabilidade do cerradeiro tradicional em lidar com os créditos bancários. Mais que isso, havia o medo de qualquer contrato assinado junto ao banco que, segundo eles, residia principalmente na possibilidade de o banco “tomar suas terras”:

óia moço, na época a gente não sabia nem ir no banco, imagina pegá empréstimo pra plantá. E isso durou muitos anos... o povo lá dos órgão do governo como da Emater vinha aqui, tentava convencer a gente mas todo mundo tinha medo desse negócio porque corria aqui a história de um tanto de produtô que perdeu as terra por dívida no banco, porque não deram conta de pagá as dívida aí o banco foi lá e ó, tomou as terra deles<sup>42</sup>.

Estes produtores consideraram ser mais seguro a produção pecuária, principalmente a pecuária leiteira, pois se sua produção não fosse absorvida pela fábrica da Nestlé haveria ainda a possibilidade de vender o leite na cidade ou utilizar de subprodutos como o queijo e a venda de bezerros para corte. Isso pode ser verificado na fala de um dos entrevistados, vejamos:

primeiro era difícil produzir por conta das terras, era pouca gente que tinha terra que era fácil de mecanizá na época. Outra coisa era que ninguém queria pegá empréstimo não, o povo tinha medo. Depois era mais fácil produzir o leite porque a gente já sabia cumé que fazia e se a gente não vendesse ele a gente ia pra cidade porque tinha os cliente já né e fazia

<sup>42</sup> Produtor rural em entrevista de Campo, agosto de 2008.

queijo e ainda vendia os bezerro macho pra matar nos açougue, nos matadouro, sabe<sup>43</sup>.

Quanto à relação entre o produtor tradicional do Cerrado (até o momento o produtor tradicional era também o proprietário de terras) com os bancos foi possível perceber que se tornaram um entrave até mesmo para produtores rurais migrantes de outros estados que foram atraídos pelas possibilidades de crédito para a produção agrícola.

Para plantar os migrantes necessitavam de terras, muitos ainda não eram capitalizados o bastante para a compra de propriedades e chegaram à região atraídos pelos créditos facilitados para a produção agrícola. Ao encontrarem o crédito faltava-lhes o principal, a terra para produzir.

Para o acesso ao crédito, no caso do arrendamento das terras para a produção, eram necessários alguns procedimentos burocráticos como a assinatura do proprietário de terras de um contrato de arrendamento e que deveria ser submetido ao banco. Esta assinatura dava “segurança” jurídica ao arrendatário na produção nas terras concedidas por meio de um pagamento ao proprietário de um valor previamente estabelecido. A questão, contudo, estava na assinatura deste contrato e em sua submissão à apreciação do banco. Vejamos:

Quando eu cheguei aqui no começo da década de 70 eu fui um dos primeiro. Eu até tinha um pedacinho de terra, mas era bom fazer a rotação então eu procurava terra para arrendá. Veio uns companheiro comigo que nem terra tinha então eles só arrendava. Quem arrendava terra na época era só eu mais uns dois que veio comigo mas era uma dificuldade, porque para o banco liberar o dinheiro para a gente plantar a gente tinha que levar o contrato assinado entre a gente e o dono das terras no banco mas quando falava pros pessoal assiná o tal contrato eles não assinava de jeito nenhum e ainda xingava a gente mandava a gente sair de lá da casa deles porque eles falavam que a gente tava era de rolo com o banco pra cima deles e que queria era tomar as terras deles. Eles não assinavam esses papel de jeito nenhum, era poucos os que assinava, mais era os povo que era estudado fora sabe, daí eles até que tinham muitas terras e toda vez a gente arrendava era dos mesmo. Isso foi mudando porque depois o povo foi vindo

---

<sup>43</sup> Produtor rural em entrevista de Campo, setembro de 2008.

pra cá e as terras ia diminuindo sabe, era muita terra mas pouca gente que entendia os precedimento<sup>44</sup>.

Este modo de pensar ainda hoje faz parte de alguns produtores rurais na região, especialmente produtores de leite que, “de forma alguma (*segundo eles*) entra(m) em empréstimo de banco”.<sup>45</sup>

Muito fora vencido para que o modo de pensar do cerradeiro na região fosse modificado a fim de viabilizar no município uma agricultura mecanizada e racionalmente em sintonia com o mercado de *commodities*, inclusive sua concepção sobre o arrendamento de terras. Junto às modificações na maneira de encarar estas mudanças pelo produtor rural na região o ciclo produtivo e as características do produtor foram se metamorfoseando, ganhando outras dimensões e instituídas por meio de políticas públicas.

Numa relação dialética, num movimento coordenado de ações, percebemos que estes acontecimentos são em decorrência de um momento em que o capital procura oportunidades gerando uma modernização da agricultura e só depois condiciona a decadência do “sistema tradicional” de atividade agrícola.

#### 1.2.4.1. Os resultados da modernização agrícola: as heranças dos projetos

O município de Ibiá teve terras atingidas pelo PADAP, contudo, muitos dos agricultores que tiveram suas terras desapropriadas neste programa estabeleciam poucas relações com a cidade. A extensão territorial do município explica essa fraca ligação, pois suas propriedades ficavam mais próximas às cidades de São Gotardo e Rio Paranaíba. Os colonos também preferiram, principalmente, a cidade de São Gotardo e lá fixaram a maioria das residências, dos escritórios das empresas e das

<sup>44</sup> Produtor rural em entrevista de Campo, maio de 2008 (*grifo nosso*).

<sup>45</sup> Produtor rural em entrevista de Campo, junho de 2008.

cooperativas. A proximidade lhes permitia uma maior coesão, dava mais força para negociações e facilitava as políticas tomadas pela cooperativa, principalmente em relação às assessorias técnicas.

Os ganhos do programa, contudo, pareceram ficar nestes municípios. São Gotardo com as empresas rurais teve um aumento considerável em diversificação econômica em relação à Ibiá. O projeto não surtiu efeito na economia ibiaense e os resultados da modernização agrícola e incorporação das terras às oportunidades de mercado só foram sentidas como uma espécie de reflexo distorcido destes programas, ou melhor, a modernização agrícola do município chegou de forma gradual e como resultado de um processo que atingiu toda a região do Cerrado e não somente a região abrangida pelo PADAP.

Ao conviver com uma especialização produtiva avassaladora nos chapadões trazida pela mecanização e “racionalização” agrícola, fazendeiros e trabalhadores rurais se viram em meio a uma extrema desqualificação produtiva enquanto produtores e, principalmente, mão-de-obra. Essa desqualificação parece ter sido intensificada pelas relações e tratos culturais diferenciados (desiguais até) entre o produtor “cerradeiro” nativo e os japoneses.

Franca (1984) em uma pesquisa realizada no ano de 1983 mostra alguns apontamentos sobre estas relações de trabalho decorridos quase uma década da implantação do PADAP na região. O número de trabalhadores permanentes havia caído de 5 a cada 100 hectares trabalhados por agricultores locais (1976 e 1977) para 1 trabalhador por hectare empregado no ano de 1983 em terras dos colonos do PADAP.

Esta realidade se espalhou para outras áreas do município e em decorrência dos financiamentos produtivos, aliados à mudança gradual na racionalidade



produtiva, a região do Cerrado mineiro se insere no mercado do agronegócio brasileiro em unidades produtivas empresariais.

A chegada dos migrantes produtores rurais de São Paulo e Paraná foi também responsável pelo fortalecimento desta modernização e por uma reestruturação da base fundiária do município. Estes migrantes, atraídos pelos créditos bancários (os mesmos aos quais os cerradeiros tradicionais não estavam acostumados), compraram muitas terras de chapada, em estratégias que lhes permitiam ter acesso ao crédito também para plantar e para a compra de maquinários agrícolas, pois como vimos estes eram liberados com maior facilidade para as áreas de planas.

Este fato fez com que a concentração das pequenas propriedades ocorresse em áreas de vertente e ali se estabelecendo com a produção de gado e hortaliças. A agricultura empresarial e “moderna” tomou conta das chapadas principalmente com a produção de grãos na implantação de um modelo tecnológico de produção intensiva em uma relação indissociável entre a agricultura, a agroindústria e o mercado externo/internacional.

Muitos dos pequenos produtores, agora deslocados para as áreas mais inclinadas, ainda sobrevivem na tentativa de manter uma agricultura de subsistência em pequenas faixas de terras férteis ainda existentes, pois neste confinamento, como vimos, o ciclo produtivo e o modo como estes produtores lidavam com a terra também foi modificado. Estas mudanças atingiram profundamente sua relação com a terra; secularmente utilizando o sistema de pousio – o que lhes permitia a renovação da “fertilidade” das terras no ambiente do Cerrado –, de súbito se vêem obrigados a encurtar o tempo de descanso da terra, uma vez que necessitavam produzir.

Muitos dos produtores tradicionais que tentaram se incorporar ao sistema produtivo não tiveram bons resultados, pois essa mudança de hábitos fez com que o ambiente sofresse degradações mais ou menos rápidas ocasionando uma maior infertilidade ao solo e aumentando os gastos com eventuais correções àqueles produtores que ainda resistiam nas terras. A outros obrigavam migrações para as franjas fronteiriças de Cerrado, a venda das pequenas propriedades que lhes restavam e sua saída para a cidade ou ainda a venda de sua força de trabalho para os produtores (principalmente os migrantes) rurais que conseguiram se encaixar<sup>46</sup> nos projetos modernizantes do Cerrado.

Por outro lado, com a modernização intensa das chapadas e do cultivo de grãos, intensificou-se o uso de insumos agrícolas assim como o uso de modernas tecnologias para a produção no Cerrado: “uso de maquinários e sementes selecionadas, correção pontual do solo, além da utilização intensa dos herbicidas e inseticidas, agrotóxicos organofosforados e carbamatos” (SCHNEIDER, 1996).

A produção agrícola, assim como sua importância no município, cresceu de forma a fomentar diversos setores econômicos. O comércio na cidade em relação aos gastos dos trabalhadores rurais e as vendas de produtos e defensivos agrícolas colheram, por muitos anos, bons resultados em decorrência de uma diversificação na produção do município.

A produção de grãos e de batatas se expandiu na região a partir da década de 1980, mas foi no início da década de 1990 que muitos destes agricultores se capitalizaram:

---

<sup>46</sup> Como, por exemplo, o acesso às terras mecanizáveis, aos créditos dos programas, a compra de equipamentos e maquinários agrícolas, assim como a estruturação de suas propriedades em bases empresariais.

No início dos anos de 1990 foi o melhor pra gente. Eu plantava batata e foi nessa época que eu consegui comprar mais terras, ter minha casa própria e andava com caminhonete própria.<sup>47</sup>

Os anos seguintes, contudo, trouxeram oscilações, principalmente com as políticas de contenção dos preços dos produtos agrícolas instituída a partir do ano de 1994 como medida para suprimir a inflação do Real. Apesar das “idas e vindas” do mercado a estrutura agrária do município se estruturou na diversificação produtiva e ainda hoje a cidade mantém íntima relação com o campo Ibiaense, especialmente com os empregos e ocupações de plantio e colheita ofertados pelas atividades no campo.

É nesta realidade e sobre estas bases que um outro projeto, quando de sua chegada, acenava um reordenamento da estrutura agrária do município: a chegada de uma usina de álcool fez revolver intensamente discussões acerca do que poderia ocasionar o surgimento e expansão de grandes lavouras de cana-de-açúcar no município.

Partilharam da discussão os moradores da cidade, fazendeiros, autoridades políticas, comerciantes (principalmente de produtos e insumos agrícolas), trabalhadores rurais, enfim, todos os que se acharam diretamente atingidos por este projeto na defesa ou não de sua instalação.

É preciso considerar que não se trata da chegada capitalista ao campo Ibiaense, essa chegada já teria ocorrido décadas atrás e intensificada com a instalação da fábrica da Nestlé na cidade. O que se trata é de uma substituição por novos agentes produtivos, num reordenamento territorial do espaço necessário para sua reprodução em um modelo que busca, na ocupação capitalista do espaço, a

---

<sup>47</sup> Produtor rural em entrevista de Campo, junho de 2008.

manutenção da multiplicação de um capital que se estabelece na ocupação efetiva de uma base material (HARVEY, 2004) e, por isso, em sua territorialização.

Esta substituição e as discussões acerca da instalação da usina de álcool, assim como do ordenamento produtivo, do trabalho e da área tomada pela cana-de-açúcar são objetos do segundo capítulo.

## **CAPÍTULO 02**

## 2. DEFININDO TERRITÓRIO: AS RELAÇÕES DE PODER NA SUBSTITUIÇÃO DOS AGENTES DO CAPITAL

### *Território Vital*

*Somos os pássaros  
mas sem garras da Terra;  
nosso território está  
onde sozinhos estamos:  
nesta mesa de bar  
se as garrafas bebidas,  
nós pagamos;  
nesta fila ou no banco  
de praça em abandono;  
nosso território é menor  
do que o alcance das asas  
de um passarinho com sono.*

*Alberto da Cunha Melo*

Neste segundo capítulo demonstramos a reestruturação das bases materiais espaciais do campo no município. Tal reestruturação se dá na perspectiva da dominação, apropriação e influência sobre diversos aspectos ou seja, pela territorialização de determinada área a fim de viabilizar produções e o acesso à terra.

Damos continuidade ao capítulo primeiro, onde detalhamos o processo de reprodução espacial (em bases econômicas) do município, com forte influência de sua estrutura agrária e onde há a chegada de um empreendimento que reordena e reestrutura aspectos há muito vivenciados na região. Tal empreendimento, ou seja, a chegada de uma usina destilaria de álcool é parte por nós compreendida como uma substituição de agentes capitalistas nestes espaços, ao tomar áreas produtivas

e econômicas antes dominadas por produtores de grãos, comerciantes de produtos agrícolas, dentre outros capitalistas.

Esta substituição só seria possível à medida que conseguisse substituir territórios, ou seja, tornar seus os que estão sob domínio de outros agentes.

Neste sentido estruturamos o capítulo de forma a explicar como o setor sucroalcooleiro consegue se fixar em uma região há muito conhecida por sua dinâmica agrícola, ou seja, por sua dependência econômica da produção agropecuária e pela variedade do que é produzido no campo.

Esta fixação, para que ocorresse, seguiu parâmetros territorializantes na área estudada, ou seja, desterritorializa para poder se territorializar; neste sentido, iniciamos com a discussão do conceito de território e sua escolha para a explicação dos assuntos tratados neste capítulo. Esta discussão é realizada no subitem *“Definindo Território: a relevância do conceito em nossa problemática”*.

No item seguinte, denominado *“Apontamentos sobre o conceito de território na geografia: do espaço ao território, do natural à construção”* mostramos a contribuição dos autores, especialmente os geógrafos, para o clareamento deste conceito a fim de que permita respostas pontuais nos projetos que envolvem o poder para o controle de determinada base espacial importante ao empreendimento de cada agente envolvido.

No terceiro subitem *“A chegada da cana no município de Ibiá: a territorialização/substituição de agentes capitalistas”* demonstramos a chegada e o avanço dos empreendimentos do setor sucroalcooleiro no município o que compreendemos ser um processo de construção e reordenamento territorial de bases já utilizadas na região para outros tipos de culturas.

Neste subitem apresentamos ainda “*O processo de arrendamento de terras para o plantio de cana-de-açúcar no município de Ibiã*”, onde mostramos como ocorre o arrendamento das terras no município. Este processo é parte fundamental para a afirmação de territórios pela usina, uma vez que o arrendamento das terras faz depender a produção da cana-de-açúcar ou seja, a matéria prima utilizada pelo empreendimento. Este processo (o arrendamento) não pode conter amarras nem pode sobrepujar a produção da Usina e esta, por sua vez, deve ter autonomia em todo o seu processo produtivo, especialmente no acesso à sua matéria-prima.

É neste tocante, então, que encerramos a discussão do segundo capítulo e vinculando-a ao terceiro, denominado “*A renda da terra e a produção de territorialidades: o ‘direito de plantar’ e o controle das terras na territorialização da Usina*”

Para atingir tais resultados, primeiramente fora preciso uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos de território e suas variantes, especialmente do que é tratado no âmbito da geografia. Em um momento posterior, íamos contrapondo a realidade apresentada com este conceito à custa de entrevistas realizadas com diversos dos envolvidos na região: agentes funcionários da usina, proprietários de terras, trabalhadores e produtores rurais.

Desta forma, relacionamos o que íamos descobrindo na prática com o teórico, mas sem amarras. Vejamos:



## **2.1. Definindo Território: a relevância do conceito em nossa problemática**

É perceptível, na história da ciência geográfica, determinados entusiasmos a surgirem de tempos em tempos. O da vez parece ser o conceito de *território* e as discussões acerca de suas variantes como *territorialização*, *territorialidade*, *desterritorialização* e *reterritorialização*. Nos últimos anos este conceito tem sido amplamente discutido no âmbito da Geografia, contudo, muito pouco temos avançado e superado a polissemia estabelecida à sua volta. Sob esta perspectiva encontramos dificuldades na obtenção de um conceito pontual, ocorrendo, muitas vezes, não só imprecisões conceituais como também imprecisões semânticas.

A dificuldade de se chegar a um conceito preciso<sup>48</sup> advém de sua utilização ser difundida e empregada em enfoques variados. Por ser tratado, em muitos casos, como sinônimo de espaço (ou ainda de espacialidade) o termo território tem sido empregado em diversos ramos da ciência e também no senso comum. Cada um que o utiliza o faz, por sua vez, em uma determinada perspectiva.

Nas ciências naturais, por exemplo, a expressão “território” tem sido utilizada para determinar a área de influência e/ou predomínio de uma determinada espécie animal “que exerce o domínio dela [da área de influência], de forma intensa no centro, perdendo esta intensidade ao aproximar-se da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies” (ANDRADE, 1995, p.19 [*grifo nosso*]).

Nas ciências sociais o conceito foi notadamente utilizado por geógrafos que o associaram sobretudo às delimitações precisas dos Estados Nações. Há, contudo,

---

<sup>48</sup> Ainda que compreendamos que grande parte da riqueza estabelecida no bojo da Geografia seja justamente o aprofundamento e a discussão pormenorizada dos conceitos, compreendemos também que tais discussões em muitas das vezes são repetições que não delimitam, abrindo campo para a utilização destes conceitos com definições variadas. Talvez esse seja um motivo para que mesmo compreendendo que a “precisão” na definição exata de um conceito seja reducionista e empobrecedora, defendemos sua delimitação e utilização com um mínimo de cuidado e método.

outras contribuições como a de sociólogos, filósofos e mesmo outras correntes dentro da geografia que o caracterizam de formas variadas.

Haesbaert (2006) em um trabalho recente todo voltado à problemática da definição conceitual do território e suas variantes, dedica dois capítulos na significação deste conceito e cria resumidamente uma relação entre os enfoques de áreas variadas em torno dele. Vejamos:

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a **partir das relações de poder** (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força-produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (HAESBAERT, 2006, p.37 **grifo nosso**).

É importante considerar, contudo, que tais abordagens, ou seja, as diferentes formas de tratar o conceito de território em diversos ramos da ciência, encontram campo fértil entre os geógrafos e isso tem facilitado sua confusão conceitual e a interpenetração de idéias e concepções em seu bojo. Lévy e Lussault (2003), por exemplo, identificam nove definições, entre as produções tidas como geográficas, para território.

Nossa análise neste capítulo, contudo, não está relacionada a uma análise aprofundada das variantes possíveis no estudo deste conceito. Apesar de nos sentirmos demasiadamente tentados não pretendemos recuar em suas concepções históricas muito menos discutir suas abordagens por outras ciências. Nossa preocupação é estabelecer de que “territórios falamos” sob uma perspectiva geográfica, ou seja, dentro da Geografia que concepção conceitual de território elegemos para interpretar nossos objeto e região de estudo.

O conceito de território é aqui tratado numa perspectiva funcional, ou seja, ele nos dá aporte numa interpretação operacional desta pesquisa. Ele é mecanismo, instrumento e compreendemos que sua epistemologia já está excessivamente analisada. O que faremos é estabelecer parâmetros sobre nossa concepção acerca deste conceito com o intuito de justificar sua escolha em nosso estudo. Estamos imbuídos de tal preocupação a fim de expressar que a variada gama de utilização deste conceito tem chegado à Geografia e contribuído para formulações diversas, revolvendo formas e conteúdos, adequando, inclusive, conteúdos idênticos a formas (conceitos) variadas.

Essa adequação imprecisa tem gerado interpretações igualmente imprecisas. Um exemplo clássico são as confusões geradas em torno dos conceitos de *lugar* e *território* se analisados sob os prismas das correntes que tratam de suas formações a partir de identidades entre elementos humanos ou com o espaço habitado.

Não queremos afirmar que tais conceitos, como todos os outros tidos como conceitos-chave na geografia, se anulam; ao contrário, interpenetram-se em suas interpretações. Contudo, sua adequação científica a conteúdos deve ser bem delimitada, precisa; para que também sejam precisos os resultados provenientes de suas análises da realidade material. Também não temos a pretensão em afirmar que nossa concepção sobre o território é a única correta para a realidade analisada, diferente disso, analisamos sua adequação aos nossos objetivos e, temos a compreensão de que ela se adapta e possibilita respostas e análise coerentes dos processos que investigamos.

A análise sob o prisma do conceito de território e também dos conceitos de territorialidade, territorialização e reterritorialização é metodológica. São, para nós, instrumentos, como instrumentos de trabalho mesmo: os afiamos, calibramos,

ajustamos... amoldamos em nossas tarefas. Em uma perspectiva operacional ele é a ferramenta que deve se ajustar, por artifício, ao elemento.

Deste modo, ao contrário do que concebe Haesbaert (2006) o território, tratado como objeto metodológico, não é “um simples instrumento de análise [...] como recurso conceitual formulado e utilizado pelo pesquisador” (p.42) pois para que seja possível sua utilização é preciso conhecer e ter a noção clara de que este conceito não apenas referencia uma realidade existente. Ele deve casar, assim, a realidade física com a teórica e não ser utilizado como ferramenta na qual tentamos, a todo custo, encaixar o objeto de estudo em sua forma. Como vimos é justamente o oposto.

Neste sentido, os utilizamos de acordo com o nosso objetivo neste capítulo que é compreender e analisar o setor de agrocombustíveis no Brasil, especialmente na região do Cerrado Mineiro. Analisamos o crescente plantio agrícola de cana-de-açúcar para a produção, principalmente, de etanol. A utilização dos conceitos acima estabelecidos se dá na perspectiva do exame de sua espacialização por meio de relações de poder (sobretudo econômico) e influência e que lhes permitem a própria reprodução das práticas de acumulação de capital: *somente estes espaços territorializados permitem tal reprodução.*

O embate entre os novos territórios que reproduzem as “novas”<sup>49</sup> culturas (neste caso a cana-de-açúcar) com antigos se dá na perspectiva de controle de determinada porção espacial; no entanto, esse novo controle tem sido facilitado por políticas públicas que envolvem o Estado, Estados estrangeiros e uma iniciativa

---

<sup>49</sup> O termo “novas” encontra-se entre parênteses por significar que a expansão da cana-de-açúcar é algo relacionado a tempo e espaço, ou seja, é novo em espaços onde até então imperavam a produção agrícola de outros produtos tidos como tradicionais na região, em nosso caso, na região do Triângulo Mineiro de grãos como o soja, o milho e feijão, principalmente, e de pecuária leiteira e de corte, dentre outros.

privada com poder de barganha imenso... todos se valem de um discurso consoante com discursos reproduzidos no mundo todo: como vimos anteriormente é o “discurso ecológico” e que aponta o etanol como solução aos inúmeros problemas de meio ambiente causados, especialmente, pela queima dos combustíveis fósseis.

Sabemos, contudo, que tal expansão faz parte de estruturas de mercado que impõem uma submissão aos sistemas agrícolas de nível local ao nível de um modelo de mercado industrial internacional, por meio de cooperações e acordos internacionais, numa reestruturação do cotidiano de povos tradicionais e de um ecossistema ameaçados.

Neste sentido, nossas pesquisas procuram desvendar as modificações estruturais ocorridas em decorrência destes acordos comerciais internacionais na região do Cerrado mineiro e a expansão dos projetos de infra-estrutura, de armazenamento, processamento e distribuição, que abarca a construção de dutos, instalação de Usinas, estruturas de rede elétrica, mecanização, mão-de-obra, migração, reestruturação urbana e rural, dentre outros.

O que temos percebido, principalmente num período em meio ao que se têm chamado “crise econômica”, é uma nítida preocupação com uma consolidação de classe, uma consolidação do poder de classe capitalista que surge ideológica a se apoiar não somente numa ciência econômica, mas também em outros discursos, como o ecológico e terminam por se assentar em bases espaciais bem nítidas: o ordenamento, estruturação, consolidação e manutenção de **territórios**.

## **2.2. Apontamentos sobre o conceito de território na geografia: Do espaço ao território, do natural à construção.**

Segundo Haesbaert (2006) a palavra território deriva do termo “*territorium*” em latim e que, por sua vez, é derivada do vocábulo latino *terra*. Tal concepção, segundo o autor, “era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* [...] como pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa” (p.43).

O autor, na busca da gênese de utilização do tema assim exemplifica algumas das possibilidades:

Recorrendo ao *Dictionnaire Étymologique de La Langue Latine*, de Ernout e Leillet (1967[1932]:667-688), e ao *Oxford Latin Dictionary* (1968:1929), percebe-se a grande proximidade etimológica existente entre *terra-territorium* e *térreo-territor* (aterrorizar, aquele que aterroriza). Segundo o *Dictionnaire Étymologique*, *territo* estaria ligado à “etimologia popular que mescla ‘terra’ e ‘terreo’” (p.688), domínio da terra e terror. *Territorium*, no Digesta do imperador Justiniano (50,16,239), é definido como *universitas agrorum intra fines cujusque civitatis* (“toda terra compreendida no interior de limites de qualquer jurisdição”). (HAESBAERT, 2006, p.43).

Jean Gottman (2005) endossa a compreensão de ligação entre o termo território e a dominação de determinada área de terras ao citar estudos já do século XV vinculando o termo às discussões acerca de questões políticas no sentido espacial das fronteiras. Tais estudos versavam sobre a noção de soberania das cidades-estados gregas e de cidades romanas e italianas medievais.

Saquet (2007) expõe argumentos de que tais estudos quanto à soberania territorial de determinados espaços mostraram que ela já era debatida como uma questão de jurisprudência e se aproximava do que fora abordado nas idéias de Platão (referente à *República* e à *Polis*) ou ainda nas de Maquiavel (especialmente em *O Príncipe*) e que influenciaram as teorias de repartição política dos lugares e a formação de Estados (SAQUET, 2007, p.27).

Esta concepção já está além da compreensão do território apenas como abrigo. Está expressa, assim, na delimitação espacial e sua importância para a coletividade. Podemos perceber tal afirmação na transcrição da definição de território de Heidrich (1998, p.02):

a diferenciação do espaço em âmbito histórico tem início a partir da delimitação do mesmo, isto é; por sua apropriação como território; em parte determinado pela necessidade e posse de recursos naturais para a conquista das condições de sobrevivência, por outra parte, por sua ocupação física como habitat. Neste instante, na origem, a defesa territorial é exercida diretamente pelos membros da coletividade. Noutro extremo, como já ocorre desde a criação do Estado, quando há população fixada territorialmente e socialmente organizada para produção de riquezas, cada indivíduo não mantém mais uma relação de domínio direto e repartido com o restante da coletividade sobre o território que habita. Neste momento, a defesa territorial passa a ser realizada por uma configuração social voltada exclusivamente para a organização e manutenção do poder.

Tal compreensão muito se assemelha ao que Saquet (2007) chama de “funções principais” do Território: “a) servir de abrigo, como forma de segurança e, b) servir como um trampolim para oportunidades. Segurança e oportunidade requerem uma organização interna do território bem como relações externas, de poder e dominação” (p.27).

O território alcança, então, a conotação de um espaço delimitado onde se manifesta investimentos variados para a reprodução da coletividade e/ou das pessoas em particular. Neste sentido para Raffestin (1993) o território é “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder”, vejamos com mais detalhe:

Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território de um local de relações. (RAFFESTIN, 1993. p. 44).

Ou ainda:

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...].(RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

Raffestin, deste modo, avança com a compreensão de que o empreendimento do território não se estabelece, obrigatoriamente, na formação delimitada de um Estado, ou Principado, ou Reino, ou seja, em sua delimitação política. O território, a partir de sua compreensão, pode ser erigido por qualquer coletividade na tentativa de controle e/ou apropriação de determinada área.

O que percebemos, contudo, é que esta concepção de território carrega consigo determinados aspectos relacionados ao momento em que fora introduzido o debate quanto à soberania territorial dos Estados Nações. “Aquele” e “este” territórios estão imbuídos, quando de sua formação, por caracteres que levam em conta a autoridade, a autonomia, a influência e, de forma mais abrangente, o poder que, desta forma, engloba todos estes caracteres pois, não sendo unidimensionais, se relacionam, interpenetram-se.

Não é, no entanto, um poder relacionado estritamente à força, mas um poder em sua conjugação *lato sensu*, ou seja, em todas as relações que o instituem. É uma concepção que se aproxima claramente do entendimento de Michel Foucault sobre o Poder que assim o exemplifica:

Com o poder não quero dizer o ‘Poder’, como conjunto de instituições e de aparatos que garantem a submissão dos cidadãos em um determinado estado. [...] Com o termo poder me parece que se deve entender a multiplicidade de relações de forças inerentes ao campo no qual se exercitam [...]; o jogo que, através de lutas incessantes, transforma-o, reforça-o, inverte-o; o apoio que estas relações de forças encontram umas nas outras” (FOUCAULT, 1978, p.82)

Neste sentido, é possível perceber que Raffestin tem, então, uma nítida influência de Michel Foucault e se desvincula das relações de poder apenas no “âmbito” do Estado e de sua atuação e o estende a outras relações expressas no



cotidiano ao tratar que “o território é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (1993, p.58).

Ainda no campo das vertentes geográficas de tratamento do conceito de território, Haesbaert (1995) em um trabalho que veio sendo revisado ao longo de suas produções voltadas à problemática do território estabelece algumas dessas vertentes básicas em sua abordagem. São elas:

- a) a jurídico-política, majoritária, inclusive no âmbito da Geografia, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal;
- b) a cultural(ista), que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço; Guattari (1985) e, na Geografia, Tuan (1980) [*apesar deste segundo autor trabalhar com a denominação de **lugar***], são os autores que, em diferentes posições, se aproximam desta abordagem;
- c) a econômica (muitas vezes economicista), hoje minoritária, que destaca a des-territorialização em sua perspectiva material-funcional, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho; as leituras de Moreira (1987) e Storper (1994) parecem-nos dois exemplos nesta linha. (HAESBAERT, 1995, p. 63-64, *grifo nosso*)

Na contemporaneidade o território, assim como o espaço – sua base de construção –, têm sido interpretados, por muitos autores, sob condições de temporalidades ditadas pelo meio técnico-científico-informacional, ou seja, pela modernidade e, por conseqüência, pelo processo que ela representa: a difusão ágil dos e pelos meios de comunicação. Esta interpretação confere ao espaço e aos territórios conotações muito mais fluidas, ou seja, fora dos espaços concretos e suplantados pelo tempo. Virilio (1984, p. 63) assim o especifica:

O espaço não está mais na Geografia – está na eletrônica. (...) Está no tempo instantâneo dos postos de comando, nos quartéis-generais das multinacionais, nas torres de controle, etc. A política está menos no espaço físico do que nos sistemas temporais administrados por várias tecnologias, das telecomunicações aos aviões, passando pelo TGV, etc. A unidade do mundo não é mais uma unidade espacial. Para o território, a unidade de medida são distâncias no tempo. A distância tanto de Paris a Nova York quanto de Paris à Córsega é a mesma: 3 horas e meia: Portanto, há uma desregulagem da distância que cria distâncias-tempo para substituir distâncias-espaço. A Geografia é substituída pela cronografia.

Ora, mais que um exagero há uma infeliz inocência na convicção de Virilio. Não há substituições da Geografia, nem o espaço perde sua materialidade. Respiramos, pisamos, nos relacionamos fisicamente com materialidades e coletivamente num espaço habitável e apreendido pelo aparelho cognitivo. O espaço não é sua medição em quilômetros; são as relações, de qualquer forma – até mesmo as relações informacionais desde que haja interferência no concreto – que se dão no meio materialmente constituído. A unidade de medida nunca foi distância-espaço, sempre fora medido pela fórmula distância/tempo e, contudo, nem todos têm acesso ao mundo informacional, cibernético, onde se ligam apenas lugares virtuais com outros lugares virtuais ou onde se tem acesso apenas a informações de um lugar material via virtualidades.

A citação de Virilio, no entanto, serviu para demonstrar seu entendimento das relações de redes na construção dos territórios. Tal perspectiva se aproxima da de Raffestin no ponto em que considera sua formação associada além das redes aos nós e às malhas: “a produção territorial em ato é constituída de malhas, de nós e de redes que representam invariavelmente os instrumentos contra-aleatórios que todo grupo humano utiliza para construir uma reserva e, da mesma forma, se precaver contra as modificações do meio” (RAFFESTIN, 1986, p.181).

Percebemos, deste modo, que as discussões quanto ao território tem avançado em diferentes abordagens desde suas primeiras compreensões que se davam apenas nas delimitações dos Estados Nações. Compreendemos que há, contudo, um mecanismo que cimenta as várias concepções acerca deste conceito. Este é, como entendemos e exemplificamos, o **Poder** – indissociável da idéia de território.

Apesar de haver algumas ressalvas por parte de autores que tratam das problemáticas deste conceito, compreendemos que as diversas análises não necessariamente se anulam. Haesbaert (2006) veio a perceber isso ao demonstrar que as concepções teóricas do território (jurídico-política, a cultural[ista] e a econômica) se envolvem na interpretação de determinadas problemáticas. Vejamos:

a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominados 'parcial' de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a 'natural', a econômica, a política ou a cultural); ii. A perspectiva 'integradora' de território, na resposta a problemáticas que, 'condensadas' através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas. (HAESBAERT, 2006, p.41)

Esta perspectiva integradora é por nós compreendida como um único aspecto comum entre estas dimensões: as identificações positivas nas relações que se traduzem na concepção do poder. Seja a delimitação precisa dos estados Nações na concepção “jurídico-política”, seja a apropriação de espaços na vertente “culturalista” ou a propriedade (expressão material da vertente “econômica”), é o poder, a autoridade e a perspectiva de influência em determinada porção espacial que são comuns entre elas.

É o poder, portanto, o elemento unificador das abordagens sobre território e, neste caso específico de nosso objeto de estudo, relaciona-se à disposição administrativa e legal de recursos e do próprio espaço. Sob certa maneira tal perspectiva muito se aproximaria da concepção de Weber, ao afirmar que o “Poder é toda chance, seja ela qual for, de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra a relutância dos outros”. Tal relutância, no entanto, se esvai quando pensado o acesso facilitado ao espaço empreendido pela empresa em questão.

Sob esta compreensão nosso trabalho, neste segundo capítulo, busca identificar, compreender e analisar as variantes expressas nestas diferentes dimensões ao tratar da chegada e expansão das lavouras de cana-de-açúcar e das

usinas destilarias, bem como das infra-estruturas construídas capazes de viabilizar os empreendimentos na região do Cerrado mineiro, especialmente no município de Ibiá.

### ***2.3. A chegada da cana no município de Ibiá, a territorialização/substituição de agentes capitalistas***

A chegada e expansão das lavouras de cana-de-açúcar no município de Ibiá, assim como a instalação de uma usina destilaria seguiram alguns procedimentos que também puderam ser identificados em outras cidades da região do Triângulo Mineiro.

Como vimos no primeiro capítulo, na região não era tradicional o plantio de cana-de-açúcar com fins de comercialização de seus subprodutos. Ao contrário, a região que havia passado por uma modernização agrícola a fim de inserir os solos característicos do bioma Cerrado na lógica de mercado internacional se apresentava como um ambiente com uma variada gama de produtos primários, ou seja, nele se destacava grãos como o milho, o feijão e o soja, assim como uma considerável produção advinda das pecuárias leiteira e de corte.

Apesar da diversidade produtiva a região muito pouco conhecia dos plantios de cana-de-açúcar e esta se restringia às proximidades da microrregião de Uberaba e de alguns municípios como Itapagipe e Campo Florido o que se explica, provavelmente, por suas proximidades com o Estado de São Paulo.

O certo, contudo, é que em menos de cinco anos a área plantada com cana-de-açúcar nos 66 municípios<sup>50</sup> da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba cresceu de aproximadamente 221.681 hectares para 543.946 hectares (INPE, 2010). Tal evolução pode ser acompanhada no gráfico seguinte:

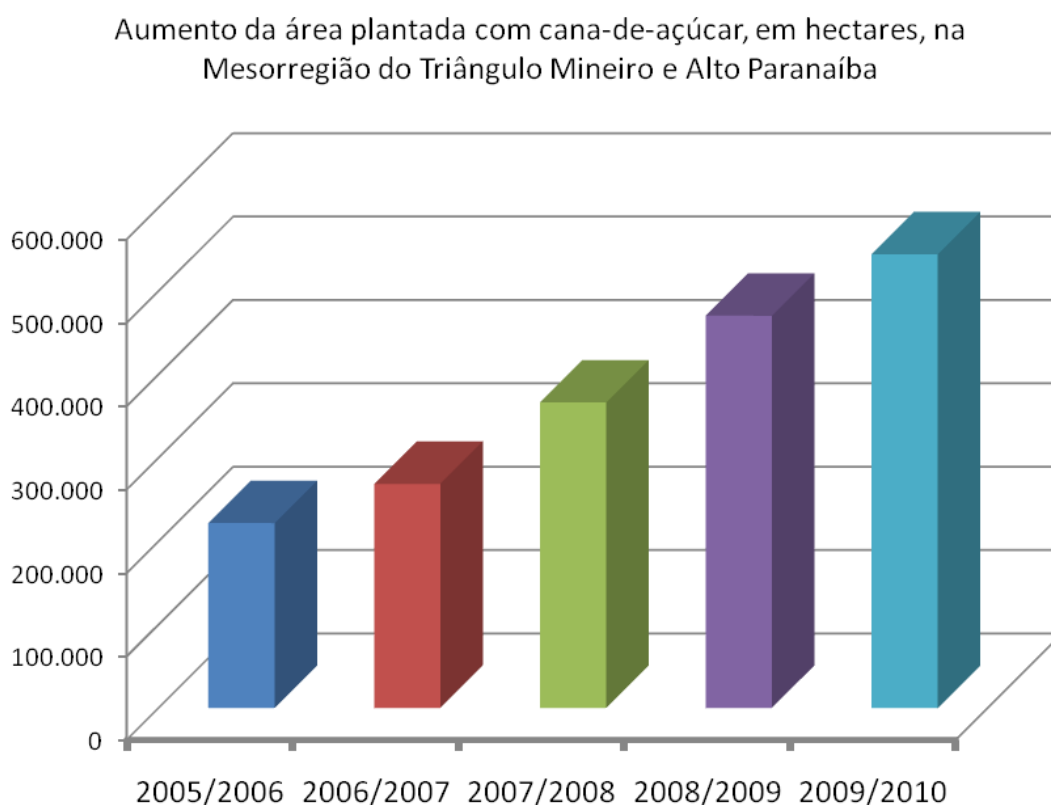


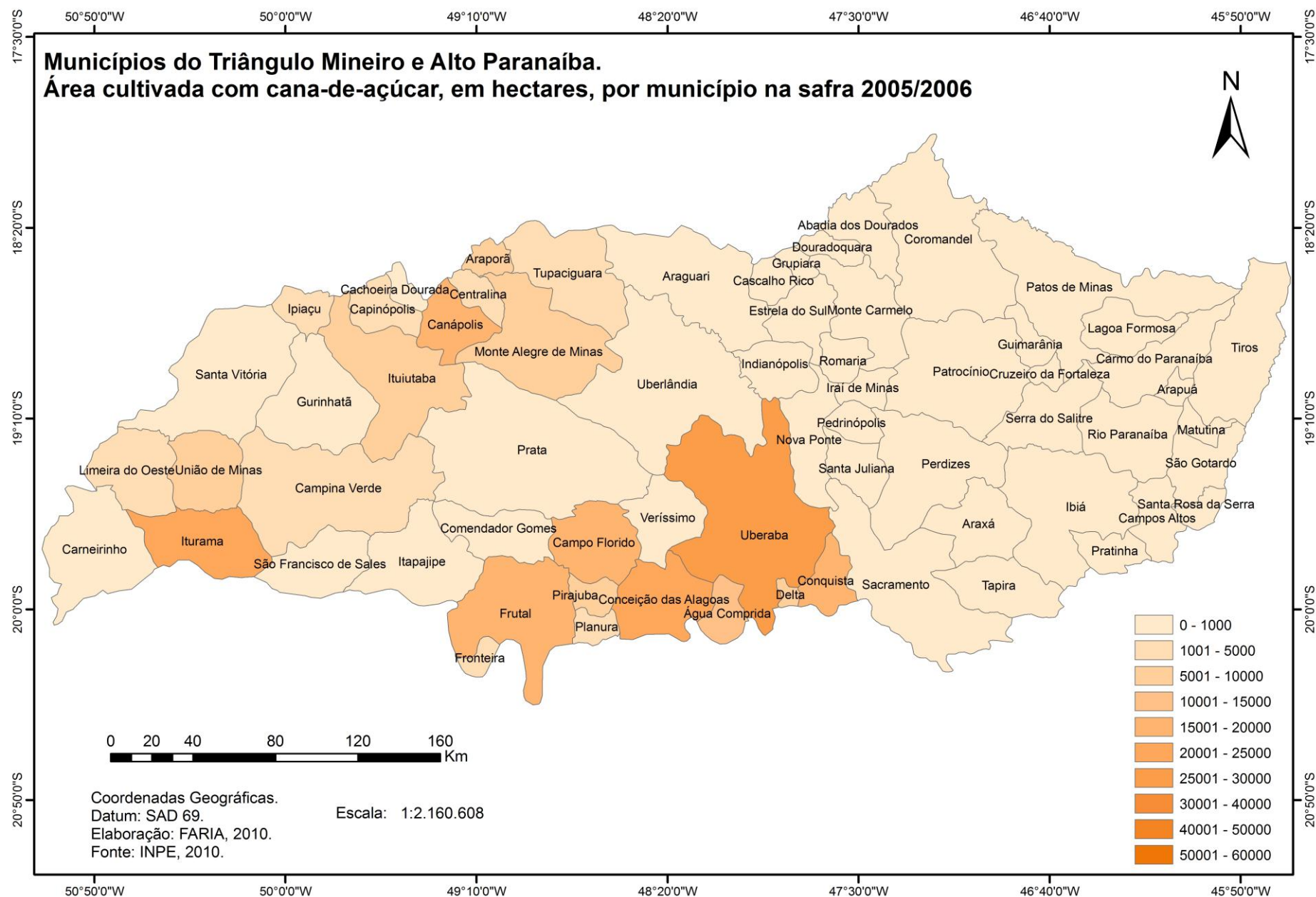
Gráfico 3: Aumento da área plantada com cana-de-açúcar, em hectares, na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba entre as safras de 2005/2006 e 2009/2010.  
Fonte dos dados: INPE, 2010. Elaboração: FARIA, 2010.

Quanto a um mapeamento deste aumento por município vejamos os mapas 04, 05, 06, 07 e 08 que seguem. Neles tratamos da evolução da área plantada, em

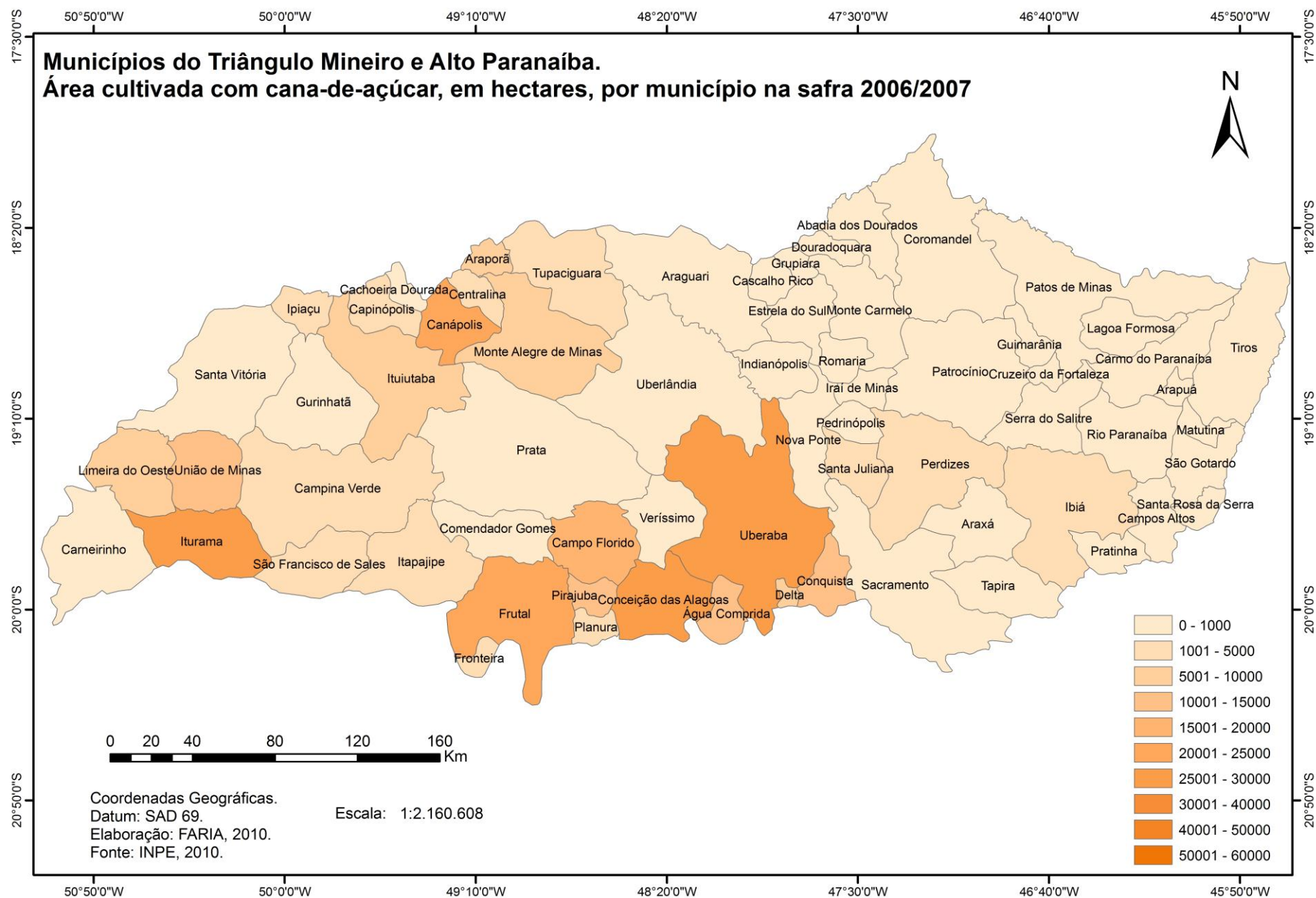
<sup>50</sup> Os 66 municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba são (em ordem alfabética): Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araguari, Araporã, Arapuá, Araxá, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Campos Altos, Canápolis, Capinópolis, Carmo do Paranaíba, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Delta, Douradoquara, Estrela do Sul, Fronteira, Frutal, Grupiara, Guimarânia, Gurinhatã, Ibiá, Indianópolis, Ipiacu, Iraí de Minas, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, Lagoa Formosa, Limeira do Oeste, Matutina, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Patos de Minas, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Prata, Pratinha, Rio Paranaíba, Romaria, Sacramento, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, São Francisco de Sales, São Gotardo, Serra do Salitre, Tapira, Tiros, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, União de Minas, Veríssimo.

hectare, na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba com um zoneamento dividido por cor, onde cada matiz do gradiente equivale aos intervalos de:

- 0-1000 hectares (ha);
- 1001-5000 (ha);
- 5001-10000 (ha);
- 10001-15000 (ha);
- 15001-20000 (ha);
- 20001-25000 (ha);
- 25001-30000 (ha);
- 30001-40000 (ha);
- 40001-50000 (ha);
- 50001-60000 (ha).

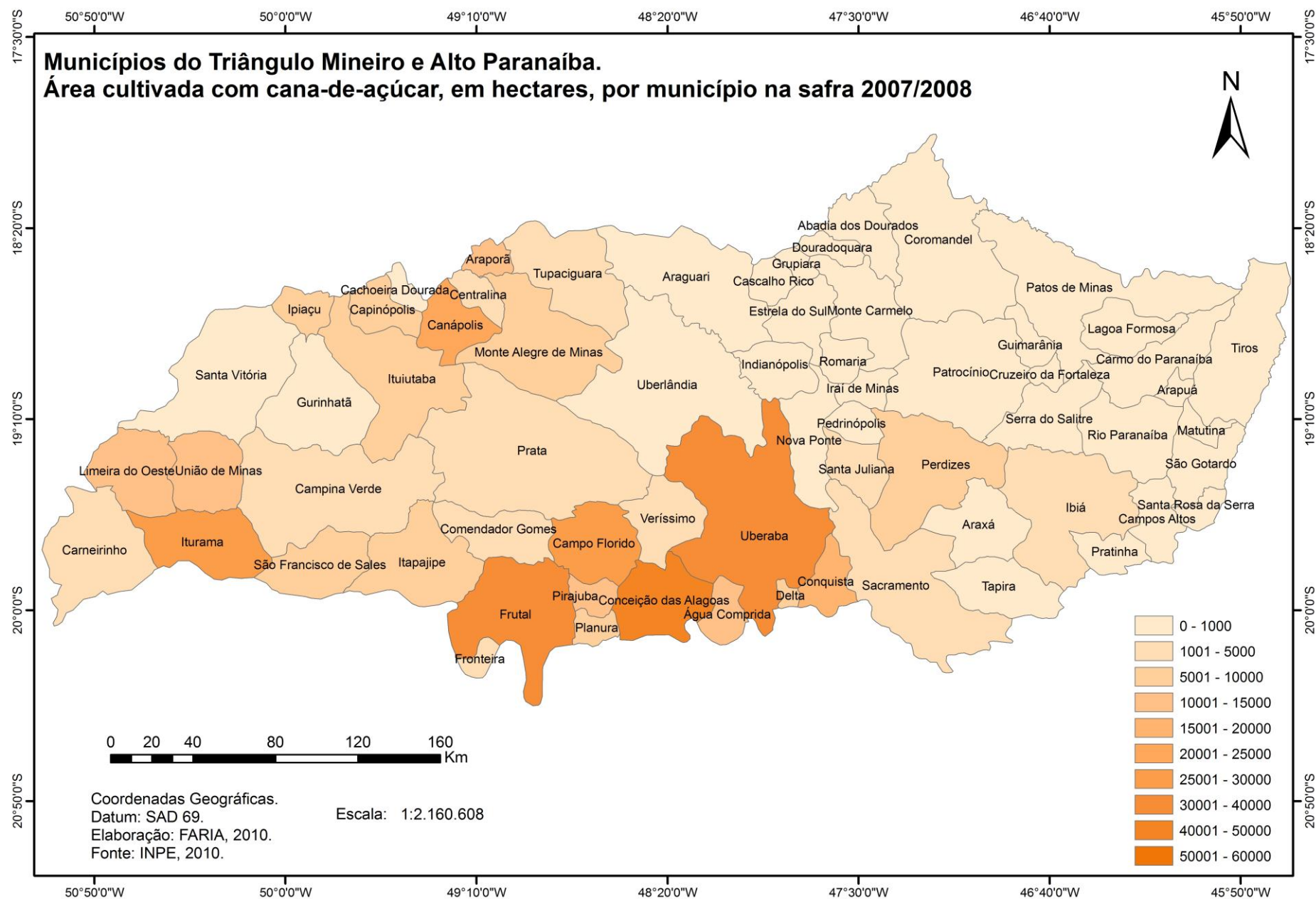


Mapa 4: Área cultivada com cana-de-açúcar (em hectares) por município na safra 2005/2006

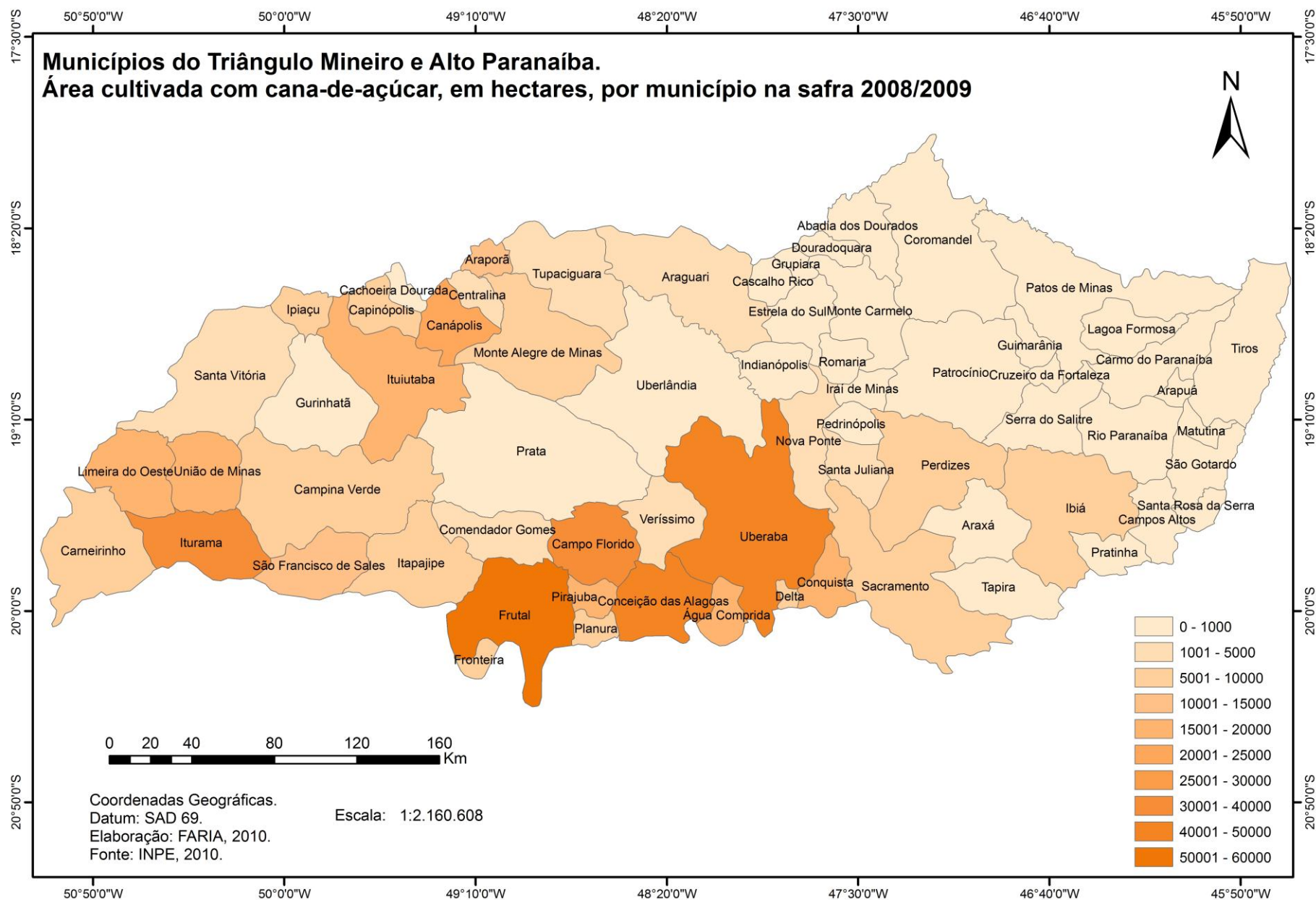


Mapa 5: Área cultivada com cana-de-açúcar (em hectares) por município na safra 2006/2007

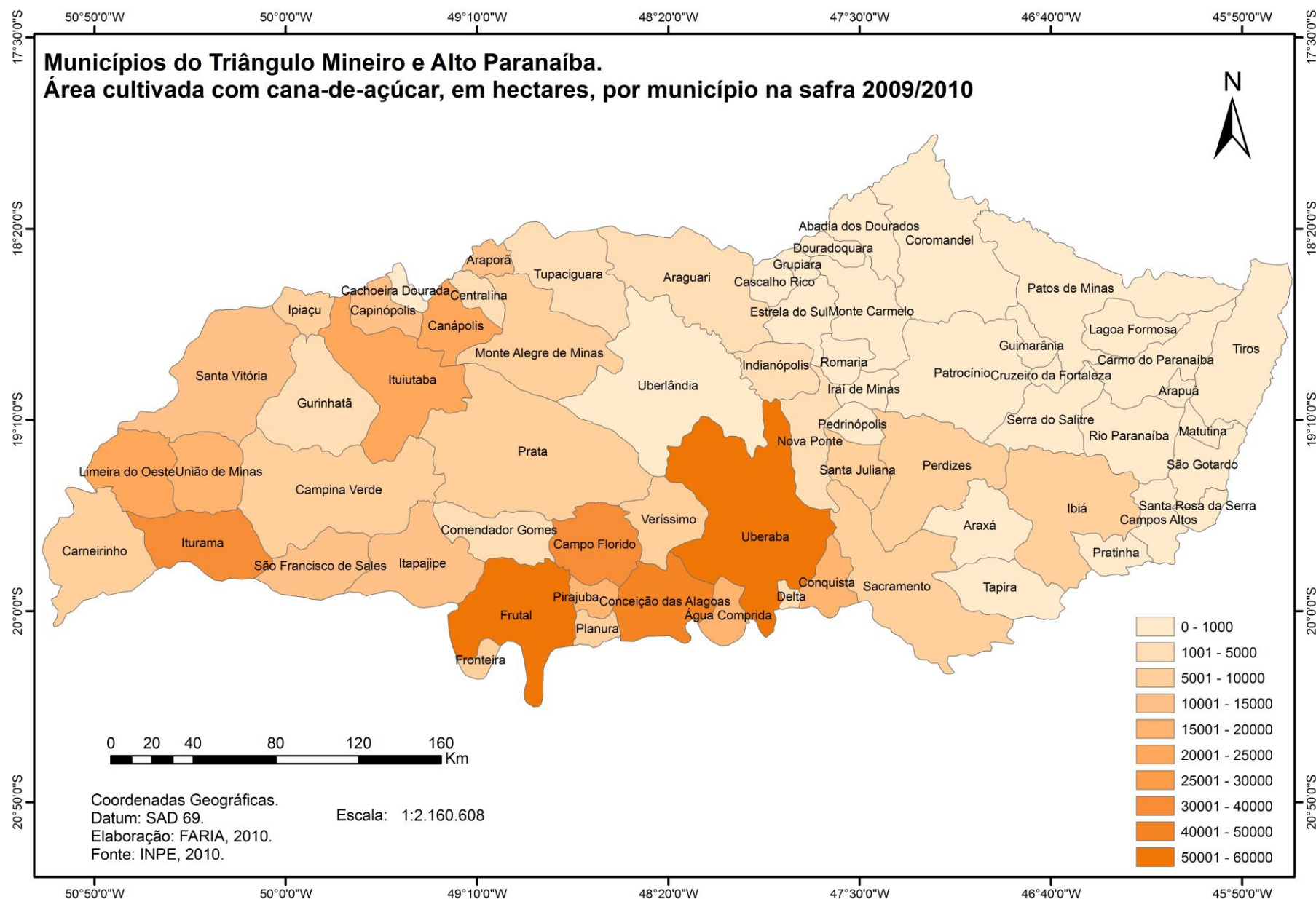




Mapa 6: Área cultivada com cana-de-açúcar (em hectares) por município na safra 2007/2008



Mapa 7: Área cultivada com cana-de-açúcar (em hectares) por município na safra 2008/209



Mapa 8: Área cultivada com cana-de-açúcar (em hectares) por município na safra 2009/2010.

Para que fosse possível viabilizar a expansão (e alguns casos a transferência) de usinas e do plantio de cana-de-açúcar na região deveria ocorrer um aumento considerável da área plantada. Esta ampliação é, então, por nós compreendida como um aspecto envolto no processo de territorialização de agentes capitalistas do setor sucroalcooleiro na região. Este processo territorializante, ou seja, de “dominação” de determinada porção espacial se deu na perspectiva de alguns mecanismos de expansão das lavouras e usinas: a Usina contratava um funcionário que faria o trabalho de “batedor”, ou seja, depois de escolhido o município para implantação da unidade fabril este funcionário saía à campo para viabilizar as propostas de incorporação de terras para o plantio da cana.

A partir deste primeiro momento é, então, escolhida uma área para a instalação da unidade produtora. Geralmente além desta área outra pequena à sua volta é adquirida por compra, no entanto há casos na região que, pela facilidade de montagem e desmontagem das usinas, até mesmo a área onde são instaladas são também arrendadas. Obviamente o contrato de arrendamento desta área requer um ciclo maior: há casos pesquisados em que a locação se deu por um período de 30 anos.

Depois de efetuada a compra (ou arrendamento) os trâmites são, geralmente, os relacionados ao licenciamento ambiental. Concomitantemente com o processo para o aval dos órgãos governamentais se inicia o plantio da cana na área de propriedade do grupo e uma intensificação na procura por áreas a serem arrendadas para plantio da cana-doce.

Em alguns casos como nos municípios de Araguari e de Santa Vitória, na região do Triângulo Mineiro, alguns condicionantes econômicos inviabilizaram, ainda que momentaneamente a construção da Usina no curso do período entre o plantio e

o primeiro corte. Assim, a colheita das primeiras safras já ocorreu antes mesmo da unidade ser construída sendo então a produção de cana comercializada com outras usinas da região.

No caso específico da Destilaria Planalto no município de Ibiá sua implantação ocorreu após a aquisição das instalações de uma pequena destilaria de aguardente e de uma fazenda à sua volta já plantada com cana-de-açúcar. Neste caso compraram mesmo, tanto a área onde já estava instalada a destilaria como a fazenda próxima.

Desta forma, houve uma pequena distinção no modo como geralmente as outras unidades agiram. Após a aquisição da destilaria e da fazenda já plantada com cana foi possível quase que de imediato o esmagamento de parte da lavoura para produção de álcool hidratado. A destilaria adquirida, que nem chegou a entrar em operação, teve parte de seu maquinário adaptado à produção do álcool uma vez que, como exposto linhas acima, estava instrumentalizada num primeiro momento apenas para a produção de aguardente.

No ano de 2004, um ano após a aquisição da destilaria e da fazenda, houve a primeira produção onde foram esmagadas 56540 toneladas de cana-doce e produzidos 3.887 m<sup>3</sup> de álcool hidratado.

A produção, assim como a área plantada (aproximadamente 1.000 ha) era pequena. Com uma planta de fábrica capaz de processar matéria-prima proveniente de 20.000 hectares faltava área plantada; sobrava ociosidade na destilaria.

É neste período e por estas condicionantes que “entra em cena” a figura do funcionário especializado na captação de terras para plantio da usina. O mecanismo



utilizado de nada se distingue do que há muito é empregado na região: o arrendamento<sup>51</sup>.

Com o processo de modernização agrícola das décadas anteriores, que exemplificamos no capítulo primeiro, o mecanismo de arrendamento de terras para produção na região se *intensificou*. Naquele momento o proprietário de terras da região se viu em meio a um processo que modificava sua relação com a terra, especialmente com o que a terra lhe oferecia em forma de renda. O cerradeiro proprietário de terras se viu, portanto, proprietário de algo que uma parcela crescente da sociedade valorizava, ou seja, estava disposta a pagar pela sua utilização, haja vista a necessidade de se apropriar do que era, então, possível produzir.

O dono de terras na área de Cerrado, especialmente aquelas localizadas nas áreas mais planas (passíveis de mecanização), começa a cobrar pelo “aluguel” de sua propriedade, ou seja, pelo direito de outro nela produzir. O dono de terras que conseguiu manter suas propriedades, que não as vendeu para os migrantes atraídos pelo crédito/financiamento facilitado para produzir na região, consegue se apropriar da renda da terra ao oferecê-la como mercadoria, ou seja, arrendá-la ao processo produtivo.

No final da década de 1980 e início da década de 1990 uma quantidade considerável de migrantes produtores rurais advindos principalmente de São Paulo e Paraná se fixou em Ibiá e intensificou o processo de arrendamento de terras no município. Assim como tais migrantes, a usina lançou mão do arrendamento na década seguinte e, como eles, compreendia ser mais vantajosa a utilização desta

---

<sup>51</sup> Em razão dos arrendamentos realizados pela empresa ocorreu um aumento da área plantada e, por consequência, um aumento da produção na destilaria.

forma de acesso à terra. A compra de propriedades acarretava uma mobilização de capital que poderia ser gasto com outras necessidades mais pontuais.

Martins (1983, p.167), assim exemplifica tal processo:

Quando o capitalista compra a terra, ele converte o seu capital em renda capitalizada, renda antecipada, em direito de extrair uma renda da terra e ao mesmo tempo direito de recobrar inteiramente e até com acréscimo o seu capital, mediante a simples conversão contrária de renda capitalizada em capital. Mas, ao mesmo tempo que concentra a sua capacidade de se apoderar de uma parte da massa de mais-valia gerada socialmente, mediante a compra e a concentração da terra, o capitalista subtrai capital do processo social de produção, imobiliza o seu capital, prende-o à terra. Terá que arrumar outros capitais para que a terra possa produzir. (...) Ao concentrar a propriedade da terra, o capitalista não está propriamente concentrando a sua capacidade de se apoderar de uma massa maior de mais-valia produzida pelos trabalhadores, não estará aumentando o seu poder de exploração da força do trabalhador, a menos que disponha de capital para acompanhar como capitalista essa capacidade concentrada. (...) Por isso é que não se faz necessário concentrar a propriedade da terra para que o capital se apodere da agricultura. Mediante o simples pagamento de uma renda, sem necessidade de comprar a terra, o capitalista pode concentrar a exploração capitalista no campo, simplesmente alugando parcelas de terras de diferentes proprietários, grandes ou pequenos.

É preciso ressaltar, contudo, que há outros fatores que fazem com que o capitalista não imobilize capital na compra de terras: dentre outros podemos destacar a necessidade crescente deste capitalista produzir o ano todo, o que é facilitado por avanços tecnológicos como técnicas de irrigação modernas que fazem com que o seu plantio/produção não esteja condicionado ao período das chuvas.

Sendo possível, então, produzir durante todo o ano a produção esbarra em outros condicionantes como a necessidade de descanso da terra e a rotação de culturas. Se quisesse continuar a produzir interminantemente em terras de sua propriedade, teria que empregar cada vez mais quantidade de capital para a compra de terras, algo que inviabilizaria tal processo e que também explica a demanda por arrendamento de terras.

Neste cenário o processo de arrendamento de propriedades apenas ganhava novos atores. No caso da Usina era preciso, de certa forma, “competir” pelas terras

e, assim, pela possibilidade de nelas produzir pois, “enquanto o espaço não é totalmente cultivado o controle do solo não representa muito” (CLAVAL, 1978, p.35) sendo possível existir em espaços próximos desperdício ou até mesmo ociosidade de terras aptas à produção. A situação modifica-se no momento em que “falta” espaço ou quando este tem características próprias que não podem ser compartilhadas. Naquele momento, as terras já não eram abundantes como nas décadas anteriores.

A essa situação, soma-se o aumento progressivo da pressão sobre os recursos e o que temos como resultante é o processo de territorialização, ou seja, de controle de determinada porção do solo para a produção e reprodução econômica.

Neste contexto o território é, por nós, compreendido em sua flexibilidade, ou seja, em sua elasticidade formal de formas e conteúdos variáveis. Estas formas e conteúdos estão relacionados na perspectivas dos usos, neste caso, usos do espaço e, por consequência, de controles variados quanto mais variados forem estes usos. Se pensarmos estes usos capazes de reproduzir coletiva e individualmente membros de determinado grupo compreendemos a necessidade de afirmação destes territórios e possíveis embates por grupos diversos em seu controle. Isto explica, então, os processos de desterritorializações e reterritorializações constantes. Neste sentido, é preciso ter claro a compreensão de outro conceito, o de *territorialidade*.

A expansão das lavouras com cana-de-açúcar reordenaria, neste sentido, uma estrutura fundiária próxima à destilaria. Significaria, de certo modo, a desterritorialização de outras culturas para a territorialização das lavouras de cana-doce: uma substituição de agentes capitalistas.



Mais que uma substituição de “antigas” culturas por uma nova (cana) este processo marca profundamente um reordenamento de amplos aspectos não só produtivos, mas relacionados às relações sociais e relações sociais de produção que se iniciam na base material do território mas a todo tempo se relacionam com as esferas envoltas em sua estrutura ideológica, passando pelas relações de trabalho e até mesmo pelo apego afetivo à terra.

Este processo iniciou-se, contudo, no convencimento por parte da usina de proprietários de terras a aceitarem a substituição de suas lavouras por cana-de-açúcar mas com caráter de arrendamento da terra. Seria, neste princípio, um convencimento com argumentos não apenas econômicos e que desembocaria nas bases materiais de um *território*, vejamos.

### *2.3.1. O processo de arrendamento de terras para plantio de cana-de-açúcar no município de Ibiá.*

O funcionário contratado para a função de negociar terras (em forma de arrendamento) para a usina deveria, primeiramente, conhecer a região. Conhecer não implicaria apenas saber avaliar a terra nas necessidades da usina: distância e qualidade, principalmente. Implicaria em sua proximidade com os possíveis donos de terras.

A proximidade, segundo entrevistas com funcionários da usina, facilitaria o processo de negociação. O artifício de territorialização, ou seja, de fixação das atividades produtivas da usina na região num primeiro momento deveria passar não apenas pelo alcance das relações econômicas. Era preciso, antes de mais nada, convencer os proprietários de terras a “entregá-las” em forma de arrendamento para

a usina. Para isso foi preciso, em certos casos, fazer com que o diálogo entre representantes da empresa e o proprietário da terra pretendida para arrendamento se estabelecesse uma vez que, em determinadas circunstâncias “*eles nem queriam falar sobre o assunto, nem cogitavam a idéia de entregar suas terras para o plantio de cana, alguns tinham até mesmo aversão a essa possibilidade*”<sup>52</sup>.

Ao utilizar de relações sociais construídas, ou até de identidades entre o funcionário e o proprietário de terras a usina considera estratégias que levam em conta o jogo estruturado em muitas das vezes na simpatia que este funcionário soube criar à sua volta.

As relações de poder que erigem territórios não se pautam somente na capacidade de uma coletividade, ou indivíduo, ou classe em impor sua vontade a outros (CLAVAL, 1978). A submissão pela força ou ainda pelo reconhecimento da autoridade são apenas dois dos inúmeros aspectos envolvidos nas relações de influência do poder pois “o poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, é também ser capaz de fazer com que sejam realizadas por outros. Ao império direto sobre o mundo acrescenta-se assim um império sobre os outros (CLAVAL, 1978, p.11)”.

Tal concepção também pode ser percebida em Weber ao tratar o poder carismático em que “obedece-se, com toda a exclusão, de modo puramente pessoal ao chefe por mor das suas qualidades pessoais, fora do habitual, não por causa da posição estatutária ou da dignidade tradicional” (p.09), onde “o eternamente novo, o fora do cotidiano, o nunca acontecido e a sujeição emocional são aqui as fontes da rendição pessoal” (WEBER, p.09).

---

<sup>52</sup> Entrevista de campo. Julho de 2008.

Assim, jogo de poder que pode resultar na formação e até mesmo na aceitação da manutenção de territórios (como é este caso específico) em muitas das vezes pauta-se na capacidade de certas pessoas de influenciar aqueles com quem mantêm contato. O princípio é o mesmo que faz surgir em determinados grupos sociais e/ou comunitários a figura do líder que cria à sua volta aceitações de uma autoridade que chega até mesmo a instigar dedicações. Em nosso caso de estudo e em certa medida (até onde foi possível) não necessitou tanto, bastou convencer, seduzir, persuadir.

Óia, nu começo eu nem tava pensando em arrendá minhas terras aqui não. Mas depois a cana foi chegando perto, a gente ia ficando com medo do pessoal que vinha trabalhá pois era um povo desconhecido né? Mas eu pensei mesmo em arrendá foi depois de um conhecido que veio aqui e que até trabaia pra eles lá, conversou comigo e me falou que não era bem do jeito que o povo pinta a cana, que só fala que ela é ruim, que estraga as terra da gente que isso, que aquilo outro. Ai a gente vai ganhando mais confiança né? Mas mesmo assim ainda fica com o pé atrás, *mas tem um pouco de confiança. Junta isso ao dinheiro né?* Eles ia me pagar um tanto mais pra arrendá do que eu tava ganhando. O rapaz que veio cunversá aqui comigo é de confiança, eu conheço ele desde ele minino. Não é só por isso não, né, mas já ajuda. [...].<sup>53</sup>

A fala acima transcrita de uma entrevista com um proprietário de terras nos mostra a influência dessas relações que, *em certa medida*, ajudaram na tomada de decisão para o arrendamento de suas terras. Obviamente, esta proximidade entre negociador e proprietário de terras ajudou, mas não daria conta de todo o resultado alcançado.

A gente ganhava assim para procurar as terras. Pra mim que sempre fui produtor rural e que conheço muita gente ai facilitou, né. No começo até que eu consegui um tanto, mas depois ia diminuindo e a gente ganhava pelo tanto que conseguia. Era mais tranquilo pra gente porque a gente conhecia as terras e o pessoal dono delas, daí sabia o que podia e o que não podia pegar, negociar, e sabia também até mesmo em quem chegar, com quem falar.<sup>54</sup>

Estamos certos, contudo, de que a leitura deste quadro nos permite compreender claramente o risco de uma generalização e até mesmo de uma

<sup>53</sup> Proprietário de terras em entrevista de campo. Maio de 2008.

<sup>54</sup> Entrevista com funcionário contratado para negociar terras concedida em Maio de 2008

interpretação ordinária da realidade apresentada, ressaltamos que esta situação não nos conduz, portanto, a um fato que se encerra, inocente, em si mesmo.

Não bastaria dizer que o sucesso de expansão das lavouras de cana-de-açúcar e, por conseqüência, da ampliação de um “domínio” territorial por parte da usina na região estaria estritamente (e unicamente) vinculado à capacidade de convencimento de um (ou vários) funcionário<sup>55</sup>. Se assim compreendêssemos nos aproximaríamos perigosamente da aceitação cega de uma tese que dissimula uma lacuna tão fundamental para o processo de substituição de territorialidades capitalistas na área estudada.

Por parte da empresa era preciso romper, ou melhor, avançar as fronteiras de um universo que até então se pautava nas interações próximas. Assim, fora necessário institucionalizar algumas destas relações em fundamentos econômicos atrativos.

Mas, afinal, o que queremos dizer com isto? O que queremos dizer quando falamos na institucionalização destas relações?

Por motivos diversos a influência que originaria a aceitação de um arrendamento de terras não se arrolava exclusivamente nas técnicas de persuasão e do raciocínio. É preciso considerar, neste caso, que o processo de arrendamento das terras necessárias para os interesses da usina confunde-se, ou em certas medidas se traduz, na territorialização da própria empresa e de todos os seus agentes envolvidos.

---

<sup>55</sup> O funcionário escolhido para este tipo de serviço, em muitas das vezes, é também produtor rural. Esta condição faz com que dialogue com mais proximidade com o proprietário de terras. Sua remuneração (como vimos em muitos dos casos na região do Triângulo Mineiro) conta além de um valor pago em forma de salário, com acréscimos a cada gleba de terras “captada” para plantio da cana.

As tramas que envolvem as relações, especialmente as relações que desencadeiam a dominação pelo poder nunca são inocentes (RAFFESTIN, 1973) . De nenhuma das partes. É inegável que o convencimento deveria proporcionar ganhos palpáveis a quem cederia suas terras em forma de arrendamento. Este convencimento, em sua maior medida, foi econômico/financeiro.

A razão econômica é bem simples: não podemos viver sem recursos. Nossa sobrevivência funda-se na necessidade de consumo que, em uma sociedade de economia capitalista, transfigura grande parte das dimensões da existência em mercadoria: a saúde, a educação, o trabalho, a terra, o desejo, ... o sexo!

Consideramos, contudo, que o mínimo para “subsistir” é variável de uma sociedade a outra (CLAVAL, 1978) e, em grande medida, variável inclusive de indivíduo para indivíduo. Deste fato não apenas houve percepção por parte da empresa: ela o utilizou propositalmente em suas estratégias de territorialização.

Não uma territorialização que a permitisse apenas o arrendamento de propriedades para o plantio de cana-doce, mas uma territorialização que facilitasse sua aceitação enquanto agente transformador de uma estrutura econômica organizada há muito no município.

Era necessário não apenas plantar, colher e transformar em produção. Somente a aceitação da população, uma mobilização política e facilidades para a obtenção de licenças de funcionamento permitiriam que a empresa operasse sem maiores contratempos.

Foi preciso, então, convencer que a implantação da Usina no município traria benefícios para uma grande parcela da população, que não afetaria a produção

agrícola presente e que, desta maneira, os interessados teriam mais ganhos que perdas.

As estratégias de territorialização se dividiram, basicamente, em dois momentos distintos. O primeiro no próprio convencimento por questões financeiras, ou seja, na perspectiva de bons ganhos por parte do proprietário de terras no processo de arrendamento de sua propriedade; o segundo no resultado gerado a partir deste convencimento que originaria (como esperado pela usina) uma influência em amplos aspectos da sociedade. Vejamos isto com mais detalhes nas linhas seguintes.

Em entrevistas com funcionários de algumas empresas do setor sucroalcooleiro presentes na região do Triângulo Mineiro, obtivemos relatos de estratégias utilizadas no convencimento e aceitação de uma ampla parcela de proprietários de terras a arrendarem suas propriedades para a plantação da cana-doce. Estas estratégias, a bem dizer, são por nós compreendidas sob o conceito de territorialidade que, na compreensão de Sack (1986) é "[...] a tentativa, por um indivíduo ou um grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica" (p.19).

Dentre as territorialidades, ou seja, as estratégias de criação, formação e manutenção de territórios realizadas pelas empresas se insere fatos que são expressos por determinadas ações empreendidas antes da unidade produtiva ser instalada. Em algumas cidades ocorreram antes mesmo de qualquer área ser plantada com cana-de-açúcar.

O exemplo característico é a tarefa de um funcionário que ficava incumbido de morar no município em que a usina seria instalada com o intuito de se aproximar

de “lideranças” da localidade. Por “lideranças” os representantes das empresas compreendiam ser aquelas pessoas que exerciam influência, em certa medida, na opinião pública da localidade. Vereadores, prefeitos, comerciantes, empresários e, principalmente, grandes proprietários de terras.

Primeiramente a gente fazia assim: vinha um funcionário da sede que normalmente era um diretor e ia morar na cidade. Ai ele tinha como função mais era aproximar das lideranças locais, sabe. O contato com o pessoal que tinha certa influencia na opinião do povo, sabe. Fazia contato com esses formadores de opinião. O intuito era assim: desse contato ficava muito mais fácil da gente conseguir que todo mundo aceitasse a instalação da unidade e facilitar também um negocio que é importante demais pra gente, que são as terras pra gente plantá. Ou em forma de parceria ou em principalmente o arrendamento né? A opinião publica contava, valia muito numa hora dessas.<sup>56</sup>

Muito nos faz crer que a escolha desses agentes contatados – os formadores de opinião nos dizeres de funcionários do setor – foram, de certa maneira, escolhidos entre aqueles capazes de exercer influência sobre uma grande parcela dos envolvidos. Seja erigido sobre alguma forma de autoridade, seja por influência econômica e, até mesmo, ideológica.

Tentaria se basear, num primeiro momento, no que Claval (1978) chamaria de autoridade racional em que ela “repousa sobre uma série de demonstrações que se podem fazer aqui e refazer ali, até obter o assentimento de todos” e que, por sua vez apenas empenha em assegurar (*ou prometer*) a fortuna de uma determinada comunidade.

Como conseguiria? Primeiramente se aproximariam de grandes proprietários de terras e ofereceriam um valor bem acima do mercado para o arrendamento de suas propriedades para a Usina<sup>57</sup>. Este procedimento, num primeiro momento, tanto

---

<sup>56</sup> Entrevista de campo com funcionário de uma usina. Agosto de 2008.

<sup>57</sup> Obviamente não era qualquer proprietário nem qualquer propriedade. Mesmo num jogo de territorialização determinados fatores devem ser levados em consideração. O que percebemos, em diálogos com representados da empresa, que preocupação da Usina foi tomar primeiro as áreas de cereais próximas à destilaria. As áreas de pastagens não eram, a princípio, interessantes uma vez que se encontravam em más condições de preservação. A explicação também segue fatores de

facilitaria o arrendamento como era usado com o intuito de instituir no pensamento de outros proprietários de terras e da comunidade a perspectiva de ganhos consideráveis.

Primeiro a gente fazia assim, a gente chegava nos primeiros e arrendava com um valor bem acima do preço, um valor alto mesmo do que o pessoal tava acostumado a pagar pelas terras. Daí para outros que porventura ia se interessando era fácil porque muitos já vinha era procurando a gente. Os que vinha depois a gente até que conseguia mais barganha porque via que tava interessado, mas o fator do econômico, o fator do lucro bom dos primeiros é que fazia com que o pessoal procurasse, aí facilitava bastante. Ou seja, os primeiros que a gente procurava para arrendar as terras deles e que normalmente era muita terra, a gente pagava um valor X, que era um valor alto, bem acima da média do que era praticado. Daí o povo ficava sabendo e vinha procurando a gente, como a gente via neles interesse, ficava mais fácil a negociação. Mas o negócio nunca é igual como nos primeiros. O primeiro é somente o doce, a gente gastava mais com eles, e tirava nos outros entende?<sup>58</sup>

Em Ibiá, diferentemente de outros lugares pesquisados, em um primeiro momento não houve maiores interesses nos pequenos proprietários. Na região, pelo menos próximo à usina, firmou-se a idéia de arrendar apenas as médias e grandes propriedades.

Percebemos em visitas a algumas propriedades “ilhadas” em meio às plantações de cana, que a justificativa advém de que o perfil de quem arrenda a terra para a Usina normalmente é de grande proprietário de terras, em alguns casos com outros ganhos e que arrendavam suas terras para produtores de soja, milho, feijão e batata. Há muitas vezes em Ibiá uma nítida distinção entre proprietário de terras (que vive da renda da terra) e o produtor rural.

As relações econômicas que viabilizaram a formação de territórios pela usina basearam-se em efeitos assimétricos entre os agentes envolvidos. Ao colocar ao seu lado proprietários de terras e uma grande parcela da população (especialmente escolhidos dentre lideranças no município) na “promessa” de maiores ganhos a

---

economia, uma vez que preparar as terras ocupadas por cereais para a produção de cana-de-açúcar é menos dispendioso do que preparar as que originariamente eram destinadas à pecuária.

<sup>58</sup> Entrevista de campo com funcionário de uma usina. Agosto de 2008.



Usina consegue fragmentar não apenas opiniões, mas fragmenta laços e dissimula ideologias entre aqueles cooptados que endossam o discurso de sua instalação e expansão pois estes não compreendiam que não teriam os mesmos lucros dos primeiros, os “escolhidos”.

Desta maneira, uma parcela de proprietários de terras, como vimos, fora primeiramente contatada e o valor de arrendamento de sua propriedade, bem acima do praticado na região, serviria apenas como “vitrine” a dissimular a idéia de maiores ganhos entre outros proprietários que se interessariam em negociar suas terras com a usina.

Ao desconcentrar e fragmentar, a usina enfraquece e alivia qualquer jogo de pressões econômicas e legítima, assim, uma formação territorial e uma dominação que lhe permite reproduzir-se enquanto agente capitalista.

Para territorializar-se, portanto, era preciso substituir não apenas as lavouras plantadas. Por trás do avanço das lavouras estava a supressão de concorrências, a fragmentação de possíveis contrários e a imposição de aceitações por diversos meios.

Estes mecanismos só foram utilizados por motivos bem simples: como vimos no primeiro capítulo a estrutura agrária do município (e da região) com o advento da modernização agrícola do Cerrado mineiro, veio sendo estruturada ao longo de aproximadamente duas décadas. A chegada e expansão das usinas e destilarias e por consequência das lavouras plantadas com cana-doce reordenaria territorial e economicamente uma realidade bastante conhecida e com lógicas das quais muitos se beneficiavam.

O medo desta expansão baseava-se na idéia da monocultura, o que reduziria consideravelmente os ganhos e até mesmo a atuação de agentes envolvidos com a diversidade de produtos primários do município:

“a gente tem medo é que só vire cana, e aí o que a gente faz? Porque há muito tempo a gente tá aqui e vive numa rede de que todo mundo vai dependendo de todo mundo aqui mesmo. Vende pra um, pra outro, e o produtor compra tudo aqui mesmo na cidade, com a usina não, a compra é com cotação e o que eles geram pode ter certeza que não fica aqui. Compra lá pra São Paulo afora ou onde tiver mais barato porque eles não tem vínculo nenhum aqui.”<sup>59</sup>

No jogo de poder que institui territorialidades o principal agente a ser conquistado, contudo, era mesmo o proprietário de terras. Como vimos anteriormente o proprietário de terras na região de Ibiá não é, necessariamente, um produtor rural.

Ainda que o seja muitos não produzem em toda a sua propriedade, ou seja, há partes não aproveitadas por ele. Geralmente essa parte não aproveitada é arrendada para outro produtor rural que, em muitos casos, constitui-se em uma categoria bastante diferente do primeiro uma vez que ordinariamente exerce suas atividades produtivas em terras alugadas.

Assim há basicamente duas categorias na região, o dono de terras (que em alguns casos pode, inclusive, ser produtor rural) e o produtor rural propriamente dito que, com vimos, geralmente produz em terras arrendadas. O primeiro vive da renda da terra, o segundo é o renteiro.

De certa maneira, à usina, as duas categorias importam em seus objetivos. O proprietário de terras é indispensável, o produtor, pelo menos em certa medida, um concorrente.

---

<sup>59</sup> Entrevista de campo com proprietário de loja de produtos agrícolas. Agosto de 2008

Ao primeiro coube uma relação de conquista e, por não dizer, de submissão travestida em caracteres de uma negociação econômica ao depender de um acordo em que este lhe cederia suas terras mas não o fortalecesse na medida em que crescia esta dependência.

Foi preciso, de certa maneira, “controlar” tanto o proprietário quanto o produtor rural para que fosse possível empreender estratégias de territorialização na região e, por conseqüência, de sua reprodução enquanto capital empregado no setor.

Desta forma, a valorização da renda da terra (em um primeiro momento), aliada a processos estabelecidos em bases contratuais tornaram-se territorialidades que dão acesso à terra e ao direito de plantar na mesorregião do Triângulo Mineiro.

Estes mecanismos proporcionaram, em maior ou menor medida, o sucesso da expansão produtiva da usina destilaria no município ao fazerem usos de estratégias que enfraqueceram a concorrência de outros capitalistas no processo de arrendamento de terras e no controle, pelo monopólio, do proprietário de terras cooptado no jugo de sua propriedade.

## **CAPÍTULO 03**

### 3. A RENDA DA TERRA E A PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES NO CAMPO: “O DIREITO DE PLANTAR” E O CONTROLE DE TERRAS NA TERRITORIALIZAÇÃO DA USINA.

#### *Confissões do Latifúndio*

*Por onde passei,  
plantei  
a cerca farpada,  
plantei a queimada.*

*Por onde passei,  
plantei  
a morte matada.*

*Por onde passei,  
matei  
a tribo calada,  
a roça suada,  
a terra esperada...*

*Por onde passei,  
tendo tudo em lei,  
eu plantei o nada.*

*D. Pedro Casaldáliga*

Neste terceiro capítulo apresentamos a situação da terra, dos proprietários e de outros produtores agrários com o arrendo pensado e estruturado pela usina. Damos continuidade ao segundo capítulo e exemplificamos as formas territorializantes que a usina encontra para dissimular, enfraquecer... suplantando o poder exercido pela propriedade privada da terra<sup>60</sup> necessária à sua reprodução

---

<sup>60</sup> E, com obviedade, o poder exercido pelo proprietário da terra.

capitalista, ou seja, ao plantio das lavouras de cana-de-açúcar para posterior transformação em subprodutos.

Neste capítulo damos especial atenção à forma como se estruturam os contratos de arrendamento de terras e como eles viabilizam o grande período em que usina utiliza o solo para a plantação da cana, ou seja, o período mínimo de um ciclo produtivo e sua posterior renovação.

Tal possibilidade apresenta-se extremamente necessária ao setor sucroalcooleiro, ao contrário, por exemplo, de outros produtores agrícolas da região. Estes últimos são produtores de grãos, batatas ou ainda de outros produtos agrícolas de lavouras temporárias que plantam, colhem e já na colheita tem perspectivas de venda, ou seja; não transformam estes produtos na indústria, apenas comercializam com corretores e/ou com a própria indústria.

A usina, oposto a isso, tem uma unidade fabril montada e que é resultante do emprego de grande volume de capital. Não pode ficar ociosa, deve intensificar toda a sua capacidade produtiva. A disponibilidade de terra condiciona a possibilidade do plantio; o plantio, por sua vez, garante a transformação na usina, ou seja, a produção em si. A produção na indústria, havendo mercado consumidor, deve ser otimizada ao máximo da capacidade de transformação da matéria-prima.

Usina e os demais produtores plantam; em contrapartida somente o produtor ganha com a venda dos produtos logo após a colheita. A usina precisa transformar a lavoura em subprodutos em sua unidade fabril, ou seja, para conseguir lucros há a necessidade de transformação da matéria-prima, sendo, portanto, primordial tanto a produção nas lavouras, quanto a produção na fábrica.

Trabalhamos, assim, tais perspectivas neste capítulo, que é ainda dividido em dois momentos: o primeiro denominado “*O capital e a renda da terra: a valorização das terras agricultáveis e o enfraquecimento das concorrências no acesso às propriedades*” apresenta uma discussão de como capital e terra, dois pontos antagônicos, se articulam na produção. Tal articulação faz aumentar o valor tanto dos arrendamentos, quanto do preço pago pela terra no processo de compra e venda.

Esta valorização, em especial no tributo pago em forma de arrendamento, faz surgir uma espécie de concorrência entre agricultores no acesso às propriedades. A usina articula, assim, formas de minar/enfraquecer esta concorrência para que não lhe falte terra e, por conseqüência, lhe permita a produção de matéria-prima e sua posterior transformação na unidade.

Estas articulações, envoltas em um processo de oferta e demanda de terras, faz surgir, muitas das vezes, escassez em determinadas regiões do município, em especial em áreas próximas a cursos d’água e com acesso facilitado à rodovia. Tal escassez tem valorizado, por conseqüência, a propriedade, fazendo com que aquele produtor menos capitalizado tenha maiores dificuldades em arrendar terras para plantio.

Este processo faz enfraquecer somente aquele produtor que não consegue se articular em extensas linhas de crédito, como as ofertadas para o setor sucroalcooleiro no Brasil nos últimos anos. Para atingir todos, no entanto, a usina faz surgir novas possibilidades, que serão discutidas oportunamente.

No mesmo andamento, se a valorização das terras agricultáveis faz enfraquecer concorrentes menos capitalizados que a usina, em contrapartida faz

vivificar o proprietário de terras, cuja propriedade valoriza em preço para venda e em valor arrecadado pelo arrendamento.

Para a usina, da mesma forma, impraticável seria a manutenção dos altos valores pagos em forma de renda da terra por um período muito longo e isso condiciona novas estratégias de territorialização.

Este cenário faz com que a usina aja com o intuito de enfraquecer o proprietário de terras pois, em uma segunda instância, sua posse de terras necessárias para a usina faz com que ele tenha determinada autonomia para negociar sua propriedade com outros produtores, elevar o valor cobrado pela renda da terra, ou ainda, exerça em grande medida um poder instituído na propriedade que possui, na medida em que esta propriedade já venha recebendo investimentos no plantio da cana-de-açúcar.

Estes detalhes são por nós tratados no subcapítulo intitulado “*O contrato como estratégia: a terra cativa e submissa ao rendeiro*”, onde tratamos justamente das territorialidades empreendidas pela usina de forma a se tornar cativa a terra já arrendada, por período posterior ao primeiro ciclo produtivo da cana-doce, previsto em contrato.

Neste tocante, entendemos serem necessárias algumas discussões preliminares no capítulo, que foi construído por meio de uma revisão bibliográfica sobre os temas, assim como entrevistas e análises de dados quantitativos e que foram colhidos com a própria usina, com proprietários de terras que arrendam sua propriedade, com produtores agrícolas da região e ainda em órgãos censitários, como o IBGE.



É imperativo aqui considerar que a renda da terra entra e se torna imprescindível para a Usina no jogo que permite sua territorialização na região, pois a empresa consegue utilizá-la para fragmentar produtores rurais e proprietários de terras, ao estabelecer concorrência com os primeiros e “sedução” e posteriormente dependência dos segundos.



Foto 6: área sendo trabalhada para o plantio de cana-de-açúcar na região do Triângulo Mineiro.  
Fonte: SANTOS, 2009.

A utilização da renda da terra como territorialidade é ponto crucial no entendimento de fixação e dominação, por parte da usina, de terras agricultáveis indispensáveis para sua atividade. É fator importante, obviamente, à medida que contribui para o processo que origina uma substituição de agentes capitalistas na região onde sua legitimação se estabelece no enfraquecimento de “concorrências” por áreas agricultáveis relativamente escassas.

Trata-se, sobremaneira, de exercer rivalidades de poder: por parte da Usina na perspectiva de se impor sobre estas “concorrências” no trato e acesso à terra, bem como reduzir o proprietário de terras à dependência econômico/financeira por meio, por exemplo, dos contratos de arrendamento das propriedades.

Parece escandalosa tal compreensão a todos que acreditam em uma imparcialidade na instituição destes contratos, principalmente no entendimento de que estas convenções, assinadas entre as partes, se apresentam como documentos que dissimulam um comum acordo entre os envolvidos.

Estas compreensões, no entanto, não são possíveis de forma clara, precisa. Veladas, se apresentam à medida que esmiuçamos a institucionalização destas relações, assim como a perspectiva envolta entre o capital e a renda da terra.

Para isso, ou seja, para uma melhor compreensão acerca dos conceitos de capital e renda da terra, tão importantes para o entendimento do estudo aqui proposto, faz-se necessário uma contextualização do que entendemos por tais conceitos, abordados, obviamente, observados nosso tempo e região de análise.

Esta compreensão nos servirá como base para o entendimento de tais estratégias de territorialização, ou seja, a territorialidade exercida por parte da Usina no acesso, utilização e manutenção das terras sob seu controle.

### ***3.1. O capital e a renda da terra: a valorização das terras agricultáveis e o enfraquecimento das concorrências no acesso às propriedades.***

O capital nasce da troca. Da troca da força de trabalho do trabalhador livre (livre de propriedades a não ser sua capacidade de trabalhar) a quem dela precise<sup>61</sup> ou seja, a quem necessita adquirir tal força de trabalho em troca de uma moeda corrente, em nosso caso, e principalmente, o dinheiro (MARX, 1971; MARTINS, 1983). Proprietário apenas da sua força de trabalho, alienado de seus instrumentos de trabalho e dos materiais de que necessita para realizá-lo, o trabalhador assalariado troca com o patrão tal força de trabalho pelo dinheiro, entendido aqui como sua remuneração (salário), algo que permite reproduzir-se, sobreviver e, em certa medida, contribuir para a sobrevivência de sua família.

Mas este algo que o permita sobreviver, ou seja, o salário, nunca é repassado ao trabalhador em sua totalidade enquanto o que tenha produzido. Tal troca é desigual. Parte do que o trabalhador produziu, não repassado a ele como forma de salário, retorna ao capitalista (proprietário do capital: máquinas, matérias-primas) em forma de “mais-valia” (MARX, 1971) que é a parcela de valor criada pelo trabalhador que não fica com ele. Fica com o patrão.

A “mais-valia” aparece, então, como propriedade do capital. Ela é a conversão do excedente do salário em capital, ou seja, a materialização do trabalho não pago ao trabalhador.

O capital é, então, o resultado de uma relação desigual entre patrão e trabalhador empregado. Tal capital só o é capital se continuar o ciclo de seu emprego na aquisição “de instrumentos e de matérias-primas por meio dos quais se

---

<sup>61</sup> O patrão/capitalista.

poderá explorar o trabalho do trabalhador, compra da força de trabalho para promover a reprodução do capital” (MARTINS, 1983, p.159).

Aqui, contudo, cabe um desacordo: é no *campo* e na realidade da propriedade privada que o capital encontra-se num processo contraditório de reprodução que não se baseia exclusivamente na mais-valia. Quem condiciona tal processo é a terra, aliás, a propriedade da terra.

Excetuando-se o trabalho do trabalhador contratado no campo e o emprego de maquinários no plantio, colheita e trato da produção, onde é notória a presença da mais valia, a propriedade da terra manifesta-se conflitante à realidade entre a reprodução capitalista<sup>62</sup>.

Como chama à atenção Marx (1971), Martins (1983), Seabra (2003), a terra não é capital; é bem natural. Sendo a terra um bem natural, não é produto do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho, atributos da propriedade capitalista, ou seja, do capital. No entanto, assim como o capital se apropria do trabalho do trabalhador (ao monopolizar os meios de produção impedindo o acesso do trabalhador aos mecanismos que o permitam trabalhar por conta própria), apropria-se também da terra.

Essa apropriação se dá, com obviedade, pelo pagamento de um tributo a fim de usar a terra como mecanismo de produção, do mesmo modo que é necessário pagar um salário em troca da força de trabalho do trabalhador. Esse tributo, equivalente ao salário cobrado pelo trabalhador, é a renda da terra cobrada pelo proprietário (da terra) a fim de que ela possa ser utilizada pelo capital. Assim, para Martins (1983, p.162) “(...) o que ela produz (a terra), do ponto de vista capitalista, é

---

<sup>62</sup> É importante esclarecer que aqui não pretendemos afirmar que a terra (ou a propriedade da terra) por si só, gera renda. Pelo contrário, inerte, é apenas operada pelo trabalho, onde a força do homem e/ou da máquina produz valor.

diferente do que produz o capital. Assim como este produz lucro (isto é, a parcela da mais-valia, de riqueza a mais, que o capitalista retém), e o trabalho produz salário, a terra produz renda”.

Para Marx (1971), “essa renda da terra assim capitalizada é a que constitui o preço de compra ou o valor da terra, categoria *prima facie* irracional, tão irracional como a do preço do trabalho, uma vez que a terra não é produto do trabalho nem pode, portanto, ter um valor. Por outra parte, por trás desta forma irracional esconde-se uma relação real de produção” e, com obviedade, relações de poder que se estruturam no jogo antagônico entre capitalista e entre o proprietário de terras (se não se tratarem do mesmo agente).

É neste exato ponto, pois, que se torna importante a contextualização do lugar da terra e da renda da terra para a compreensão do tema aqui proposto, ou seja, no ponto tocante ao preço que a terra adquire em relação ao seu lugar na produção capitalista e como ela é utilizada a fim de instituir territórios, ou seja, como é captada ao jogo territorializante e expansionista da destilaria aqui pesquisada.

A chegada e a expansão da cana-doce na região trouxeram consigo condicionantes para que a renda da terra se valorizasse, ou melhor, contribuíssem com esta situação. É esta realidade, pois, um fator importante para a crescente valorização da terra e do preço cobrado pelo seu uso.

De um lado está o agente capitalista (tanto produtor rural como a própria usina), de outro o dono da terra. É preciso ressaltar, contudo, que percebemos através de trabalhos de campo e entrevistas realizadas na região, que o agente capitalista, a princípio, também era o dono da terra. Situação que veio sendo modificada ao final dos anos de 1990, onde as políticas de controle da economia intensificaram a vinda de produtores rurais para o município de Ibiá, e que fora

iniciada, como já tratamos em capítulos anteriores, em meados das décadas de 1970 e 1980.

Com o controle dos procedimentos que estabilizam a economia, aliados à valorização que os produtos do campo brasileiro tiveram internacionalmente nos últimos anos, em especial os alimentos, o valor de renda da terra e, por consequência seu preço, tiveram aumentos consideráveis. Segundo um proprietário rural do município de Ibiá suas terras, em menos de dois anos, tiveram um aumento médio no valor do alqueire de 80%:

Ah, minhas terra aumentô só de 2005 até o ano passado (2007) em média 80% o valor do alqueire. Acho que foi o aumento também do valor dos produto, porque o milho aumentô, o feijão aumentô, a cana-de-açúcar diz que tá tomam espaço, então tá todo mundo querendo plantá, daí as terra aumenta mesmo, vai encarecendo tudo. Tanto pra vendê como pra arrendá.<sup>63</sup>

As terras, segundo o mesmo entrevistado, geralmente só foram vendidas em razão de dívida do proprietário, ou seja, para sanar dívidas, especialmente com os bancos.

É preciso ressaltar aqui que o aumento do valor da renda da terra, assim como o do preço de compra e venda não necessariamente foi acompanhado pelo lucro certo dos produtores. É conhecido de todos que, com o aumento do valor dos produtos, houve um acompanhamento do valor dos insumos e fertilizantes, o que encareceu todo o processo produtivo de mercadorias no campo. Em muitos casos isso foi o que gerou dívidas bancárias haja vista o não preparo, pelo produtor, para este aumento.

É neste cenário, então, que se configura a expansão crescente da cana-de-açúcar na região. O município de Ibiá, com apenas uma usina destilaria de álcool, ainda não enfrenta problemas relacionados à monocultura como outros municípios

---

<sup>63</sup> Produtor rural e proprietário de terras em entrevista. Março de 2008.

da região, em especial os municípios localizados no pontal do Triângulo Mineiro. Entretanto, já é realidade a tomada de grande parte de suas áreas agricultáveis para o plantio de cana-doce.

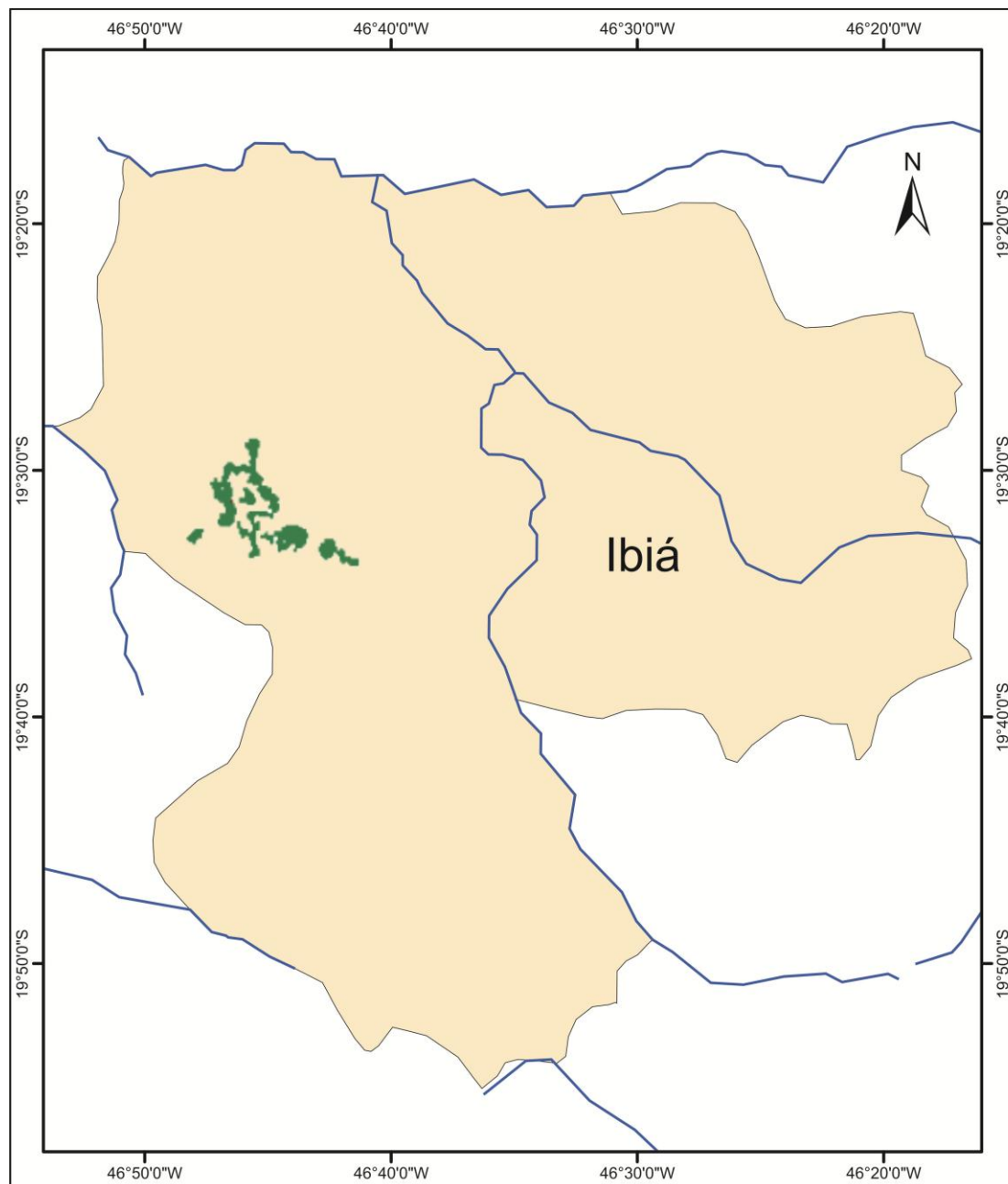


Foto 7: Plantação de cana-de-açúcar no município de Ibiá.

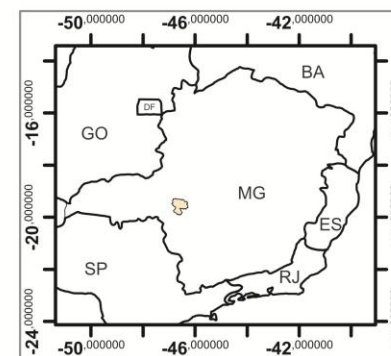
A imagem testemunha uma padronização da paisagem vivenciada pelas áreas que recebem plantio de cana-de-açúcar. Tal foto poderia se passar por qualquer região produtiva da cultura no Brasil; e o discurso ambiental que defende a utilização dos combustíveis derivados da cana-doce apenas escamoteia uma realidade: a homogeneização das áreas, a diminuição da biodiversidade e os entraves praticados pela expansão espacial do capital sucroalcooleiro no país.

Fonte: FARIA, 2009.

Este aumento produtivo de cana-de-açúcar no município de Ibiá pode ser percebido nos mapas 9, 10, 11 e 12 que seguem. É importante ressaltar que os mapas seguintes tratam do plantio de cana-de-açúcar no município pela destilaria estudada, sendo assim, restringimos a análise desta expansão somente na localidade em questão. Nossos estudos já apontam, contudo, a produção desta destilaria em terras de municípios limítrofes ao de Ibiá.

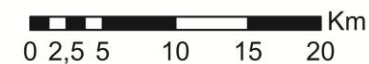


### Área plantada com cana-de-açúcar no município de Ibiá. Safra 2006/2007.



#### Legenda

-  Limite Municipal - Ibiá
-  Drenagem
-  Área de soca
-  Área em reforma



Coordenadas Geográficas.

Escala: 1:426.956

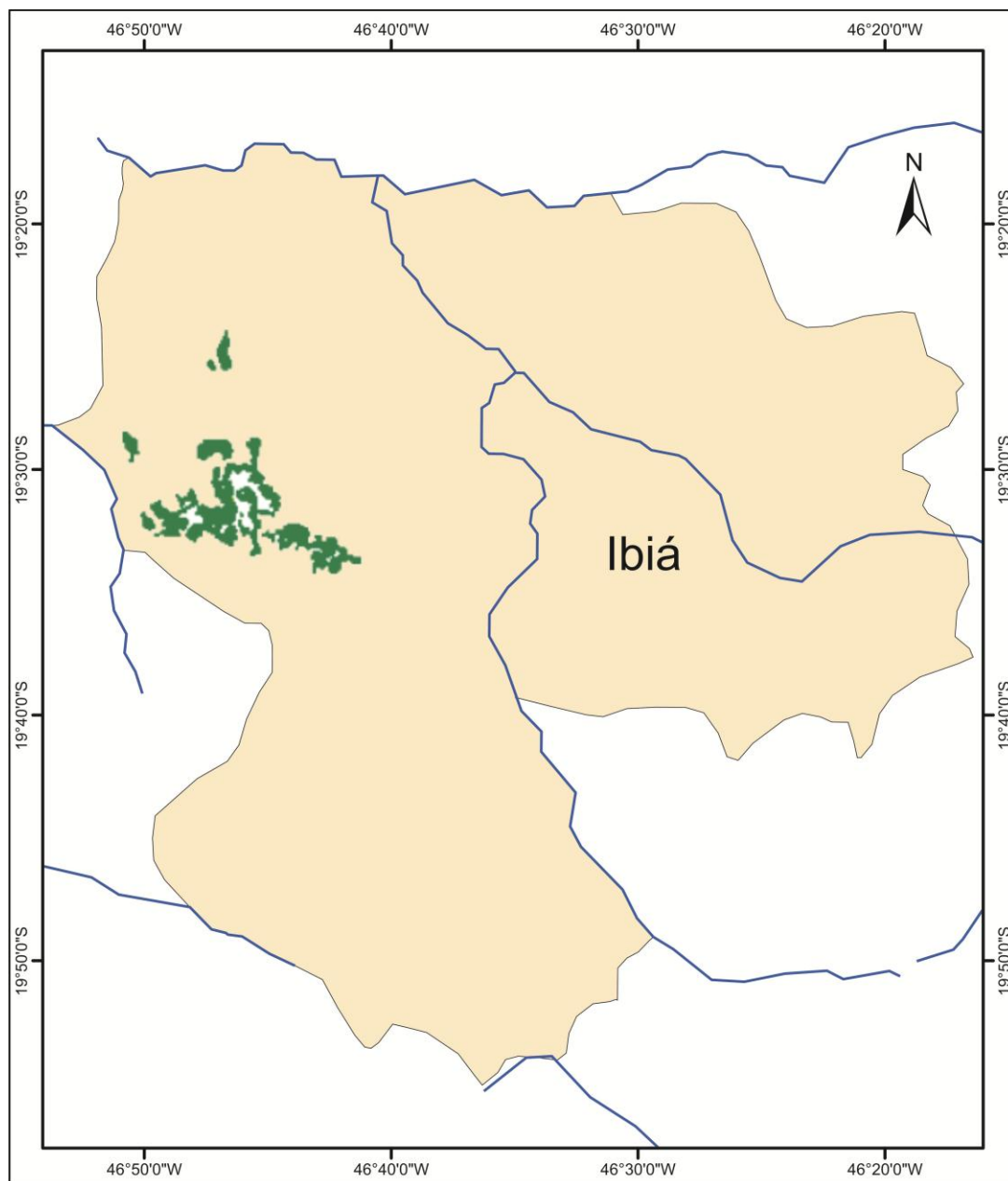
Datum: SAD 69.

Elaboração: FARIA, 2010.

Fonte: INPE, 2010.

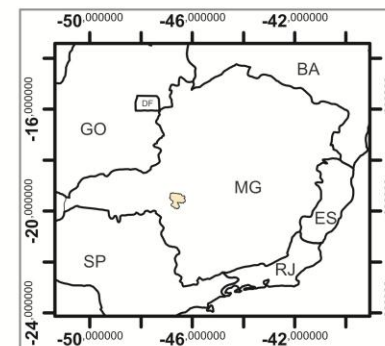
Mapa 9: Área plantada com cana-de-açúcar no município de Ibiá. Safra 2006/2007





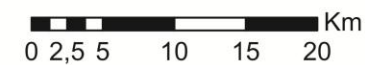
Mapa 10: Área plantada com cana-de-açúcar no município de Ibiá. Safra 2007/2008

### Área plantada com cana-de-açúcar no município de Ibiá. Safra 2007/2008.



#### Legenda

-  Limite Municipal - Ibiá
-  Drenagem
-  Área de soca
-  Área reformada



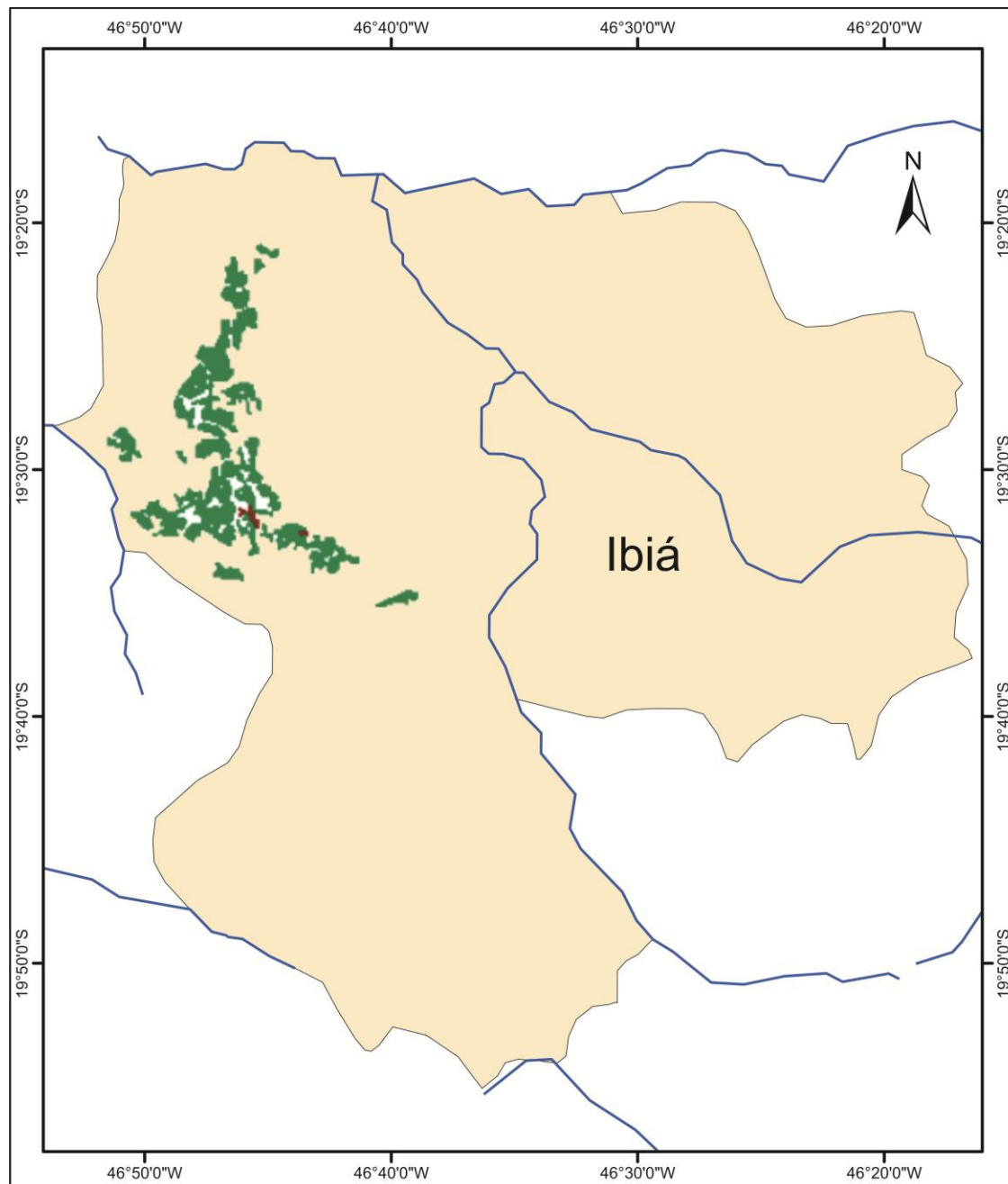
Coordenadas Geográficas.

Datum: SAD 69.

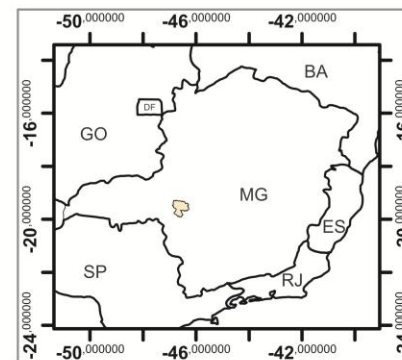
Elaboração: FARIA, 2010.

Fonte: INPE, 2010.

Escala: 1:426.956




### Área plantada com cana-de-açúcar no município de Ibiá. Safra 2008/2009.



#### Legenda

-  Limite Municipal - Ibiá
-  Drenagem
-  Área de soca
-  Área em reforma

 Km  
0 2,5 5 10 15 20

Coordenadas Geográficas.

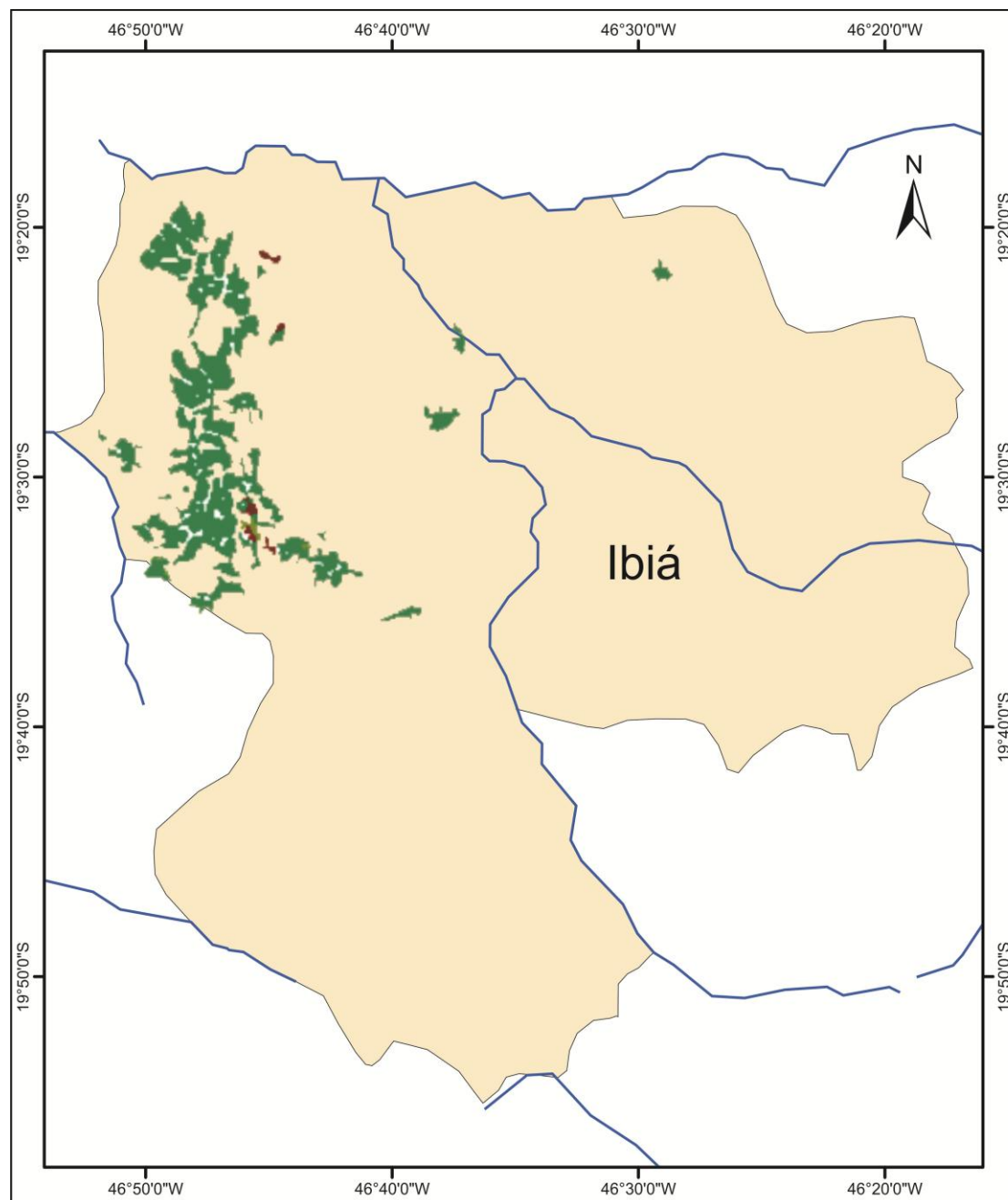
Escala: 1:426.956

Datum: SAD 69.

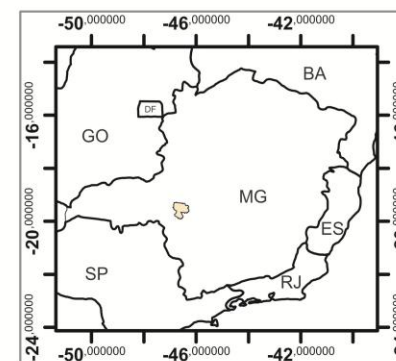
Elaboração: FARIA, 2010.

Fonte: INPE, 2010.

Mapa 11: Área plantada com cana-de-açúcar no município de Ibiá. Safra 2008/2009



### Área plantada com cana-de-açúcar no município de Ibiá. Safra 2009/2010.



#### Legenda

-  Limite Municipal - Ibiá
-  Drenagem
-  Área de soca
-  Área em reforma
-  Área reformada



Coordenadas Geográficas.

Escala: 1:426.956

Datum: SAD 69.

Elaboração: FARIA, 2010.

Fonte: INPE, 2010.

Mapa 12: Área plantada com cana-de-açúcar no município de Ibiá. Safra 2009/2010

Só este fator já seria capaz de condicionar o aumento no valor da renda da terra, pois temos percebido, segundo conversas com produtores na região, uma diminuição para plantio, ou melhor, uma maior procura por terras favoráveis ao plantio de batatas e grãos, principalmente, próximo à cidade:

Não, tá sendo cada vez mais difícil a gente plantar. Primeiro porque o valô do milho, do feijão tá bom, então tá todo mundo procurando terra pra plantá. Se tá todo mundo procurando essas terra ta cada vez mais difícil a gente encontrar terra por aqui por perto, eu to vendo terra para arrendar e to tendo que fazer é uma viagem todo dia: 68 quilômetros para ir de manhã e 68 para voltar. A gente ta plantando lá no município de Pratinha. Sem contar que o povo ta cobrando cada vez mais caro o arrendamento, ta todo mundo procurando, quem ta podendo dar mais dinheiro ta levando as terras pra plantá.<sup>64</sup>

É sob este ponto, pois, que iniciamos nossas discussões quanto ao processo de territorialização de determinados espaços a servir como processo de reprodução enquanto produtor, enquanto arrendatário de terra, enquanto donos de terras, enquanto agentes do capital.

É esse controle de acesso, portanto, o responsável pela disputa territorial pelo “direito” de plantar que percebemos na região estudada. Tal controle de acesso dá-se, na maioria das vezes, pelo poder de barganha que leva em consideração o “valor” da renda da terra. Quem está disposto a pagar mais pela terra, obviamente, tem maiores chances de nela produzir.

Vejamos isso na transcrição da fala de um dos entrevistados:

Olha, ta cada vez mais difícil de plantar aqui. Primeiro porque o povo ta cobrando caro de mais pela terra. Arrendar ta cada vez mais difícil. E olha, eu saí de São Paulo para vir pra cá na década de 70 (1970) por justamente ter acontecido o que ta acontecendo aqui. Você negociava uma terra para arrendar com o dono dela, dois dias depois voltava lá e ele já tinha negociado ela com outro também que tinha oferecido mais dinheiro. Lá de onde eu venho (Jaguarúna) faltava terra pro tanto de gente que queria plantá. A gente só sabia fazer isso mesmo, só sabia plantá, então a gente teve que vir pra cá e para Goiás porque tinha mais terra sobrando, então era mais fácil, mais barato e não tinha esse negócio de ficar disputando terra com quem quer pagar mais, cada vez mais por ela.<sup>65</sup>

<sup>64</sup> Produtor rural e proprietário de terras em entrevista. Março de 2008.

<sup>65</sup> Produtor rural e proprietário de terras em entrevista. Julho de 2008.

É importante considerar a origem dos produtores da região. A maioria capitalistas agrários (ainda que pequenos capitalistas) advindos de São Paulo e Paraná e, mais recentemente, do sul de Minas; regiões conhecidas pela “escassez” de terras em disputa pelo processo produtivo.

A criação e manutenção do território são também importantes para o produtor de cana-de-açúcar e é este produtor um dos grandes responsáveis pelo aumento do valor da renda da terra na região. Não é o único, mas tem grande influência nesse aumento.

De forma geral, as lavouras de cana-doce só conseguem se manter enquanto “usuária” de terras na proporção de maiores valores pagos em forma de renda da terra. Apesar de garantirem um tempo maior no arrendamento, os estigmas, preconceitos e estereótipo são como pontos negativos, que escancaram e supervalorizam problemas comuns também a outros setores, como a vinda de migrantes, desgaste da terra, dentre outros.

Como já observamos, este valor está condicionado ao processo de mercado compreendido pela oferta e pela procura. Ao considerarmos que oferta e procura também são condicionadas por fatores variados, dentre eles o valor de que cada produto chegue a atingir na comercialização do mercado, por consequência temos a compreensão de que o valor da renda da terra está condicionado ao que nela se produz e ao valor diferenciado dos produtos dela originários. Por exemplo, com a instalação do pólo álcoolquímico na região do Triângulo Mineiro, a maioria dos subprodutos derivados da cana-de-açúcar que serão possíveis de ser comercializados (plástico PHP [polipropileno], plástico [tipo polietileno], gasolina, etanol, diesel, gasolina para aviação, gás carbônico, etanol celulósico e a geração de energia elétrica) têm um grande valor agregado e uma ampla possibilidade de

comercialização no mercado internacional, o que aumentaria a capacidade de pagar mais pelo uso da terra, aumentando, por consequência, o preço que produtores agrícolas de grãos, por exemplo, teriam que pagar pelo direito de produzir, ou seja, pelo acesso ao espaço e constituição de seu próprio território. Vejamos a fala de um informante:

Eu plantava num lugar sempre, arrendava sempre o lugar de um pessoal, daí é perto da usina de cana, dessa que chegou aí e faz álcool e ocê não tem idéia do tanto que o pessoal dono das terras lá tão cobrando agora. Não dá para competir com a cana lá não, fica inviável porque eles pagam o que a gente não consegue pagar. O governo incentiva eles, tira tributo fiscal, não é mesmo? E juntando isso parece que o povo tá querendo consumir mais álcool que comida, então eles pagam mais e a gente não planta, só eles. Pelo menos naquela região onde eles tão tá assim, tá difícil. (Produtor rural e arrendatário de terras)<sup>66</sup>.

Não apenas arrendando a terra, as usinas sucroalcooleiras fazem parcerias com os produtores donos de terra para plantarem a cana-de-açúcar e terem garantias de comercialização com a usina em seu período de colheita. O setor sucroalcooleiro ao semear facilidades como consultoria tecnológica para a produção e a concessão de maquinário para colheita fazem com que outros capitalistas (especialmente o pequeno) colham as dificuldades de barganhar pelo acesso à terra, ou seja, pelos mecanismos de territorialidades que condicionam uma formação de territórios e, em certa medida, uma manutenção destes espaços importantes para sua reprodução capitalista.

Este pensamento estaria de acordo com as proposições de Smith (p.131 apud MARX, 1971, p.140) ao tratar que

[...] a renda da terra considerada como o preço que se paga pelo uso da terra é naturalmente um preço de monopólio. Não se encontra, pois, em proporção com os melhoramentos que o proprietário aplicou à terra, ou com aquele que ele tem de receber para não perder, mas com aquele que o rendeiro possivelmente pode dar, sem perda.

---

<sup>66</sup> Produtor rural e proprietário de terras em entrevista. Julho de 2008.

O preço de monopólio seria, então, relacionado ao que o capitalista conseguiria pagar pela terra sem que lhe comprometesse em sua reprodução, ou seja, conseguiria pagar o valor pedido e ainda ter lucros capazes de manter com extrema comodidade a sua empresa.

A posse da terra, entendida aqui como espaço territorializado, intervém de várias maneiras na vida social e, por conseqüência, no jogo (des)estruturante do poder, uma vez que, neste caso, serve de base às atividades produtivas. Tais atividades constituem combinações que vão desde o simples acesso à terra até à implantação de equipamentos produtivos, passando por habitações, vias de acesso e escoamento da produção, áreas de pousio e infra-estruturas afins.

As terras na região até bem recentemente serviram a vários usos sem maiores inconvenientes: o plantio de grãos como o soja, o feijão e o milho se entremeava com o plantio de batatas por exemplo. Já com a chegada da cana-de-açúcar e a necessidade de exclusividade da terra pelo período do seu ciclo produtivo<sup>67</sup>, a sua utilização para produção condiciona um novo processo envolto nas relações de arrendamento de terras. Neste caso, um uso impede outros.

No caso da cana-doce, entre a sementeira e a última colheita, as terras permanecem exclusivas com apenas um arrendatário e com apenas uma espécie de cultura. Este sistema faz com que sejam ocupados os tempos vagos do calendário agrícola, o que não era habitual nas terras arrendadas para outras culturas temporárias na região estudada.

---

<sup>67</sup> Mesmo sendo também uma cultura temporária, as lavouras de cana-de-açúcar requerem um período de 5 a 7 anos entre colheita e último corte, ou seja, seu ciclo produtivo é maior que o de outras culturas na região, fator este que impede a utilização da terra na região para outras culturas no mesmo período (rotação de culturas), assim como as características de disponibilização do plantio das lavouras impede também a *associação de culturas* concomitantes com a de cana-doce.

A utilização e a valorização do solo, das terras... do território, implicaram, portanto, o reordenamento de uma estrutura quando da chegada da cana-de-açúcar na região. Mais que isso, a definição dos direitos de posse e uso da terra (mesmo por meio dos contratos de arrendamento) dá aos que deles se beneficiam mais direitos que a outros pois lhes “confere uma influência indireta considerável, porque lhes atribui o controle de meios indispensáveis à produção” (CLAVAL, 1979, P. 16).

Neste sentido, é possível perceber que o acesso a programas de crédito pela usina, facilitado por políticas governamentais de incentivo ao setor sucroalcooleiro, fez com que a empresa pudesse entrar na disputa pelas terras para plantio com mais capital que os produtores rurais já tradicionais na região. Além deste fator, a perspectiva de uma melhor remuneração pelo seu produto em detrimento dos já tradicionais da região como o milho, a batata e o feijão, fez com que o gasto em arrendamento por parte da usina fosse maior que o já praticado no município para plantio de outras culturas temporárias.

Esta relação pode ser percebida no entendimento de que

[...] o produto do solo, [...] quando a sua natural fertilidade é idêntica, está em proporção com a extensão dos capitais que se aplicam na sua cultura e exploração, e ainda que o modo mais ou menos hábil de aplicação dos capitais. Quando os capitais são iguais e aplicados de maneira igualmente hábil, o produto estará em proporção com a fertilidade natural dos solos, pescarias e minas. (SMITH, p.249 apud MARX, p.141)

Deste modo, compreende-se que “o montante da renda depende do grau de fertilidade do solo” (MARX, 1971, p.141) e que as estratégias de territorialização da usina também deveria levar em consideração esta realidade.

Mais que isso, é possível perceber que a farta disponibilidade de crédito para o setor nos últimos anos e a relativa valorização dos subprodutos provenientes das lavouras de cana-de-açúcar (etanol e açúcar, principalmente) no



cenário do comércio internacional, conduziu um novo uso agrícola da região, no qual o setor sucroalcooleiro se apresenta cada vez mais articulado com outros setores da economia, como a indústria, os serviços e a comunicação. Isso fez com que a usina obtivesse maiores possibilidades de financiamento e acesso a diferentes fontes de crédito pois em um mesmo empreendimento houve a possibilidade de se capitalizar tanto para o plantio, produção, armazenamento e transporte, por exemplo.

Com efeito, o setor agropecuário na região que em muitos aspectos estava organizado de forma relativamente<sup>68</sup> autônoma, especialmente quando tratamos da produção de alimentos, integra-se definitivamente ao restante da economia, constituindo, ele mesmo, produtores, processadores, armazenadores e, em certa medida, prestadores de serviços na ordem de organização de sua cadeia produtiva.<sup>69</sup>

Deste modo, a cana-de-açúcar ao ter tomado grande parte da área agricultável do município fez com que a renda da terra paga por sua utilização aumentasse. Tivemos, nesta condicionante, relatos do aumento do que é pago por ha (hectare) em formas de arrendamento. Vejamos um exemplo: sendo comum o pagamento por produção, as lavouras de milho costumavam produzir uma média de

---

<sup>68</sup> Esta autonomia, a efeito geral, é realmente relativa. A produção não se deslocava de outros setores da economia, contudo, o que tratamos aqui é que em incontáveis setores o produtor e a indústria tratam-se de agentes diferentes. Mesmo interdependentes, o produtor não se articula com a indústria senão com o recebimento de consultorias e venda do produto final. No caso da cana-de-açúcar na região, o produtor também transforma, armazena, transporta e comercializa toda a produção em uma escala que abarca, senão a totalidade, grande parte de todo o processo produtivo nas mãos de um mesmo agente econômico.

<sup>69</sup> É preciso considerar, neste caso e na região de estudo, que a industrialização no campo, próximo às culturas da cana para sua transformação em subprodutos, consolidava o estreitamento absoluto da relação entre indústria e agricultura, ao tornar a segunda mais uma divisão estrutural da primeira, especialmente pela dependência das linhas de crédito para todo o processo produtivo e não apenas para plantio e colheita. Em uma mesma unidade concentra-se serviços dos mais variados, até mesmo de logística e certificação ambiental em articulações inter-setoriais da própria empresa. Uma estrutura amplamente organizada e mais complexa que a simples produção no campo e, por isso, mais capitalizada.

150 sacas por ha na região, e há algum tempo pagava-se 9 sacas por ha ao dono da terra pelo arrendamento. De 9 passou para 12 e, temos notícia, já há produtores pagando 19 sacas. É um sistema de barganha, quem paga mais “leva” a terra e o direito de plantar.

Este procedimento, por sua vez, já elimina consideravelmente a quantidade de “concorrentes” (produtores rurais) no jogo territorializante de agentes capitalistas. Ao pagar mais, ao barganhar pelo acesso à terra, a usina consegue eliminar e enfraquecer o produtor rural que, por sua condição capitalista ou ainda pela inviabilidade de pagar mais (relativamente pelo seu produto não ser tão valorizado quanto o comercializado pela usina) não consegue, por vias econômicas, convencer o proprietário de terras a arrendar as terras em detrimento da expectativa de negociação com a usina.

Por estes fatores, os arrendamentos se estruturam na lógica econômica de oferta e demanda, onde as estratégias territorializantes são empreendidas no intuito de enfraquecer o resultado de tal lógica: a concorrência e a supervalorização das terras, pelo menos em um primeiro momento.

O que restava, agora, é uma submissão do proprietário de terras. Esta submissão ocorreria à medida que via necessidade de instituir uma territorialização pois, como vimos, apesar de não se pautar em estabelecer-se em terras de sua propriedade, estaria na condição de dominação, pelas relações de poder, autoridade e influência, de terras captadas por **contrato**. Assim, o processo de territorialização, por parte da usina, não comportava a concorrência (por outros produtores) nem mesmo a autonomia do proprietário de terras, pois

A renda da terra é estabelecida pela luta entre o rendeiro e o proprietário fundiário. Por toda a parte, na economia política, encontramos o

antagonismo hostil dos interesses, a luta, a guerra, como a base da organização social. (MARX, 1971, p.141)

Vamos pensar tal situação sob a ótica do território: o dono de terras tende, geralmente, a ganhar no jogo de “disputas” pela terra. Quanto maior a procura tanto maior a renda obtida pela sua propriedade. A terra, como mercadoria, pode ser oferecida e valorizada tanto pela procura, tanto pela qualidade, quanto pela localização; assim a terra pode ser encarada também como um monopólio e o rendeiro, numa condição de escassez de atributos, em uma tocante especulativa têm que pagar mais pelo “privilégio” do uso.

É característico, contudo, estratégias estabelecidas por parte do setor sucroalcooleiro para minar tanto a concorrência (como verificamos linhas acima na disputa entre a Usina e outros produtores rurais arrendatários de terras), quanto o próprio monopólio de propriedade da terra.

Sendo a posse da terra um atributo que proporciona meios de dependência a quem dela precise, seria necessário realizar territorialidades para diminuir a eficácia da posse justamente nestas relações de dependência. Tal supressão, por conseqüência, faria também diminuir a intensidade do poder exercido, que neste caso se apresenta travestido de uma suave e permeável autonomia.

Esta lógica extrapola uma premissa eminente espacial e se projeta em ardilosos embates silenciosos em esferas econômicas e sociais, criteriosamente implícitos: primeiramente a usina oferece um maior valor pela terra (renda) e isso elimina concorrentes menos capitalizados. Num segundo momento paga-se pelo que a terra proporciona enquanto sua fertilidade, sendo este um fator fundamental no processo de territorialização capitalista empregado pelas usinas e destilarias da região.

Para entendermos esta conjuntura e as estratégias de territorialização estabelecidas pelo setor no tocante ao proprietário de terras é preciso destacar o modelo em que se estrutura o arrendamento das propriedades. Baseado em contrato, tal modelo dissimula negociações e estabelece uma dependência entre o proprietário de terras para com a Usina ao final do contrato, coincidente com o fim do ciclo produtivo da planta.

### **3.2. O contrato como estratégia: a terra cativa e submissa ao rendeiro**

O procedimento que estabelece o contrato como forma a tornar cativa tanto a propriedade, quanto o proprietário de terras para com a Usina, estrutura-se, basicamente, da seguinte forma: a Usina arrenda a propriedade pelo período do ciclo produtivo da cana-de-açúcar que varia entre 5 e 7 anos. O valor a ser pago pelo arrendamento da terra é calculado sobre a produtividade do solo, ou seja, pelo coeficiente calculado em relação ao que as características do(s) solo(s) da propriedade proporcionariam para o desenvolvimento da planta.

Deste modo, a qualidade da cana-doce condiciona o valor a ser pago pelo arrendamento, uma vez que a cana é analisada pela sua qualidade em açúcares em uma medida conhecida como *Açúcar Total Recuperável* (ATR) presente em cada tonelada de cana e que é variável em relação ao período de insolação, mas também (e principalmente) à qualidade do solo e aos nutrientes nele presentes. Tal medida é importante, pois é a quantidade e qualidade destes açúcares presentes na planta que vão condicionar uma maior ou menor produção dos subprodutos da cana-doce, ou, no caso específico da usina que pesquisamos, a produção de álcool combustível (etanol)

Sob esta característica o preço da cana-de-açúcar é formado por quilogramas de ATR por tonelada (Kg ATR/tonelada de cana) e, obviamente, os valores estipulados de ATR dependem da quantidade e da qualidade da matéria prima (a planta) e que depende da qualidade do solo, do trato correto da planta e da terra, do processo de irrigação, da qualidade dos insumos empregados na plantação, dentre outros fatores.

Para compreendermos melhor o processo é preciso considerarmos o cálculo em relação à produção. Vejamos um exemplo<sup>70</sup>: a cana é colhida em uma propriedade e soma 100 toneladas (t), com qualidade em ATR de 120 quilogramas por tonelada (kg/t). Multiplica-se a quantidade colhida em toneladas pelo ATR. Neste caso específico

$$100 \text{ t} \times 120 \text{ kg/t}$$

O resultado é de 12.000 kg de ATR presentes nas 100 toneladas de cana-doce colhida. Suponhamos ainda que o valor do Kg do ATR<sup>71</sup> seja de R\$0,30. Teremos, então, 12.000 kg x R\$ 0,30, resultando em um valor de R\$ 3.600,00 na produção das 100 toneladas de cana.

Com o conhecimento deste valor é possível, então, a negociação entre a Usina (arrendatário) e o proprietário de terras (arrendador) uma vez que seja possível, também, calcular a estimativa de produção de cana-de-açúcar (em toneladas) por hectare, e assim a quantidade de Kg de ATR por hectare.

Em nossa área de estudo, no entanto, o primeiro pagamento pelo arrendamento da terra se dá logo após o início do contrato, ou seja, antes mesmo de se plantar a lavoura. Remunera-se o proprietário das terras arrendadas, neste caso,

<sup>70</sup> Tal exemplo é meramente ilustrativo.

<sup>71</sup> O valor estipulado do quilograma de ATR é resultado das vendas das commodities açúcar e álcool no mercado interno e externo da região de abrangência estadual

pela expectativa e estimativa do que seria produzido em sua propriedade, pois ainda não se plantou nada.

Como, então, é calculado o valor a ser pago pela terra no arrendamento?

Os técnicos da Usina analisam a terra e as propriedades do solo estimando a produtividade por hectare de cana-de-açúcar e, por consequência, estimando a ATR por tonelada de cana produzida nas condições daquela propriedade, sendo então o valor do Kg de ATR calculado em relação ao valor estipulado no dia da realização do contrato.

Deste modo, ou seja, remunera-se pela estimativa do que será produzido, mas se a produção calculada em tonelada de cana e em ATR for menor ou maior que o esperado o valor pago é corrigido no ato da primeira colheita (ao final do primeiro ano da produção).

Paga-se, assim, o segundo, terceiro e quarto ano pela colheita e, no último ano, como a primeira parcela foi paga no ato do arrendamento (e corrigida na primeira colheita) a usina, por contrato, não deve o pagamento que, em muitos casos, foi esperado pelo proprietários de terras.

Ou seja, o pagamento é feito pela fertilidade da terra, assim no primeiro ano a usina deveria, por contrato, pagar apenas quando colhesse, diferente disso a remuneração é destinada ao proprietário da terra no ato do plantio, corrigida na colheita, e no último ano, como o pagamento foi adiantado para o momento do plantio, já não há mais a parcela a ser paga pela terra utilizada (que foi adiantada e prevista em contrato).

Se ao final do ciclo da cana for do interesse da usina continuar o contrato com o proprietário de terras este mecanismo faz com que a Usina consiga barganhar

ainda mais pela propriedade a ser arrendada pois, ao pagar pela fertilidade da terra, a usina entrega ao final do ciclo a propriedade sem nenhuma correção do solo e, por isso, com uma baixa fertilidade.

Vale ressaltar aqui, do mesmo modo, que a quantidade de ATR presente na cana-de-açúcar vai diminuindo com o passar do tempo. Como o solo pouco é corrigido no decorrer do ciclo produtivo da cana, os nutrientes nele presentes e que são importantes para o desenvolvimento de açúcar na planta vão ficando escassos. Tal escassez condiciona uma queda gradual do valor de ATR na lavoura e, por consequência, no valor devido ao proprietário da terra (que recebe pelo que sua terra proporciona para a planta).

Assim, ao final do ciclo produtivo, a depreciação do solo em relação ao que ele oferece à planta contribui para que o valor devido em forma de renda ao proprietário de terras seja cada vez menor; ou seja, há uma diminuição dos valores devidos para o arrendamento.

Somado a isso, o dono de terras que já havia recebido a primeira parcela no plantio e esperado o pagamento ao final do ciclo da cana (normalmente isso é gerado por contrapontos no contrato assinado pelo proprietário de terra) está “descapitalizado” e recebe, então, a proposta da Usina para renovação do contrato para um novo ciclo.

Como o valor do contrato se estabelece pela fertilidade do solo (não corrigida ao final do ciclo da cana – e última colheita) a saída para o proprietário de terras é arrendar novamente, só que neste momento por um valor bem abaixo do primeiro. O motivo é simples, ao encontrar-se descapitalizado este produtor pouco tem para corrigir o solo, não compensando (economicamente) ele mesmo arcar com tal correção para atentar um novo empreendimento, como plantio por exemplo. O solo

com pouca fertilidade, inviabiliza da mesma forma outros possíveis rentistas (produtores rurais) que também deveriam corrigir o solo e, de certa maneira, já foram minados logo no primeiro ciclo de plantio da cana pela usina.

Tal perspectiva pode ser percebida na fala de um destes proprietários de terras:

óia, isso funciona assim, eles dão mais dinheiro pra gente no início para poder ter essa facilidade de plantá. Pagam mais pra gente o arrendo. Mas daí funciona assim, eles pagam pelo que a terra da gente dá, numa medida lá de ATR que não entendo direito. Dai só sei que é assim, esse ATR vai diminuindo durante os anos e eles vão pagando cada vez menos pra gente. Daí diz que esse ATR diminuir é culpa do solo da gente. No final de tudo, a gente ganha bem só no começo, no final não dá muito, dá, mas não dá muito porque é pouco. O solo, pra gente corrigir, fica difícil, não concorda? Dai a gente acaba é arrendando para eles de novo, porque ninguém vai querer plantar porque a terra não tá essas coisas e eu não vou gastar para corrigir, porque não dá. Dai esse povo arrenda de novo, mas a medida do ATR diz que tá bem menor que no início de quando eles começou. Pra num ficar sem renda, eu acabei renovando o contrato com eles de novo. Agora é ver o que que dá né, nos próximo ano. Mas se fosse no começo, se eu soubesse disso, eu não faria de novo não, sô, faria não<sup>72</sup>.

Outro produtor, ainda nos apresentaria uma maior inconformidade e arrependimento em relação a esta situação:

Aném, moço, foi a pior coisa que fiz foi arrendar isso para esse povo. A renda tá caindo, a terra tá nas mãos deles por contrato. Meu vizinho aqui ó tá até achando bão, porque ele num plantava nada, criava umas galinha e fazia uns queijo que pouco dava, agora até que ganha mais. Mas eu não, me iludi cê sabe de uma coisa, me iludi, porque eu ganhava era mais. Num tá bão não, mas agora deixa lá, né, não tá bão não, mas deixa lá<sup>73</sup>.

Outros, no entanto, apresentam opiniões diferentes, mas certamente por ter, também, relação e vínculo com a terra distintos destes outros proprietários de terras

Eu não importo tanto pelo seguinte: minha terra tá lá, esse povo arrenda, me paga e pronto. Eu não dependo dessa terra, nem moro na região, sou de São Paulo e venho aqui muito de vez em quando. Se tem um que tá arrendando por muitos anos já, o que que eu vou ficar preocupando? A terra nem é minha atividade principal de renda.<sup>74</sup>

Estas estratégias, obviamente aliadas a tantas outras, foram facilitando a estruturação das lavouras de cana-de-açúcar, assim como a consolidação do setor

<sup>72</sup> Produtor rural e proprietário de terras em entrevista. Março de 2009.

<sup>73</sup> Produtor rural e proprietário de terras em entrevista. Março de 2009.

<sup>74</sup> Produtor rural e proprietário de terras em entrevista. Agosto de 2009.



sucroalcooleiro na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Neste contexto, embora os fatores climáticos e topográficos tenham evidentemente auxiliados essa difusão, as políticas estatais e privadas (seja de capital nacional, seja de capital externo) condicionaram uma crescente tomada da região do Cerrado mineiro.

A desestruturação de todos estes atores, seja do produtor que com o setor sucroalcooleiro concorre pelo acesso à terra, seja com o próprio proprietário (visto linhas acima) facilitou e condicionou a tomada de grandes áreas nesta região.

Em certa medida, tais estratégias foram tomadas para garantir a proximidade das áreas de produção e armazenamento, com a rede de transporte do álcool e que está em vias de construção (o álcoolduto). Isso nos faz perceber que a concorrência com os outros produtores rurais da região, assim como a submissão das terras e dos proprietários das terras são um nó em uma trama de articulações espaciais e setoriais envolvidas na questão da logística voltada para o competitivo mercado internacional, uma vez que tal setor é representativo de grandes empresas de agronegócios nacionais e internacionais e que melhor se articulam em todas estas estratégias territorializantes.

Estas “novas” e complexas relações de territorialidades (estratégias) que estão sendo estabelecidas alteram/transmutam o sentido linear de oferta-demanda, utilizando-as para enfraquecer concorrências, mas suplantando o resultado da oferta-demanda (valorização das terras agricultáveis) para enfraquecer o proprietário de terras. Tal medida só pode se estabelecer pois estão alocadas em elos de uma grande cadeia de agronegócio e sob a batuta de grandes empresas do setor.

É imperativo considerar aqui, entretanto, que o acesso à terra, em novos moldes<sup>75</sup>, apenas perpetua a dominação política, econômica e social de 5 séculos, uma vez o proprietário de terras, assim como concorrentes menos capitalizados, se apresentam apenas como entraves para a produção de uma elite que há muito perpetua-se em diversos setores econômicos nacionais.

Neste caso, o importante é a produção, não a posse, entendida como entrave contraditório à uma lógica capitalista de emprego de capital para a geração de capital. A posse da terra que garantia dominação, *status* e inserção, hoje, como um entrave à produção e ao grande capitalista, apresenta-se como modelo o qual é necessário enfraquecer, burlar, quando possível.

A posse do capital mesmo sendo grande, não garante o financiamento da produção e o emprego na compra de terras. É preciso usá-la (a terra) e remunerar pelo seu uso em uma escala que condicione ainda a submissão do proprietário a essa lógica. Contrário a isso seria remunerar em uma medida que garantiria ao proprietário uma autonomia, e uma possível margem para que ele aceite ou não negociá-la em forma de arrendamento. Remunerar pouco pelo seu uso, contudo, quer dizer perder o privilégio da produção para a concorrência. É preciso, então, estratégias.

Concordante com isso é a observação de Becker, ao tratar que a especialização em lavouras modernizadas, como a de cana-de-açúcar, de modo geral, expulsa o produtor de menor grau de capitalização, fazendo também que terras se concentrem nas mãos de poucos proprietários, uma vez que sobrevivem

---

<sup>75</sup> Consideramos os novos moldes, em uma alusão às formas anteriores de “acesso à terra no Brasil, estabelecidas e engendradas por uma sociedade escravista que teve na expansão territorial a base de sua dominação política, econômica e social, onde o país herdaria uma estrutura fundiária marcada pela desigualdade” (BECKER, 2009, p.106.).

com arrendamento de terras cada vez maiores, ou ainda com produção em larga escala em suas propriedades.

Isto fez com que se aumentasse a desigualdade no acesso à terra nos últimos anos na região. Isto é possível ao analisarmos o índice de Gini, que é utilizado para medir os contratos na distribuição da terra, onde percebemos a crescente concentração das propriedades rurais.

Estas informações podem ser comparadas nas tabelas abaixo:

Tabela 01 - Índice de Gini na região sudeste dos anos de 1958-1995-2006

Região	1985	1995	2006
Sudeste	0,772	0,767	0,821

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE

Tabela 02 - Índice de Gini em Minas Gerais dos anos de 1958-1995-2006

Estado	1985	1995	2006
Minas Gerais	0,77	0,772	0,795

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE

É imperativo considerar que quanto mais próximo da Unidade, mais concentrada estaria a propriedade privada de terras e que o Estado de Minas Gerais, em comparação com a região sudeste, tem apresentado crescimentos mais modestos.

Consideramos, no entanto, que o crescimento no município de Ibiá saltou de 0,755 nos anos de 1995/1996 para 0,876 no ano de 2006. Fator que este que, em

certa medida, estaria vinculado às políticas agrárias na região, especialmente nas vendas de propriedades de terras para grandes proprietários que utilizam dos sistemas de arrendamento de suas propriedades para a grande indústria ou ainda para grandes capitalistas agrários.

Tais mudanças serão por nós debatidas no quarto e último capítulo deste trabalho, no qual tratamos a situação atual, após a consolidação da Usina destilaria na região, dos proprietários de terras, dos outros produtores agrícolas e da própria destilaria.

## **CAPÍTULO 04**

#### 4. UM PERÍODO DE MUDANÇAS E AFIRMAÇÕES: USINA E PRODUTORES RURAIS NA (RE)CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE IBIÁ

*No Ciclo Eterno das Mudáveis Coisas*

*No ciclo eterno das mudáveis coisas  
Novo inverno após novo outono volve  
À diferente terra  
Com a mesma maneira.*

(...)

*Ricardo Reis (Heterônimo de Fernando Pessoa)*

Neste quarto capítulo, trataremos das mudanças ocorridas no espaço rural no município de Ibiá, especialmente nos últimos dois anos de funcionamento da destilaria. Tais mudanças foram acompanhadas tendo como referências fatos pontuais, especialmente em relação às empresas terceirizadas que prestam serviços ao grupo Planalto, pelos trabalhadores do corte e plantação da cana-doce e pelos demais trabalhadores terceirizados vinculados ao empreendimento.

Temos como objetivo neste capítulo demonstrar o estágio atual do cenário agrícola do município de Ibiá em um momento de consolidação das atividades da destilaria, como a condição dos produtores rurais relacionada às mudanças em seu processo produtivo em contrapartida à expansão do setor canavieiro.

Demonstramos também as formas contraditórias de avanço e expansão das atividades do empreendimento sucroalcooleiro, pautadas em compromissos financeiros não cumpridos e que geraram inúmeros protestos, por exemplo, de dívidas em cartórios e confiscos de bens, além de protestos relacionados a melhores condições de trabalho por parte de trabalhadores envolvidos no corte da cana-de-

açúcar. Este é, portanto, um capítulo que busca detalhar o estágio em que os diversos atores envolvidos se encontram.

Para a construção deste capítulo, realizamos inúmeras entrevistas com os envolvidos no projeto, como produtores rurais, proprietários de terras, funcionários da destilaria (alguns em contrato de prestação de serviço) dentre outros.

Em um primeiro momento apresentamos a situação atual dos produtores rurais em relação aos mecanismos e saídas encontrados para manterem a sua produção agrícola. Detalhamos isto no subitem denominado *Os contrapontos da expansão: a minimização das discussões e a “restauração” dos produtores rurais*, onde ratificamos como os produtores rurais, que enfrentam concorrência no acesso às terras agricultáveis por parte da destilaria, modificam sua forma de acesso e trato com a terra: plantando em suas propriedades, diminuindo o tempo de pousio do solo e utilizando mais produtos agroquímicos, linearizado a sua produção em características que evidencia uma prática da Agricultura Intensiva.

Ainda neste subitem, demonstramos como as discussões em relação ao setor sucroalcooleiro, tão intensas nos primeiros anos de sua instalação na região, começam a perder força. Nas esferas políticas ou no cotidiano das pessoas, há muito já não se discute mais o papel da usina no município como se discutiu em um período próximo à chegada deste empreendimento. Seu estabelecimento parece ter se incorporado como permanente na compreensão dos diversos atores envolvidos neste processo.

O procedimento de adaptação parece testemunhar os atributos mais profundos e enraizantes do que compreendemos como um artifício de territorialização, ao atingir a coletividade e forçar o novo a ser encarado como

inevitável e, por assim dizer, parte integrante e já indissociável, comum, normal, parte fundamental das territorialidades e do território.

Em um segundo momento do capítulo, damos atenção à condição territorializante da Usina, tão complexa, estruturada, quanto contraditória. Demonstramos como se encontra atualmente o processo de expansão das lavouras de cana-de-açúcar e a discussão relacionada ao não cumprimento de obrigações financeiras que parecem embasar a própria expansão, como um incongruente ao processo capitalista de investimento e de remuneração dos capitais investidos.

Para ilustrar tal afirmação, realizamos incursões junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) a fim de adquirir informações quanto aos processos abertos contra os empreendimentos ligados à Destilaria Planalto. Tais processos relacionam-se a dívidas não quitadas, como por exemplo, o não pagamento de maquinários agrícolas (plantio e colheita da cana-doce), de máquinas empregadas na destilaria (utilizados na transformação da cana-de-açúcar em álcool hidratado), de multas relacionadas a questões ambientais e estipuladas por órgãos públicos, como o Instituto Estadual de Florestas (IEF), cobrança de impostos devidos ao Estado (representado pela Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais), além de outros.

Estas pesquisas foram realizadas nas comarcas dos municípios de Ibiá e Araxá. Nesta abordagem, relacionamos apenas os valores e os processos que ainda encontravam-se sem solução judicial, ou seja, estavam abertos e transitavam nas Comarcas pesquisadas. Tais buscas restringiram-se às Comarcas destes dois municípios em razão da localização deste empreendimento, mas nada impede que existam outras questões pendentes em distintas comarcas espalhadas pelo país



uma vez que a destilaria realiza compras em diversas outras localidades e com inúmeros fornecedores e prestadores de serviços.

Essas pendências foram analisadas ao longo do capítulo e estão embasados, como já detalhamos, em entrevistas concedidas por diversos dos envolvidos no empreendimento, como funcionários diretos, prestadores de serviços e mesmo proprietários de terras e produtores rurais da região. São sujeitos, portanto, que tem na atividade sucroalcooleira parte do seu cotidiano profissional.

#### ***4.1. Os contrapontos da expansão: a minimização das discussões e a “restauração” dos produtores rurais.***

Neste subitem detalharemos a condição atual dos produtores rurais, encarados aqui, em certa medida, como concorrentes do empreendimento sucroalcooleiro na região no que tange ao acesso a terras agricultáveis para plantio, especialmente nas terras destinadas ao arrendamento. Demonstramos como o seu enfraquecimento frente a esta concorrência vai reestruturando e reorganizando suas atividades produtivas.

Detalhamos como estes produtores se realocam, ou melhor, se reterritorializam em espaços próximos aos que em momento anterior produziam com relativa facilidade.

Encontraram saídas, ainda que momentâneas, para desenvolverem suas atividades produtivas.

Em momento posterior demonstramos como as discussões relativas à instalação da Usina na região estão agora minadas, desencontradas e, em certa

medida, testemunham uma relativa aceitação do empreendimento que há muito vinha sendo contestado. Vejamos:

Como detalhamos nos dois capítulos anteriores, o avanço da destilaria no município de Ibiá estruturou-se, em certo momento, no enfraquecimento das concorrências de outros produtores rurais da região: para garantir que a expansão das lavouras de cana-de-açúcar fosse possível no município, as estratégias de arrendamento de terras empreendidas pela destilaria fizeram com que outros produtores rurais menos capitalizados tivessem dificuldades em arrendar propriedades para plantio.

Ao pagar um valor acima do mercado pelas terras agricultáveis, a destilaria reforçou a dificuldade de acesso à terra por produtores menos capitalizados, fazendo com que alguns destes produtores até mesmo migrassem para outras regiões:

Eu tive que mudá, não teve jeito. Tudo bem que foi por causa da cana também, mas foi por mais coisa também. Eu fui embora porque tava caro demais a terra aqui, dava pra plantar, viver, mas a gente sempre procura é coisa melhor, não é mesmo? Antigamente se eu plantava 200 hectares, hoje tava plantando 70, mas tudo diminuiu mesmo, por conta da dificuldade de achar terra, por conta da dificuldade de financiamento pra gente pelo banco, por conta que a gente tem medo também né, porque recuperar as dívidas hoje tá cada vez mais difícil, hoje to plantando mais pra dar pouco mesmo, só pra sobreviver. Tá tudo difícil, ainda chega esses negócio de cana aqui na região, aí que foi complicando mais, porque pegaram umas terra boa sô, só área de chapadão, só coisa boa.<sup>76</sup>

Como podemos perceber, a valorização das terras na região levou, em uma primeira instância, ao deslocamento de alguns dos produtores rurais. Apesar da ressalva do entrevistado na citação anterior de que houve diversos processos que justificam sua saída para outras regiões a fim de continuar seu empreendimento de produtor rural, é inegável a influência da expansão das lavouras de cana-de-açúcar na região, especialmente no que se refere à valorização do preço da terra e da

---

<sup>76</sup> Produtor rural e proprietário de terras em entrevista. Março de 2009.

renda da terra e, por conseqüência, no deslocamento de muitos destes produtores rurais:

Ó o que que aconteceu: a cana pagou caro demais pelas terra que a gente já tava acostumado. O valor já tava aumentando, chegou a cana e pagaram ainda mais caro. O que restou pra gente foi muita gente deixar de plantar aqui e ir embora, sair para procurar outro lugar pra morar e ir plantar sabe. Eu pensei em ir foi até para a Bahia, teve gente pensando em ir pra o Pará. Não foi, mas pensô na idéia.<sup>77</sup>

Entendemos tal processo como uma forma de desterritorialização destes produtores rurais, uma vez que, “forçados” por um fator estranho ao seu processo produtivo, migram em busca de novas áreas, seguramente uma nova forma de territorialização.

Tal processo implicado na perda de território, analisado no contexto apresentado, nos faz pensar na idéia de mobilidade, tão marcante em uma sociedade moderna em que fluxos e desenraizamentos de todos os gêneros perpetram os espaços e a reprodução ampliada do capital.

Em relação a este conceito, assim como sua aplicação imediata no caso estudado, há que se fazer uma ressalva no que tange à proposição de uma sobrevalorização da mobilidade espacial em que está expressa, ou ainda, da sociedade-rede pensada por Manuel Castells (1999). É possível e preciso pensar que esta desterritorialização quase sempre está associada a uma reconstrução/reconfiguração de novos territórios pelo agente desterritorializado, e que este estabelece novas estratégias de fixação e reprodução de suas atividades em outros espaços e em novos moldes.

Tal compreensão é justamente ilustrada pela relativa mobilidade e pelas novas lógicas encontradas pelos produtores rurais a fim de manterem sua atividade produtiva. Migrações, redução do tempo de pousio em suas propriedades,

---

<sup>77</sup> Produtor rural e proprietário de terras em entrevista. Março de 2009.

arrendamento de áreas menores para plantio dentre outros fatores, são as facetas e exemplos do mote desterritorialização x reterritorialização, pois além da fixação em novas áreas, tal processo vem acompanhado com uma reconfiguração espacial e produtiva, uma reconstrução administrativa dos empreendimentos, reações à sujeições e/ou “concorrências” por eles enfrentadas.

Sob esta perspectiva a construção, desmantelamento e reconstrução de territórios tracejam a compreensão de embates, ainda que em formas concorrenciais, na intenção de torná-los cativos a cada empreendimento. A isto contribui o entendimento do conceito de território, que caracteriza condições de sobreposições e/ou anulações espaciais no acesso e trato com a propriedade.

Assim, é possível considerar um exemplo, do qual trata Rogério Haesbaert que em um trabalho recente, onde este autor citando Zambrano (2001), tece considerações sobre os territórios plurais, os quais se manifestariam de duas formas distintas:

- multiplicidade de territórios: território plural como reunião de vários territórios;
- pluralidade de jurisdições (ou, na nossa interpretação, de territorialidades): território plural por abranger diferentes jurisdições (incorporando-as parcialmente ou por sobreposição). (HAESBAERT, 2004).

Compreendemos que essa segunda forma se apresenta com maior nitidez no presente estudo, uma vez que territorialidades de diversos grupos se imbricam num determinado espaço, numa sobreposição de territórios que implicam a tentativa de controle pelos grupos nele presente.

Tal sobreposição tratou-se de uma estratégia, um uso que se repetiu, em espiral, como algo corriqueiro, seqüencial e que se estruturou apenas com novos atores em um espaço já tomado pela prática mercantil, empresarial e capitalista da

agricultura. Foram modificações, aprofundadas com certeza, mas repetitivas (pelo menos em sua essência expansionista).

É preciso considerar, contudo, que estas sobreposições restringem os usos, impossibilitando a coexistência de fatores concorrentes. Tal impossibilidade forçou alguns produtores menos capitalizados a uma saída de sua região dando início a este processo de desterritorialização, a reterritorializar-se em outro local.

De outro modo, houve resistências e a grande maioria dos produtores da região, mesmo afetados com a supervalorização das terras agricultáveis, encontraram saídas no enfrentamento da concorrência pelo acesso à terra. Estes produtores permaneceram na região e no município, indicado que sobre suas decisões repousa outros valores humanos que não apenas os econômicos, principalmente culturais que de algum modo foram se manifestando nos arranjos e estratégias de permanência.

Contudo a permanência pensada na perspectiva da reprodução social desses sujeitos sociais, pode ser explicada pelo enfraquecimento das relações econômicas do empreendimento sucroalcooleiro no município.

Outras saídas, contudo, foram encontradas no tocante a estratégias de reordenamento de suas atividades produtivas, como diminuição das áreas plantadas ou mesmo a arrefecimento das perspectivas de lucros uma vez que muitos passaram a remunerar mais o proprietário de terras pela sua propriedade. Vejamos:

Uma coisa a gente até tinha que fazer, né. Num tinha saída, então o que pelo menos eu fiz, diminui a área de plantação, pra facilitá sabe, continuei plantano, mas diminui a área que eu plantava. Outra coisa foi plantar mais longe, pelo menos em terras mais longe sabe, onde pouca gente ia plantar porque era longe demais para ir todo dia, pra cuidá das roça e por causa até mesmo das estrada pra chegá lá, porque até na hora da colheita fica difícil, porque o caminhão tem que ir mais longe, gastamo mais com gasolina, estraga mais máquina, fica longe do asfalto, esse tipo de coisa.

Outra coisa também que muita gente fez foi até oferecer mais pra arrendá as terra. Quem lucrô é quem tem terra e arrendo, né mesmo? Pra ês fico bom, porque o povo tá pagano mais, né mesmo?

Mas ai entra um negócio: no final das conta, lá quando ocê colhe pra vendê o preço não acompanha o que ocê gasto. O que ocê pago a mais pro dono das terra num tem jeito, ocê num coloca mais na hora que ocê vai vender, porque os preço vem é de fora, é o preço do dia da bolsa. Daí o que faz? Seu lucro diminui. É o jeito, o preço não acompanhou nossos gasto, o governo não vê isso.<sup>78</sup>

A perspectiva de gastos maiores em relação ao arrendamento das propriedades por estes produtores rurais oneravam ainda mais o seu sistema de plantio.

Este gasto a mais, se considerado todo o processo produtivo foi repassado ao produtor rural que teve sua margem de lucros diminuída, pressionada justamente pelos gastos com o arrendamento das propriedades para plantio.

Neste sentido, alguns produtores rurais encontraram como alternativa o plantio em suas propriedades, pois um fato a ser considerado é que alguns destes produtores rurais também são proprietários de terras e muitos destes praticavam em suas propriedades um sistema de *pousio*, ou seja, o descanso (repouso) dado às suas terras cultiváveis que variava de um a três anos em uma interrupção das culturas agrícolas para tornar o solo mais fértil.

Com a impossibilidade de estas terras receberem plantio no período do pousio (ou ainda na prática de rotação de cultura), ou ainda em decorrência do tamanho da propriedade não comportar a área em que produziam<sup>79</sup>, estes produtores plantavam em terras arrendadas.

---

<sup>78</sup> Produtor rural e proprietário de terras em entrevista. Outubro de 2009.

<sup>79</sup> Muitos dos produtores entrevistados possuem uma propriedade com área menor a que tinham o costume de plantar. Como resultado arrendavam propriedades para complementar a área plantada. Em decorrência da dificuldade encontrada no processo de arrendamento de terras haja vista a valorização das propriedades, muitos encontraram como saída o plantio em áreas menores, como suas próprias terras.

Com a valorização das terras agricultáveis e com a expansão das lavouras de cana-de-açúcar e a diminuição destas terras no município, muitos destes produtores romperam o período de pousio de suas propriedades, ou mesmo o eliminaram por completo, produzindo incessantemente em suas terras. Vejamos o depoimento de um destes produtores:

Eu tenho minhas terrinha, que não é muito mas a gente usa pra viver. Eu planto nelas, mas claro, a gente tem que deixar descansar a terra, esse descanso os agrônomo sempre fala pra gente deixar um tempo, uns 2 ano, 3 ano, além de fazer a tal rotação de cultura que a gente também faz. Mas nesse tempo que tava parada as minha terra o que eu fazia era que eu plantava era em terra arrendada, outra é que as terra é pequena e a gente tem que plantar mais nas terra do outro também.

E daí o que eu ando fazendo agora? Eu to plantano mais nas minhas terra. O tempo de descanso eu diminui, não dá mais, o tempo da terra agora é o tempo que eu tenho que colocar mais adubo, mais fertilizante, gastar mais, a terra cansa, mas num tá tendo jeito de plantar sempre arrendando como eu tava fazendo não. Vou ter que recuperar mais as terra né, porque senão o dinheiro fica tudo no arrendo, nos fertilizante e a gente num sobra com nada.<sup>80</sup>

O sistema de pousio é importante para manter a qualidade do solo, garantindo a produtividade. Tal redução no tempo, além de prejudicar o solo, compromete o desenvolvimento das culturas na propriedade, diminuindo com isso a qualidade e, por consequência, os lucros.

Esta diminuição do tempo de descanso do solo, encarada como alternativa pelo produtor rural da região é estabelecida na perspectiva de minorar os problemas causados com a valorização da terra na região em relação ao arrendamento: não soluciona, ao contrário, agrava ou proporciona novas dificuldades, pois ao final do segundo ano a propriedade utilizada incessantemente na produção inicia um processo de diminuição da fertilidade fazendo com que o proprietário ou abandone a produção naquele solo, ou gaste mais com fertilizantes, adubos e defensivos a fim de conter, também, as pragas agrícolas trazidas com a produção intensiva na propriedade.

---

<sup>80</sup> Produtor rural e proprietário de terras em entrevista. Janeiro de 2010.

A gente parece é que volto no tempo. Tá fazendo é que o povo lá de antigamente fazia, né? A tal da agricultura extensiva e até mesmo da agricultura intensiva né mesmo? Eu nem to sabendo mais diferenciar essas duas, mas o certo é que nenhuma é boa né? Isso complica porque plantano cada vez mais nas nossa terra, fazendo só uma ou duas rotação de cultura que nem adianta muito a gente acaba é por colocá cada vez mais defensivo. Ocê não tem idéia é do tanto de insumo que isso faz a gente utilizar. Num dianta, a gente tem que plantar é pro mercado mesmo, já tá difícil de consegui terra, num tem jeito de faze rotação porque o mercado exige é uns produto só de cada vez que tá valorizado. Moço, isso não tem saída!<sup>81</sup>

Na fala acima, um dos sujeitos da pesquisa insinua um tema que exemplifica com detalhe as complicações encontradas na tentativa de sanar problemas relacionados à valorização das terras agricultáveis na região com a expansão das lavouras de cana-de-açúcar: a agricultura intensiva.

Ainda que a solução encontrada para a produção na região não possa ser adaptada aos conceitos de agricultura intensiva, muito pode ser estabelecido em suas características no que tange às similaridades entre uma e outra, especialmente nos excessos cometidos ao forçar a produção em determinada área.

O cultivo na agricultura intensiva ocorre em áreas que apresentam um elevado custo da terra, ou seja, apresentam um considerável custo no preço e arrendamento da propriedade, assim como na aplicação intensiva de trabalho, capital e tecnologia. Tais medidas visam obter uma alta produtividade (ainda que momentânea) e uma maior rentabilidade do solo.

Com o encarecimento das propriedades rurais no que tange ao arrendamento e com a alternativa encontrada pelos agricultores em produzirem incessantemente em suas propriedades, tais características foram incorporadas por estes produtores agrícolas no ensaio de sanar as dificuldades apresentadas pelo mercado de terras em relação à supervalorização do valor pago pela renda da terra, ocasionado pela expansão das lavouras de cana-doce na região.

---

<sup>81</sup> Produtor rural e proprietário de terras em entrevista. Janeiro de 2010.



Tais medidas, contudo, esgotam os solos reduzindo sua fertilidade natural e capacidade produtiva, conduzem ao aparecimento de pragas e a uma rápida propagação de doenças nas lavouras, assim como requerem um intenso uso de insumos e defensivos agrícolas a fim de manter uma taxa de produtividade momentaneamente alta, apresentada como saída em relação à diminuição do tamanho das propriedades cultivadas.

Estas medidas, como exemplificamos, decorrem das dificuldades encontradas pelos produtores rurais e são apresentadas como contrapartida à diminuição da área agricultável relativa aos custos do arrendamento das terras e/ou à produção em suas propriedades.

O que tem acontecido com nois é o seguinte: a terra ficou cara, então plantamos um pedaço cada vez menor e ainda por cima plantamos quase que sem descanso, mas isso a gente tem que fazer em nossas propriedades né? Daí eu nem faço é a tal rotação de cultura direito, o que eu faço é, no máximo, intermediar o plantio de batata com milho e de vez em quando com soja e feijão. Isso prejudica o solo, daí não fixa lá os nutrientes direito e a gente tem é que usar cada vez mais fertilizantes. Mas daí aparece mais praga, dá mais doença nas lavoura e a gente tem que usar mais insumo, os tal agroquímico. O resultado disso é o que? O resultado é que aumenta o valor do que a gente gasta do mesmo jeito.<sup>82</sup>

Os custos produtivos, mesmo assim, aumentaram em relação aos ressarcimentos monetários que este modelo produtivo requer para manter uma produção equivalente aos gastos.

Tal modelo, no entanto, foi estruturado como em um rearranjo das atividades produtivas de alguns produtores rurais na região. Em nada teve relacionado a planejamento e se caracterizou em uma relativa precariedade na tomada de decisões contraposta à realidade apresentada de concorrência pelo acesso a terras agricultáveis na região.

---

<sup>82</sup> Produtor rural e proprietário de terras em entrevista. Novembro de 2009.

É preciso considerar, também, outras saídas que foram se apresentando na pesquisa à medida que esmiuçávamos todas as possibilidades encontradas pelos produtores rurais na região estudada. Vejamos na fala de um dos entrevistados:

Olha, aquele dia ocê me perguntou algo e eu fiquei pensando bastante(...) porque na hora num tive resposta, mais depois eu fui olhando, fui revendo uns negócio aqui porque to muito tempo na região e cheguei numa conclusão. Olha só: tinha terra até sobrano aqui. Sobrano assim, tinha umas terra que ninguém plantava nelas, num era muita, mas tinha. Ai o que foi acontecendo? Respondo, de uns tempo pra cá essas terra foi virando lavora. Exemplo é meu vizinho aqui, as terra dele ficava lá com uns gadinho parada, um pasto até bom, sobrava até pasto pros boi que ele tinha. Já tinha um tempo que ele plantava ai de vez em quando, era milho, de vem em quando feijão. Mas agora, as terra dele ele tá arrendando ou mesmo plantano e tá é sempre com cultura lá.

Olha, desde 99 (1999) que esse vizinho meu tá aqui. Ele trocou as terra lá longe e veio pra cá. Daí colocou um gadinho. Colocou um milho, colheu. Deixo uns dois três ano, colocou feijão, pouco feijão. Colheu tamém. Dexou mais um tempo, voltou pro feijão, isso outros 2 ano depois. Mas tem uns 3 ano que ou ele planta ou ele arrenda pros outro plantá direto. Não tá faltando tempo pra terra ficá parada.

Esses dia eu tava cunversando cum ele, ele até me contou que tá achando baum arrendá porque tá caindo uma graninha boa, como diz ele, sem fazê nada. Daí ele cuida do leite, sai, vende um queijo. É dinheiro sem preocupação. Ele num quis deixá com a cana não, mas tá muito tempo arrendano pruns povo ai.<sup>83</sup>

No conjunto das argumentações fica evidenciado que há na região, ainda hoje, terras com relativa ociosidade e baixo uso produtivo. Estas terras foram também incorporadas com mais otimização à produção agrícola do município. Outro informante, em uma conversa recente, também exemplificou que as terras ociosas foram utilizadas como alternativa dos produtores rurais na região.

Eu e muitos ai fez assim, a gente correu atrás de umas terra que tinha muito tempo que não era utilizada ou que os povo poco usava. Era aquelas terra ociosa, parada, que o povo plantava hoje, ficava um tempo parada, porque não tinha dinheiro ou porque não plantava mesmo. Muitos num tem é dinheiro né, tá todo mundo sem dinheiro, o financiamento tá difícil, daí as terra vai ficano parada. Ou então tava parada mesmo, só com um gadinho, só plantano a cada dois , três ano. A gente pegou umas terra assim. Muitas tá ruim né, tem que corrigir mais o solo.<sup>84</sup>

<sup>83</sup> Produtor rural e proprietário de terras em entrevista. Novembro de 2009.

<sup>84</sup> Produtor rural e proprietário de terras em entrevista. Novembro de 2009.

É preciso considerar, contudo, que tais terras não têm a fertilidade das outras propriedades que estes agricultores arrendavam. O que tem ocorrido é um melhor aproveitamento de terras ociosas, ou ainda, de propriedades cuja fertilidade não é tão boa quanto às até então utilizadas na região para plantio agrícola. São terras com solos pouco preparados, algumas se localizam em locais que áreas agricultáveis se entremeiam com cascalhos, ou em regiões cuja inclinação dificulta a mecanização agrícola. Vejamos

Essas terra nova a gente anda arrendando ai mas não é boa não. É que não tem jeito mesmo. Ai ocê me perguntou há pouco se então tá sobrando terra, porque a gente tá achando essas ai. Uai, tá sobrando terra ruim, isso pra todo lado tem. As terra boa o povo tá pegano tudo, pagano caro pra elas. Ai a gente fica com as ruim e tá gastano muito mais com os produto dos fertilizante e correto de solo como cal, pra fazê a calagem. Ai o que que acontece, a gente gasta mais e a produtividade ainda é menor. Tem terra? Uai, ai eu falei, em todo lugá tem terra, até nos cemitério, né mesmo? Mas terra pra plantá num tem, tá fartano. Terra boa tá fartano.<sup>85</sup>

Houve, neste caso, um ganho de área que não acompanhou, segundo o entrevistado, as expectativas produtivas em relação ao solo das propriedades arrendadas. Em tal afirmação, no entanto, cabe uma ressalva, pois comparamos o crescimento da produtividade em relação à área plantada no município, com dados entre os anos de 1990 e 2009 para as culturas de batata-inglesa, cebola, feijão, milho, soja, sorgo e trigo (conforme quadro 03). Estes dados nos revelam que não houve alterações significativas na produtividade, por área, das culturas analisadas entre os anos de 2004<sup>86</sup> e 2009.

O que certamente tem ocorrido para manter esta produtividade por área relativamente estável (ou ainda com leves crescimentos), segundo entrevistas de campo, é a utilização de uma quantidade maior de insumos e fertilizantes agrícolas nas áreas plantadas. Ou ainda, como salientamos, a questão trata-se também da

<sup>85</sup> Produtor rural e proprietário de terras em entrevista. Novembro de 2009.

<sup>86</sup> Ano em que a Destilaria inicia sua produção comercial e aumento da área plantada com cana-de-açúcar no município.

incorporação de áreas mais distantes e de difícil acesso a maquinários ao processo produtivo destes agricultores e que até então eram subutilizadas.

Neste sentido, é possível pensar que tal processo nos faz ainda compreender uma característica do capital já destacado por Karl Marx e Friedrich Engels em o Manifesto Comunista que muito se aproxima desta compreensão desterritorializante e reterritorializantes dos agentes envolvidos. Estes dois autores exemplificavam que o processo de reprodução do capital atingiria uma expansão tanto em *extensão* quanto em *profundidade*.

A primeira fase, por exemplo, consideraria o incessante agrupamento de espaços (e, a nosso entendimento, a torná-los territórios). Já a segunda fase, reordenaria justamente os modos de vida e reorganizaria territórios já consolidados em suas esferas produtivas. Estas duas características são por eles tratadas como movimentos do capital e que articulados dialeticamente conduziriam a um “espraçamento” da atividade produtiva, tornando clássica uma mobilidade, ou ainda, uma disseminação de novos moldes adaptados a esta expansão.

Ao pensarmos isso na região estudada, percebemos que a reterritorialização, assim imposta, testemunhou um rearranjo, muito mais que uma mobilidade espacial, no processo produtivo ali presente. Talvez este seja um fator a explicar as altas taxas de produtividade de grãos na região do Triângulo Mineiro, especialmente com o milho na cidade de Uberaba<sup>87</sup>, além da manutenção da produção na cidade de Ibiá em commodities como feijão, milho, soja e sorgo, por exemplo (vide quadros 1 e 2). Deste modo, mesmo ganhando áreas com a produção baixa em razão de um solo

---

<sup>87</sup> Tomamos como exemplo o município de Uberaba por se tratar de um importante pólo agroindustrial na região, e por ter recebido, nos últimos anos, investimento no setor sucroalcooleiro, com usinas e lavouras de cana-de-açúcar.

não propício agronomicamente, o cultivo em moldes de uma agricultura intensiva, como verificamos acima, também se estabeleceu e ganhou força na região.

<b>ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DE MILHO, 1ª E 2ª SAFRAS NO MUNICÍPIO DE UBERABA, MG</b>								
<b>Variável</b>	<b>Lavoura temporária</b>	<b>Ano</b>						
		<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Área plantada (Hectares)	Total (1ª e 2ª safra)	69.080	71.525	74.344	80.700	87.400	90.432	75.300
Quantidade produzida (Toneladas)	Total (1ª e 2ª safra)	393.021	402.155	453.339	442.950	532.960	584.480	489.160
Média da produtividade de toneladas por área	Total (1ª e 2ª safra)	5,68	5,62	6,09	5,48	6,09	6,4	6,4

Quadro 1: Área plantada, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio de milho, 1ª e 2ª safras no município de Uberaba, MG.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

**ÁREA PLANTADA, ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E VALOR DA PRODUÇÃO DA LAVOURA TEMPORÁRIA NO MUNICÍPIO DE IBIÁ, MG**

Variável	Lavoura temporária	Ano																			
		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Área plantada (Hectares)	Total	11.871	10.511	11.626	12.776	14.101	13.083	10.040	13.709	14.833	16.223	17.939	22.400	20.125	21.670	31.915	40.480	43.375	41.435	44.970	52.910
	Abacaxi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	5	5	5	5	5
	Arroz (em casca)	1.830	745	1.525	2.025	2.020	1.220	820	820	170	90	114	150	-	-	100	100	50	40	50	200
	Batata-inglesa	60	120	110	730	760	500	350	1.266	1.340	1.400	925	3.100	1.350	1.350	1.020	1.120	1.500	1.300	305	430
	Cebola	-	-	-	-	-	-	-	80	80	140	300	50	145	205	205	150	120	120	130	120
	Feijão (em grão)	1.000	1.300	1.000	1.270	1.370	1.400	1.100	1.250	1.150	1.500	2.200	4.150	3.700	5.200	5.200	5.800	5.800	5.000	11.050	8.900
	Mandioca	-	30	30	300	300	170	170	293	293	323	250	250	80	80	80	150	150	120	120	125
	Milho (em grão)	5.384	5.500	6.050	5.300	6.000	6.813	5.800	7.500	7.700	7.700	8.000	8.500	8.050	8.050	10.150	16.150	17.100	17.100	19.100	18.100
	Soja (em grão)	3.582	2.800	2.800	3.000	3.500	2.800	1.600	2.400	4.000	5.000	5.500	5.500	6.000	6.000	14.000	14.000	16.000	15.000	10.000	13.000
	Sorgo (em grão)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	125	125	-	-	1.500	1.700
	Trigo (em grão)	-	-	50	90	90	100	100	-	-	-	-	-	150	150	380	380	150	150	110	330
	Outras <sup>88</sup>	15	16	61	61	61	80	100	100	100	70	650	700	650	630	650	2500	2500	2600	2600	10000
Quantidade produzida	Abacaxi (Mil frutos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90	90	90	90	90	90	90
	Arroz (em casca) (Toneladas)	1.489	909	1.540	2.451	3.636	1.796	996	1.070	360	121	221	247	-	-	210	210	90	90	90	600
	Batata-inglesa (Toneladas)	1.320	2.720	2.280	16.150	17.170	12.000	8.400	31.895	35.180	33.300	22.350	82.200	34.800	34.800	24.480	26.880	45.000	39.000	10.675	13.350
	Cebola (Toneladas)	-	-	-	-	-	-	-	2.400	2.400	2.100	4.500	2.000	5.800	8.200	7.790	6.750	5.400	5.400	5.850	7.200

<sup>88</sup> Tais valores podem ter um relativo índice de variação, especialmente a partir do ano de 2004, justamente em relação às divergências entre os nossos estimativas e os dados consultados juntos ao IBGE quanto à área de plantio de cana-de-açúcar.

	continuação																				
	Lavoura temporária	Ano																			
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Feijão (em grão) (Toneladas)	640	580	390	993	1.125	1.008	720	975	2.285	2.633	4.560	8.270	7.770	10.920	9.660	11.622	11.874	10.500	23.070	16.140	
Mandioca (Toneladas)	-	540	420	4.500	4.500	2.550	2.550	4.395	4.395	4.830	3.750	3.750	1.200	1.200	1.200	2.250	2.250	1.800	1.800	1.875	
Milho (em grão) (Toneladas)	9.750	14.850	14.080	15.900	19.800	20.050	17.400	24.000	25.250	26.000	33.500	33.915	41.040	41.040	60.810	96.810	92.340	92.340	114.540	108.450	
Soja (em grão) (Toneladas)	4.308	5.040	4.788	5.400	7.350	5.600	4.800	5.040	8.400	9.000	9.900	9.350	15.120	15.120	33.600	33.600	38.400	36.000	24.000	36.400	
Sorgo (em grão) (Toneladas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	375	375	-	-	3.500	5.100
Trigo (em grão) (Toneladas)	-	-	175	378	378	540	540	-	-	-	-	-	-	720	720	1.824	1.824	720	720	495	1.584

Quadro 2: Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária no município de Ibiá, MG

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

MÉDIA DA PRODUTIVIDADE DE TONELADAS POR ÁREA EM LAVOURA TEMPORÁRIA (SELECIONADAS) NO MUNICÍPIO DE IBIÁ, MG																				
Lavoura temporária	Ano																			
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Batata Inglesa	22	22,67	20,73	22,12	22,59	24	24	25,19	26,25	23,79	24,16	26,52	25,78	25,78	24	24	30	30	35	31,05
Cebola								30	30	15	15	40	40	40	38	45	45	45	45	60
Feijão	0,64	0,45	0,39	0,78	0,82	0,72	0,65	0,78	1,99	1,76	2,07	1,99	2,1	2,1	1,86	2,0	2,05	2,1	2,09	1,81
Milho	1,81	2,70	2,33	3,00	3,30	2,94	3,00	3,20	3,28	3,38	4,19	3,99	5,10	5,10	5,99	5,99	5,40	5,40	6,00	5,99
Soja	1,20	1,80	1,71	1,80	2,10	2,00	3,00	2,10	2,10	1,80	1,80	1,70	2,52	2,52	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,80
Sorgo															3,0	3,0			2,33	3,00
Trigo			3,50	4,20	4,20	5,40	5,40						4,80	4,80	4,80	4,80	4,80	4,80	4,50	4,80

Quadro 3: Média da produtividade de toneladas por área em lavoura temporária (selecionadas) no município de Ibiá, MG.

Elaboração: FARIA, Arley Haley (2010).

É possível compreender que apenas a batata-inglesa teve uma perda significativa de área no município (conforme gráficos 4 e 5), mas que não foi ocasionada exclusivamente pela expansão das lavouras de cana-de-açúcar. Tal redução deve-se muito mais ao fato, segundo entrevistas de campo com produtores, aos riscos na produção da cultura e à grande variação no valor de comercialização do produto. Vejamos o gráfico 4 a demonstrar a redução da área plantada com batata-inglesa e o gráfico 5, exemplificando, por conseguinte, a diminuição da produção em toneladas do tubérculo no município de Ibiá.

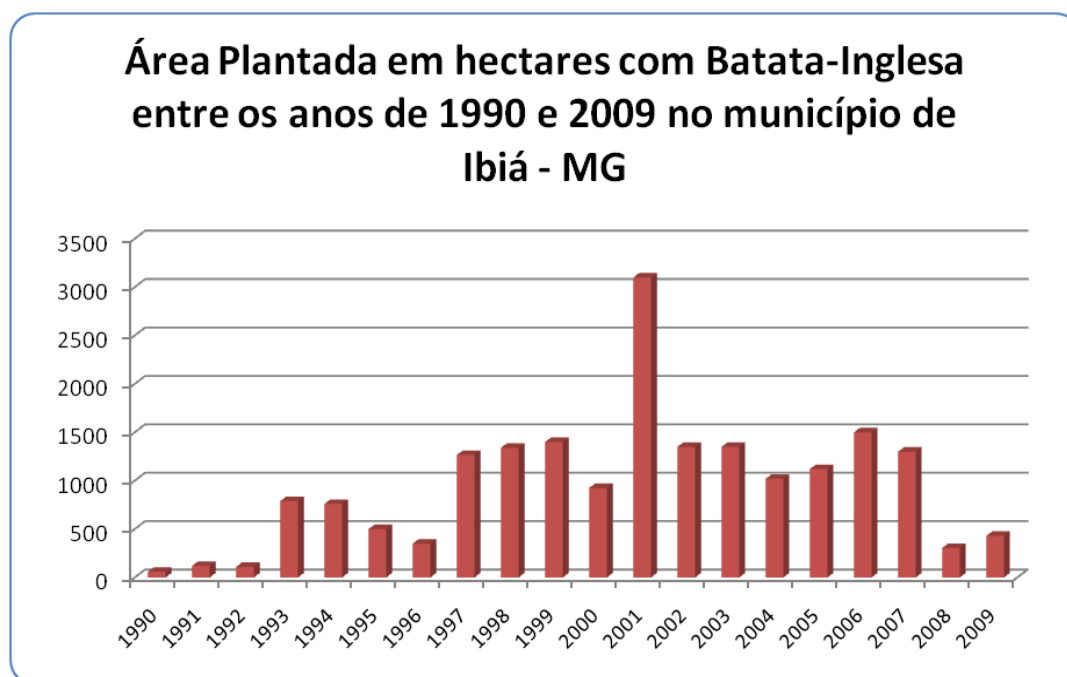


Gráfico 4: Área Plantada em hectares com Batata-Inglesa entre os anos de 1990 e 2009 no Município de Ibiá –MG.

Fonte dos dados: SIDRA, IBGE (2010).



### Quantidade Produzida em toneladas de Batata-Inglesa entre os anos de 1990 e 2009 no Município de Ibiá-MG

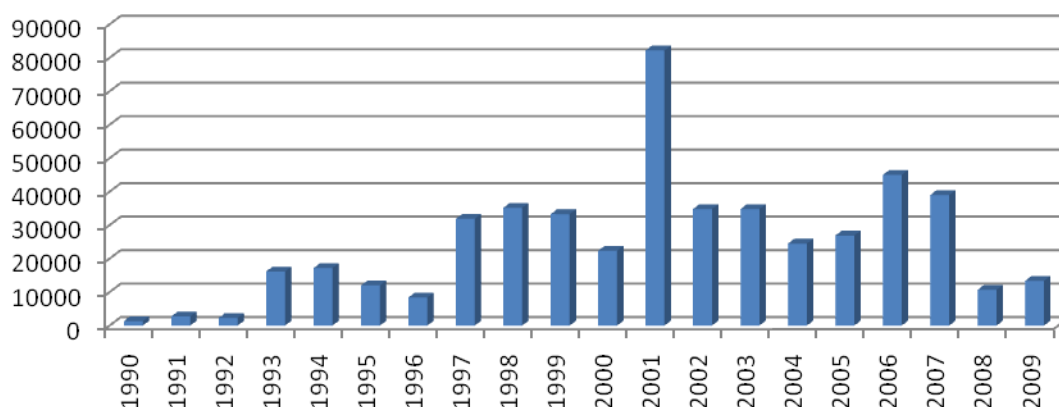


Gráfico 5: Quantidade Produzida em toneladas de Batata-Inglesa entre os anos de 1990 e 2009 no Município de Ibiá – MG.

Fonte dos dados: SIDRA, IBGE (2010).

Tal diminuição, como exemplificamos, está mais relacionada às variações no valor de preço do produto no mercado que propriamente à tomada de áreas agricultáveis na região. Vejamos a fala de um entrevistado

A gente diminuiu na batata porque tá é muito difícil ganhar nela. Daí muita gente daqui preferiu foi plantar cereais. Cê pode ver que aumentou o milho, o feijão, mas a batata diminuiu foi bastante, também porque o custo produtivo da batata é maior do que dessas cultura e, desse jeito, o risco econômico também, pois vai que na hora da colheita o valor tá baixo, aí ocê perde muito.<sup>89</sup>

É possível perceber, assim, que a expansão das lavouras de cana-doce no município reestruturou, reordenou o espaço rural ibiaense, no entanto, não eliminou outras culturas agrícolas (ainda). Outra variável a exemplificar tal afirmação é a produção de origem animal, especialmente o leite, os ovos de galinha e a lã, que tiveram, nos últimos anos, relativa estabilização produtiva, conforme pode ser verificado no quadro 4.

<sup>89</sup> Produtor de batata-inglesa, em entrevista de campo. Outubro de 2010.

<b>PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL POR TIPO DE PRODUTO NO MUNICÍPIO DE IBIÁ, MG</b>											
<b>Variável = Produção de origem animal</b>											
<b>Tipo de produto</b>	<b>Ano</b>										
	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Leite (Mil litros)	45.138	43.469	48.875	70.567	97.750	101.425	104.427	101.232	101.222	103.370	102.065
Ovos de galinha (Mil dúzias)	79	82	129	99	127	132	455	410	390	334	333
Lã (Quilogramas)	140	140	240	400	800	1.140	960	990	1.548	860	802

Quadro 4: Produção de origem animal por tipo de produto no município de Ibiá, MG.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

O leite é aqui detalhado justamente por representar uma experiência histórica do município que conta com estabelecimentos que coletam, armazenam e produzem a partir do leite.

É preciso considerar, também, que alguns produtores de leite no município e na região estudada optaram por passar seu gado para o sistema de confinamento, diminuindo, assim, a área ocupada pelos animais. Tal perspectiva se estabelece justamente no intuito de ter uma otimização da área de suas propriedades e, em casos específicos, a arrendarem parte da terra (que antes era destinada apenas ao gado em sistema extensivo), em razão do processo inflacionário que atingiu os arrendamentos de terra no município:

O gado aqui a gente confinou. Isso hoje em dia é mais fácil de cuidar, além da gente usar a terra (que antes ele ficava solto) para arrendar porque o preço anda compensando, ou mesmo a gente anda plantando nela.<sup>90</sup>

Do mesmo modo, a variável referente ao efetivo dos rebanhos, com exceção dos suínos, também não obteve grande variação no período (conforme quadro 5).

<sup>90</sup>Produtor rural e proprietário de terra em entrevista de campo. Setembro de 2010.

<b>EFETIVO DOS REBANHOS POR TIPO DE REBANHO NO MUNICÍPIO DE IBIÁ, MG</b>											
<b>Variável = Efetivo dos Rebanhos (por cabeça)</b>											
<b>Tipo de produto</b>	<b>Ano</b>										
	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Bovino	108.409	105.673	102.502	110.120	116.676	120.176	123.059	121.835	117.221	119.900	118.932
Bubalino	108	100	110	177	324	384	1.086	1.039	1.486	387	366
Suíno	4.938	5.050	5.183	4.181	5.109	5.291	5.819	5.938	2.415	2.400	2.520
Ovino	220	210	240	304	773	950	808	792	1.291	1.245	1.182

Quadro 5: Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho no município de Ibiá, MG.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

O gado bovino, por exemplo, que é o efetivo que ocupa maior área do município, teve ligeira variação entre os anos de 2004 e 2009. Os bubalinos sofreram uma diminuição no número de cabeças considerável, no entanto, tal explicação refere-se, conforme verificamos em visitas a campo, de empreendimentos isolados que não obtiveram sucesso financeiro no município.

Em uma análise mais aprofundada da produção agropecuária em Ibiá percebemos que a expansão das lavouras de cana-doce interferiu no processo de reocupação de áreas e investimento de tecnologia e capitais nas propriedades tradicionais. Neste processo, para os que incorporaram novas terras e novas praticas produtivas não houve eliminação de suas culturas tradicionais. Tal situação revela uma concorrência imensamente mais aprofundada nas áreas em que as condições naturais e infraestruturais favoreciam a reprodução do capital sucroalcooleiro, podendo, a usina, operar sem custos adicionais e principalmente usado em seu benefício todo um espaço palatável aos seus interesses. Desse modo, o processo de territorialização/desterritorialização presente precisou de mediações para ser decifrado e desse modo ajudar a desmistificar a tese de que houve, neste caso específico, a eliminação culturas agrícolas tradicionais e, por assim dizer, de produtores rurais na região.

Tal relação fez sucumbir proprietários de terras e principalmente produtores rurais que, para se manterem, desenvolveram forçosamente estratégias, rearranjadas a partir de suas relações sociais e de produção. Houve, portanto, movimentos de reterritorialização que nos fizeram avançar na compreensão de que tal processo não se explica exclusivamente pelo acesso ao espaço e constituição de territórios, mas de estratégias para que se realize tal feito.

Do mesmo modo, tais estratégias são perpetradas no convívio social e na produção, estabelecendo as mais variadas relações produtivas. Um exemplo que pode ser considerado é justamente a aplicação das técnicas de agricultura intensiva nas propriedades dos produtores rurais e a diminuição do período destinado ao pousio da terra, pois ao utilizarem de técnicas produtivas intensivas percebemos o ganho de produtividade a custa de uma utilização de insumos e agroquímicos em grandes quantidades; e em decorrência da produção rompem o ciclo de pousio, ou ainda, produzem em terras em que não há uma efetiva rotação de culturas.

Esta dimensão condiciona a produção agrícola cuja reterritorialização serve não para criar, mas para rearticular e reinventar, na perspectiva do novo, territórios de oposição as imposições que vem dos capitais sucroalcooleiros. No limite da discussão, estes territórios correspondem à reocupação de espaços existentes, mas que nesse processo foram reestruturados... reterritorializados, por sujeitos sociais que não conseguiram suportar a concorrência vinda das grandes lavouras. Nisto reside a supressão, ou ainda, a relativização da intensa mobilidade acenada por teóricos da Geografia que se dedicam ao estudo do território, como Haesbaert ou Sack, ou ainda na fluidez da sociedade-rede proposta por Castells.

Isto significa que há mobilidade, e ainda que devemos fazer desta situação um processo importante para pensar o território. A mobilidade em termos da

territorialização exerce características notáveis. Só apresentamos, contudo, uma relativização ao discurso que faz desta uma propriedade onipresente na sociedade atual e nas relações sociais, culturais e econômicas atingidas por conflitos que exijam reterritorializações de grupos e/ou agentes.

Este fator nos faz pensar nas ações que resultam da habilidade, ou técnica, que muitos destes produtores, mesmo em ações embaraçadas, utilizam para sanar ou relativizar problemas conexos à disputa pelo acesso às terras agricultáveis.

Migram, produzem em espaços (territórios) agora reduzidos ou modificam suas técnicas produtivas, mas mantêm uma relativa ocupação e domínio territorial sobre as áreas que consegue produzir capitalisticamente. A chegada e expansão das lavouras de cana-de-açúcar na região estudada, assim como a concorrência estabelecida no trato com a terra não os fez perder (ainda), mas imediatamente demudar a ação de domínio sobre o espaço. Quer seja: reterritorializar-se!

Como uma capacidade de construção humana, percebemos não uma redenção, mas uma adaptação que resulta da habilidade, da técnica a forçar incessantemente um domínio sobre o espaço em arranjos, estruturas e produção que se dá justamente pela relação entre indivíduo/coletividade e espaço.

Esta reterritorialização, assim dialética em seu movimento, permanece concebendo, engendrando, concatenando as transformações que se apresentam e gerando uma nova ocupação, uma posse, um sinal, uma marca característica dos novos e/ou transformados usos. Entre a ocupação e a posse estrutura-se toda uma produção naquele espaço, que em alguns casos é lenta, mas profunda, perceptível, mas sutil, enraizada e concretamente conflitante.

É o mesmo mecanismo, assim, que justifica a reterritorialização dos produtores rurais e que estabelece a aceitação (ou acomodamento) do empreendimento sucroalcooleiro na área estudada:

Olha, esse povo [o entrevistado fala da Destilaria Planalto] chegou né. Veio devagarinho, ganhando espaço, todo mundo criticava que ia ser ruim. Pra uns foi ruim mesmo, né, mas sabe que ninguém anda falando mais. Agora já é realidade né, num tem como tirar eles de lá mais, o que restô pra gente agora é acostumá, arrumá outras saída. Veio muita gente de fora né, mudou muito a cidade. Tem povo de tudo que é canto trabalhando lá, uns gosta, outros não, uns num sabe se gosta e num sabe se num gosta, só trabalha porque tem que trabalhar. Já fixaram né, aqui.<sup>91</sup>. [grifo nosso]

É certo, assim, que o próprio processo de territorialização, ou seja, construção dos territórios, só é completo se vir acompanhado de tal aceitação, quer seja, de uma alienação territorial. É responsável, então, pelo enraizamento e aprofundamento do território na coletividade que o permeia.

Contudo são considerações preliminares que nos fazem compreender que a concorrência em relação às terras agricultáveis e as conseqüências que esta concorrência trouxe no espaço rural Ibiaense intensificaram o calibre de otimização do território em que se estabelece uma tríade: ocupação, posse e uso. Caminha-se, portanto, à uma complementaridade da efetiva (re)produção do território.

Neste sentido, uma relativa ociosidade (do ponto de vista capitalista) em certas terras do município tem sido cada vez mais minada, com toda uma atitude “expansionista” a cargo (inclusive com custos elevados) dos produtores rurais ali presentes. Havendo, então, uma captura de um espaço/propriedade subaproveitado, intensificando no novo uso o fortalecimento de uma ação de territorialização; ou mesmo neste caso específico, de reterritorialização.

---

<sup>91</sup>Produtor rural e proprietário de terra em entrevista de campo. Novembro de 2009.

Houve mais que uma ocupação, houve trabalho, uso, consciência e o principal: emprego de capital. Este emprego de capital, necessário, em alguns casos dificultaria a própria permanência de alguns produtores rurais:

Ficô difícil porque eles pegaram as terras já boa, a gente que anda tendo que gastar pra torná outras terra boa pra produzir. O gasto no fim ficou com a gente, aplicando insumo, defensivo, muito adubo. Tá todo mundo é pensano nisso ultimamente, na tal da otimização. É melhorá as terra, produzi mais, colhê mais em espaço menor pra otimizá, e ai sim compensá o capital investido. É por isso que a gente tem falado na agricultura de precisão, em máquina nova que tem chegado né, pra colhê, plantá, identificá as área boa, as ruim, a produção por área. Agora o pensamento tem mudado pra todo mundo né, não é só solo, só trabalho, é máquina, é investimento na tecnologia, né mesmo?<sup>92</sup>

A relação territorialização x reterritorialização tem, portanto, maiores aprofundamentos que a simples explicação baseada na tomada de um espaço, restrição de acesso, e uma reocupação de novo espaço, envolvido ai dois ou mais agentes sociais distintos. É uma relação sociedade-espaço que se estabelece, portanto, em formas de uma articulação social complexa, pois por trás de qualquer ocupação, tramas sociais, vontade, posições políticas, ou simplesmente a necessidade de uso de determinado espaço, se confundem e se relacionam em movimentos incessantes.

Ousamos inclusive a afirmar que na área de estudo, na formulação territorialização x reterritorialização, nada (ou muito pouco) é efêmero. São complexidades em que diversos territórios se entrecruzam, desmancham e são desmanchados para reterritorializar-se; e utilizam, portanto, funções que se estabelecem na técnica e em diversas formas de arranjo, permitindo por isso a intervenção rápida sob a batuta de novas e eficientes territorialidades (estratégias de (re)ocupação).

---

<sup>92</sup>Produtor rural e proprietário de terra em entrevista de campo. Fevereiro de 2010.

Neste contexto um entrelaçamento entre os atores objetos deste nosso estudo se faz necessário. Estes novos territórios e territorialidades se estruturam, portanto, com a chegada e expansão da Destilaria no município. Como vimos, talvez a estratégia de territorialização deste empreendimento só tenha sido efetivamente possível a partir da “aceitação” resignada (por parte da população e até mesmo dos produtores rurais e proprietários de terras na região) de sua expansão em forma de lavouras de cana-de-açúcar na área rural do município.

Aos produtores rurais couberam novas formas de produzir, reorganizando, portanto, suas práticas sociais, inclusive em outros territórios. É a partir de imposições mais fortemente estabelecidas, principalmente, a partir do poderio econômico e estratégico da destilaria estudada que o espaço passa a ser reocupado, rearranjado, por vários sujeitos sociais. Tal poderio econômico e estratégico, no entanto, capaz de reestruturar espacialmente um município, deu sinais de não ser tão articulado como aparentava, e a expansão espacial das lavouras de cana-doce na área estudada se contrapôs aos inúmeros problemas econômico/financeiros enfrentados pelo empreendimento.

Se o empreendimento se incorporou ao cotidiano da população do município e hoje é compreendido como parte e não mais como algo novo, estranho e por isso contestável, as ações praticadas em nome da destilaria são, no cotidiano, vivenciadas e, principalmente, discutidas a todo o momento. São principalmente ventiladas as notícias que dão conta dos compromissos financeiros descumpridos, das dívidas e da reestruturação em setores que prestavam serviços ao empreendimento.



#### **4.2. O avanço espacial das lavouras de cana-de-açúcar e o “contraditório”(?) da expansão capitalista.**

As pesquisas a campo foram muitas. Em certos casos, voltávamos à mesma região e dialogávamos com o mesmo entrevistado um incontável número de vezes. A pesquisa construiu-se, notoriamente, em insistências. Nestas inúmeras passagens e visitas algumas informações repetiam-se com certa constância entre os mais diversos envolvidos em relação ao empreendimento estudado: produtores rurais, funcionários, prestadores de serviços, dentre outros.

Tais informações, em conjunto, pareciam delinear uma característica marcante – e talvez momentânea – pela qual passava o empreendimento: uma séria dificuldade financeira.

Os argumentos utilizados eram basicamente os mesmos, exemplificando o não pagamento, por parte da destilaria, de compromissos financeiros. O problema abarcava a todos os envolvidos e que eram credores do empreendimento, em formato de salário e pagamento por serviços prestados e/ou mercadorias e produtos vendidos. Vejamos o depoimento de um dos entrevistados

Tem gente lá que não recebe já tem 67 dias, e agora que a usina procurou eles pra negociá. Diz que vai pagar uns 15 a 20 dia agora, mês que vem quita o resto. Enquanto eles nun tava pagano os fornecedor, era até entendível, tá com dificuldade... esses trem, mas quando começa a dexá de pagá os funcionário é porque a crise já instalô.<sup>93</sup>

A fala do pesquisado acima corrobora com outro depoimento, desta vez de um prestador de serviço vinculado ao empreendimento, quando este nos confidenciava os problemas enfrentados em relação aos pagamentos a que, segundo ele, tinha direito e há meses não recebia:

---

<sup>93</sup> Funcionário terceirizado. Abril de 2009.

Já to cheio de cheque deles. Tô cuma pilha nas mão. Nem tá tendo jeito de protestá, eu acho que se protestar eles não vão é pagar a gente rápido. Daí o que to fazendo é ir lá, tentar negociar, mas tá complicado, porque eles ficam jogando pra frente, pra frente e a gente tem gasto. Eu trabalho lá é puxando gente pra roça, eu levo o povo pra roça pra trabalhar. Arrumei ônibus,<sup>94</sup> gasto com gasolina, ponho ele na estrada todo dia, mas não recebi.

De fato, havia vários parceiros em contrato de prestação de serviços com a usina. Segundo informações de campo, muitos donos de ônibus reformaram seus veículos, ou ainda adquiriram novos para se adequarem ao transporte dos trabalhadores exigido pelo Ministério do Trabalho, e que, tempos depois, estavam com meses de pagamentos atrasados.

Tais acontecimentos ocorreram nos anos de 2008, 2009 e 2010, principalmente. À medida que pesquisávamos, contudo, uma dúvida se apresentava latente: como um empreendimento que não cumpre com obrigações trabalhistas, tem dificuldades em pagar fornecedores e prestadores de serviços, avançava consideravelmente em área plantada (como demonstrado no gráfico 06) com cana-de-açúcar em uma expansão territorial considerável, empreendendo grandes quantias no trato com a terra e em valores pagos em forma de arrendamento?

---

<sup>94</sup> Parceiro, prestador de serviço da destilaria. Abril de 2009.

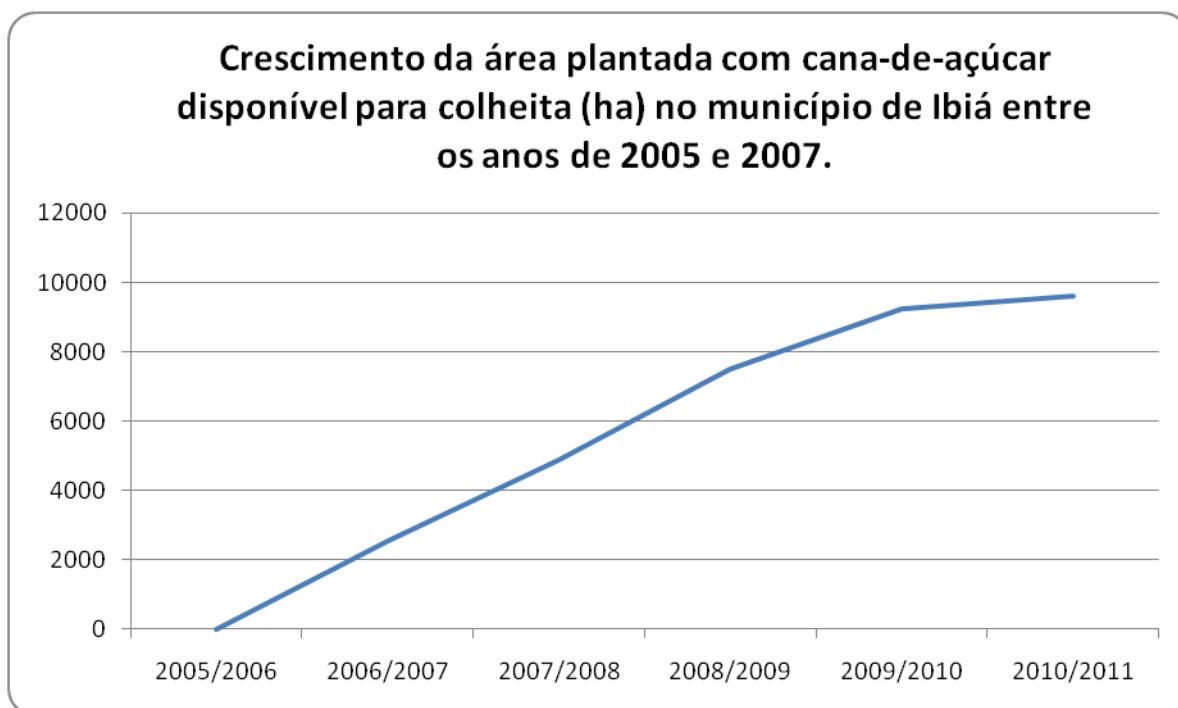


Gráfico 6: Crescimento da área disponível para colheita (ha) no município de Ibiá entre os anos de 2005 e 2007.

Fonte dos dados: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Pesquisa de campo.

Elaboração: FARIA, 2010.

A esta pergunta, dedicamos alguns dias de questionamentos e respostas.

De fato, os credores eram muitos. Tantos que iniciamos uma pesquisa, junto a comarcas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para pelo menos tomar conhecimento de algumas das dívidas do empreendimento. Tal abordagem foi necessária uma vez que não poderíamos, neste caso, ficar ao cargo apenas das informações das entrevistas de campo. Era preciso confirmar, pelo menos de maneira formal, que tais informações realmente procediam.

Antes, contudo, cabe a ressalva de um dos entrevistados de que as dívidas, nem todas, foram cobradas em Juízo. Muitos aguardavam, quando do momento das entrevistas, a resolução por vias de acordo entre as partes.

Dentre os credores, encontravam-se padarias, reformadoras de pneus, revendas de máquinas agrícolas, financeiras, laboratórios de análise de solo e foliar,

revendas de fertilizantes, indústrias e estabelecimentos comerciais de equipamentos para segurança, prestadores de serviços nas áreas de agricultura de precisão e de montagem de equipamentos industriais, empresas de irrigação, comércio e indústria de equipamentos industriais, imobiliárias, empresas de locação de mão-de-obra, estabelecimentos comerciais de eletrodomésticos, empresas ligadas à manutenção e engenharia industrial, transportadoras, distribuidoras, o Estado (em dívidas com a Fazenda Pública e multas de órgãos ambientais, por exemplo) dentre outros.

Com a finalidade de demonstração, criamos um gráfico dos processos e valores cobrados em justiça do empreendimento, pesquisados até a data de março de 2010<sup>95</sup> nas comarcas dos municípios de Ibiá e Araxá.<sup>96</sup>

---

<sup>95</sup> Mesmo sendo dados de livre acesso à consulta pública, consideramos por bem suprimir os nomes dos exeqüentes (onde aparecem, no lugar do nome, a expressão XXXXXXXXXXXXXXXX), respeitando, assim, sua privacidade. Consideramos por bem, contudo, manter o nome dos exeqüentes quando se tratam de órgãos do Estado.

<sup>96</sup> Os nomes diferenciados para a empresa, como Destilaria Planalto, Agropecuária 2C e Planalto Agroindustrial tratam-se de empresas do mesmo grupo, e no decorrer do texto temos tratado como o empreendimento, e não as empresas em separado. São, portanto, parte da destilaria, e ao que chegamos à conclusão tomando por base os trabalhos de campo, é que o desmembramento só ocorre devido às facilidades de acesso à crédito e/ou gerenciamento empresarial tendo-se empresas especializadas nos setores e atividades que exercem. Trata-se, portanto, de um grupo, a que neste trabalho temos tratado simplesmente como destilaria e/ou usina.

**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS E VALORES COBRADOS DAS  
EMPRESAS DO GRUPO PLANALTO NAS COMARCAS DO TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DOS MUNICÍPIOS DE IBIÁ E ARAXÁ – MG**

**Destilaria Planalto em Ibiá**

Exeqüente	Valor em Reais
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	5.000,00
XXXXXXXXXXXXXX	39.798,53
FAZENDA PÚBLICA FEDERAL	111.808,41
XXXXXXXXXXXXXX	210.747,30
ESTADO DE MINAS GERAIS	11.256,24

**Destilaria Planalto em Araxá**

Exeqüente	Valor em reais
ESTADO DE MINAS GERAIS	1.065,26
ESTADO DE MINAS GERAIS	13.183,48
XXXXXXXXXXXXXX	5.381,28
XXXXXXXXXXXXXX	5.398,00
XXXXXXXXXXXXXX	30.000,00

**Planalto Agroindustrial em Ibiá**

Exeqüente	Valor em Reais
XXXXXXXXXXXXXX	13.736,08
XXXXXXXXXXXXXX	35.631,81
XXXXXXXXXXXXXX	59.400,00
XXXXXXXXXXXXXX	32.000,00
XXXXXXXXXXXXXX	19.178,87
XXXXXXXXXXXXXX	116.126,77
XXXXXXXXXXXXXX	30.800,00
XXXXXXXXXXXXXX	22.975,06
XXXXXXXXXXXXXX	99.737,55
XXXXXXXXXXXXXX	69.371,00
ESTADO DE MINAS GERAIS	128.675,12
XXXXXXXXXXXXXX	20.213,32
XXXXXXXXXXXXXX	382.768,13
ESTADO DE MINAS GERAIS	704.367,06
XXXXXXXXXXXXXX	7.196,65
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A	33.329,26
ESTADO DE MINAS GERAIS	357.489,93
XXXXXXXXXXXXXX	100.793,02
ESTADO DE MINAS GERAIS	162.669,52
XXXXXXXXXXXXXX	69.043,87
XXXXXXXXXXXXXX	33.730,52
ESTADO DE MINAS GERAIS	142.450,04
XXXXXXXXXXXXXX	55.588,00

<b>Planalto Agroindustrial em Araxá</b>	
Exeqüente	Valor em reais
XXXXXXXXXXXXX	20.456,42
XXXXXXXXXXXXX	59.796,63
XXXXXXXXXXXXX	83.069,23
XXXXXXXXXXXXX	26.469,57
XXXXXXXXXXXXX	29.357,73
XXXXXXXXXXXXX	7.669,71
XXXXXXXXXXXXX	8.373,95
XXXXXXXXXXXXX	30.000,00
XXXXXXXXXXXXX	114.468,52
XXXXXXXXXXXXX	25.098,96
XXXXXXXXXXXXX	12.200,60
XXXXXXXXXXXXX	12.127,73
XXXXXXXXXXXXX	277.637,97
XXXXXXXXXXXXX	4.772,72
XXXXXXXXXXXXX	1.754,00
XXXXXXXXXXXXX	10.154,45
XXXXXXXXXXXXX	5.268,65
XXXXXXXXXXXXX	4.397,71
XXXXXXXXXXXXX	223.373,95
XXXXXXXXXXXXX	28.628,01
<b>Agropecuária 2C em Ibiá</b>	
Exeqüente	Valor em reais
XXXXXXXXXXXXX	116.200,00
XXXXXXXXXXXXX	210.747,30

Quadro 6: Quadro demonstrativo dos processos e valores cobrados das empresas do grupo planalto nas comarcas do Tribunal de Justiça dos Municípios de Ibiá e Araxá – MG,  
 Fonte dos dados: Tribunal de Justiça de Minas Gerais – disponível em: [www.tjmg.gov.br](http://www.tjmg.gov.br)  
 Elaboração: FARIA, 2010.

Tal situação nos fez pensar o papel da produção capitalista de investimento e retorno de capital. Ora, em uma sociedade cujo modo de produção baseia-se na troca monetária de mercadorias, trabalho e salário regulamentado por moeda corrente, é contraditório o não cumprimento de uma destas etapas e, ainda assim, continuar a expandir-se. Tal expansão, inclusive, está relacionada a uma expansão espacial e uma ocupação efetiva do território.

Hilferding já afirmava que “na produção capitalista, a reprodução pode ter lugar de forma imperturbável tanto em escala simples, como em escala ampliada, somente se mantendo tais proporções” (apud Rosdolsky, 2003, p.29). Em uma interpretação sem maiores aprofundamentos, podemos afirmar que a síntese de sua

afirmação exemplifica que, para ele, a manutenção proporcional e regulamentada entre os setores da produção é cogente, necessária e indispensável até, para a expansão do capital.

Esta afirmação exemplifica muito justamente que a expansão do setor sucroalcooleiro no município estava (ou está) articulada a aspectos conflitantes se analisarmos toda a sua produção, ou seja, o empreendimento expandia-se em área desarticulado com setores que aparentemente deveriam embasar tal expansão. Assim, os serviços, maquinários e trabalhos não remunerados, necessários na reprodução capitalista do empreendimento, apresentam-se desconexos da sua expansão em área, mas todos são, invariavelmente, parte de um todo.

Neste sentido, pensamos que o “sucesso” do avanço espacial das lavouras no município em muito deve ao não cumprimento dos compromissos financeiros, que em certa medida viabilizam a aquisição de novas propriedades em formato de arrendamento e em uma canalização de investimentos neste setor em detrimento de outros que são, nestas circunstâncias, desfavorecidos.

Estes acontecimentos, como delimitamos, é de conhecimento de grande parte da população do município, especialmente daqueles que tratam ou tem seu cotidiano diretamente ligado ao empreendimento. Muitos consideram, inclusive, tratar-se de uma crise.

Tá em crise. A usina não deu conta não. Cresceu demais e não tá dando conta de manter a produção, de pagá todo mundo. Deu o passo maior que a perna, ou alguma coisa lá tá acontecendo. Não sei se num tá conseguindo vender o álcool, se o valor tá baixo, mas eles não tão pagando ninguém. Tá todo mundo indo lá cobrar direto. Isso é tá em crise.<sup>97</sup>

A esta interpretação, caberá aqui algumas ressalvas, que de certa maneira tem o intuito de descortinar uma eventual crise cuja ação não seria intencional. Marx

---

<sup>97</sup> Parceiro, prestador de serviço da destilaria. Setembro de 2009.

em o Capital vai definir as crises como “soluções momentâneas violentas das contradições do modo de produção capitalista”. Ora, a este entendimento soma-se a interpretação de que, para ele, a crise é sob certa ótica uma forma que o sistema capitalista de produção concebe a fim de superar suas próprias contradições, sejam elas em escalas reduzidas ou ampliadas da reprodução capitalista, cujo intuito final é sempre a perspectiva de dar novas condições para a acumulação. Em nosso caso, temos ainda uma intervenção e/ou apropriação direta do espaço.

Marx expressaria ainda que a crise estruturar-se-ia na desunião momentânea de elementos articulados, onde tais elementos confundem-se com o próprio sistema capitalista. Assim, a crise apresenta-se justamente como solução, um solvente destes elementos articulados, a fim de solucionar as contradições presentes no próprio capitalismo. Ela não é, portanto, um “desarticulador” do capital. É parte dele.

Isso pode ser percebido em os Grundrisse, Teoria da Mais Valia e o Capital (MARX, 1980, p.930)

Se, por exemplo, compra e venda – ou o movimento da metamorfose da mercadoria – configura a unidade de dois processos, ou antes o decurso de um processo por meio de duas fases opostas, sendo na essência portanto a unidade de ambas as fases, esse movimento é também na essência a separação delas e a afirmação recíproca de independência. Mas, uma vez que estão interligadas, a afirmação de independência das fases vinculadas só se pode patentear de maneira violenta, como processo destrutivo. É justamente nas crises que sua unidade se manifesta, a unidade de elementos opostos. A independência recíproca assumida pelas duas fases conjugadas e complementares destrói-se à força. A crise, portanto revela a unidade dos elementos que passaram a ficar independentes uns dos outros. Não ocorreriam crises se não existisse essa unidade interna de elementos que parecem comportar-se com recíproca indiferença.

Chegamos a pensar em certo momento do trabalho que esta expansão seria embasada, portanto, como um mecanismo de formas não-capitalistas de produção inseminados em relações de acumulação de capital. Abandonamos tal compreensão, justamente ao percebermos que no seio da reprodução capitalista



está justamente a capacidade de articulação dialética em movimentos, não necessariamente com aquilo que parece ser contrário a ela.

No âmbito do espaço, tais contradições e crises foram incorporadas (tomando-se por referência nosso objeto de estudo) levando-se em consideração a necessidade de incorporação e uso do território. É no espaço, obviamente, e a partir da necessidade de torná-lo território, o mecanismo que mais influenciaria a reprodução capitalista do empreendimento. Certamente é este o motivo que fez com a destilaria tomasse cuidado ao tratar o pagamento devido em relação ao arrendamento das propriedades.

O povo lá tá pagando direitinho só o arrendo, pelo que ouvi falar. Só as terra e os dono das terra anda recebendo.<sup>98</sup>

O espaço rural, mais especificamente as terras que o empreendimento tinha a necessidade de torná-las parte territorial de sua expansão, foi minuciosamente cuidado. Afirmamos com toda a convicção que a terra – ou mais precisamente o acesso irrestrito a ela – é certamente a base econômica, financeira e porque não dizer social, a sustentar o empreendimento.

---

<sup>98</sup> Parceiro, prestador de serviço da destilaria. Setembro de 2009.

## CONSIDERAÇÕES DA PESQUISA

*Nos acontecimentos, sim, é que há destino: Nos homens, não  
- espuma de um segundo...  
Se Colombo morresse em pequenino,  
O Neves descobriria o Novo Mundo.  
Mário Quintana*

## 5. CONSIDERAÇÕES DA PESQUISA: REFLEXÕES SOBRE A MOMENTANEIDADE.

*No fim tu hás de ver que as coisas mais leves são as únicas  
que o vento não conseguiu levar:  
um estribilho antigo  
um carinho no momento preciso  
o folhear de um livro de poemas  
o cheiro que tinha um dia o próprio vento...*

*Mário Quintana*

Do momento inicial da pesquisa até agora, no instante em que encerramos a escrita da dissertação, os acontecimentos se acumularam. A dinâmica entre tempo e espaço, estabelecida em movimentos que se interpenetravam aparecia, a todo o momento, “implorando” atenção, campo... e ordem em nossa interpretação.

É preciso considerar, no entanto, que muitos dos acontecimentos em nossa área de estudo, mesmo aqueles que eram diretamente interessantes aos objetivos de nossa pesquisa, podem não terem sido incorporados nesse trabalho. As razões são muitas, mas destaca-se para isso a própria dinâmica destes acontecimentos, além da infinidade de fatos mais ou menos importantes que ocorreram quase que sobrepostos uns aos outros e em constâncias surpreendentes.

Aquilo que conseguíamos apreender foi incorporado no decorrer de nosso trabalho e que agora chega ao fim com uma única certeza evidente: faltam, ainda, perguntas e respostas a serem efetuadas. O que temos é um cenário momentâneo em constante mudança e, como já exemplificamos, em movimentos coordenados entre tempo e espaço, a deixarem novamente marcas, resíduos... que serão transmutados, incorporados e condicionarão novas ações.

É o movimento característico das sociedades humanas a se repetir, como em qualquer outro local no mundo, apenas com características, práticas e estratégias diferentes entre estes espaços.

Quanto à estrutura do trabalho, gostaríamos de deixar claro tratar-se de um trabalho geográfico. Talvez esta preocupação tenha sido exagerada e tenha transparecido no decorrer deste texto essa nossa mais clara intenção. Para isso, desde o início da dissertação os conceitos-chaves da Geografia batalham campo neste trabalho, a determinarem os caminhos teórico-metodológicos tomados pela pesquisa.

Espaço, Paisagem e Território foram os principais conceitos que contribuíram para com as respostas que buscamos, e para com a interpretação de nossa problemática neste estudo em que nos propusemos analisar o processo de territorialização de um empreendimento privado no município de Ibiá, na região do Triângulo Mineiro.

Deste modo, focamos nas relações estabelecidas com o intuito de efetivarem este empreendimento na região, especialmente uma efetivação que condicionasse sua reprodução econômica. Demonstramos que este empreendimento nada mais é que uma nova reocupação de um espaço que há muito sofre interferências do capital agrícola nacional e internacional.

Não é uma ação nova (tratando-se da gênese de uma ocupação efetiva do território com características de uma produção capitalista), mas uma reterritorialização com a chegada de novos sujeitos poderosos economicamente, mas que obviamente contribuiu para modificações mais ou menos profundas nas relações sociais e de produção até então vigentes.

Estes empreendimentos vieram substituir outros em um processo nítido de sobreposições, que culminaram em desterritorializações/reterritorializações no município.

Demonstramos isso no primeiro capítulo deste trabalho, exemplificando com marcos econômicos presentes em cada momento da história recente da área estudada, como com a instalação de uma fábrica da Nestlé em Ibiá e o ordenamento econômico do espaço rural no município, a tornar a produção até então insipiente em uma produção com característica empresarial e, por isso, mais dinâmica.

Este projeto, como vimos, foi o primeiro grande projeto que atinge o município e força a estruturação em moldes capitalistas da produção agrícola de produtores rurais que não estavam acostumados, até então, a produzirem em quantidade para um mercado exigente de matéria-prima a fim de transformá-la em mercadoria.

O leite produzido na década de 1960 que até então era utilizado para auto-consumo, em pequenas trocas por outras mercadorias, ou ainda em pequenos comércios no próprio município, passa, de súbito, a ser transformado na fábrica de leite em pó da Nestlé e ganha mercados em regiões distantes. O produtor fora transformado em fornecedor de matéria-prima e “obrigado” a se adequar à uma lógica produtiva empresarial. Teve não apenas modificada a produção, como também modos de vida em ambientes característicos do seu cotidiano.

Foi, portanto, o projeto pioneiro que reestruturou profundamente o campo no município de Ibiá.

Anos mais tarde, como vimos, outro projeto de grandes proporções também chega a terras do município. Trata-se do Plano de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba que, como vimos, contribuiu para que as relações produtivas do município se aprofundassem em lógicas produtivas voltadas ao mercado.

Tempos depois, em meados dos anos 2000, quando a produção no campo Ibiaense já estava estabelecida e pautava-se em uma diversificação considerável, com *commodities* como soja, milho, feijão, batata, e mesmo gado de corte e leite, um novo projeto estruturou-se, modificando novamente o campo no município. Com a chegada da destilaria para produção de álcool hidratado e, por consequência, com a expansão das lavouras de cana-de-açúcar, o que então se conhecia como espaço rural no município modificou-se profundamente.

Mais que isso, tais modificações reorganizaram, também, outros aspectos relacionados ao espaço agrário do município, como as relações sociais de produção, o acesso à terra, relações de trabalho e, como exemplificamos, o valor pago pelo preço e pelo arrendamento da terra.

Demonstramos tais modificações a partir da leitura de um conceito geográfico e de suas variações que, pretendíamos, respondesse justamente o avanço do empreendimento embasado em relações bastante otimizadas, a utilizarem, por exemplo, poder e influência para facilitar o acesso a estes espaços produtivos. Tais conceitos foram o de território, territorialidade e territorialização, tratados com especial atenção em nosso segundo capítulo.

Neste capítulo nos dedicamos além da discussão metodológica, à exemplificação de como isso ocorria na prática, e como o empreendimento tomava para si, espaços, já territórios em um processo de desterritorialização para poder (re)territorializar-se.

Os mecanismos para isso foram muitos, e iam desde facilidades econômicas repassadas a proprietários de terras à utilização de influência a facilitar o acesso deste empreendimento à terra, tão importante pois deveria receber a expansão das

lavouras de cana-de-açúcar e, por conseguinte, o aumento e manutenção da produção do álcool pela destilaria.

Aumento do valor pago em forma de arrendamento ao proprietário de terras e o próprio jogo no estabelecimento dos contratos destes arrendamentos, foram algumas das estratégias territorializantes do empreendimento. Soma-se a isso, a facilidade de acesso a créditos governamentais, dentre outros fatores.

Para uma efetivação deste processo de expansão, outros produtores rurais, que na prática comportavam-se como concorrentes no acesso às terras agricultáveis, se viram obrigados a se adaptarem e a modificarem a forma como produziam.

Sofreram, a princípio, com esta concorrência, pois menos capitalizados, encontraram dificuldades em pagar mais pelo arrendamento e, por consequência, pelo acesso à terra para produzir. Encontraram outras saídas, mas como vimos o custo também aumentou, pois passaram a produzir de forma intensiva, gastando mais com insumos e defensivos agrícolas.

Tratou-se de um nítido processo de desterritorialização e reterritorialização, mas como fora por nós trabalhado, coube uma crítica à utilização destes conceitos, que têm sido pensados no seio das Ciências Humanas e encarados como se apresentassem bastante fluidez. Ao contrário, o espaço pode comportar-se de forma em que a desterritorialização seja vista, na pós-modernidade, como uma característica eminente, mas há, no entanto, tramas e estratégias para minimizá-las... suplantá-las até e isso foi feito, se não coordenadamente, de súbito pelos produtores rurais no município de Ibiá.

Os desenraizamentos, defendidos por teóricos que tratam deste conceito, podem não ser tão aprofundados como defendem, especialmente quando o espaço imediatamente adjacente comporte mudanças e acomodações. Há que se considerar, no entanto, que o poder do “outro” tende a provocar este processo. Há em Ibiá uma situação de ameaça territorial que se concretiza inclusive pelo que representa a destilaria/usina.

A explicação sobre isso pode ser percebida em nosso quarto e último capítulo. Os discursos que defendiam que a diminuição das culturas agrícolas no município foi decorrente da expansão das lavouras de cana-de-açúcar foi por nós relativizado, pois há nos sujeitos sociais, sob as cominações, ações e reações para ocuparem, (re)cuparem outras áreas. Nesse movimento as imposições são de ordem tecnológica. De fato, a expansão do empreendimento e por consequência das lavouras de cana-doce reestruturou o espaço e a produção de culturas no município, mas ainda não se pode dizer que houve uma diminuição das culturas tradicionais em razão desta expansão. O que verificamos foi um rearranjo por parte dos produtores no acesso à terra e o principal, na forma como nela produzir e na sua otimização.

O que certamente tem chamado à atenção neste trabalho é a clareza de como a terra é tratada como mercadoria e ao mesmo tempo, como meio de produção e até mesmo como matéria-prima. A concorrência trabalhada para se ter acesso à ela exemplifica tal afirmação.

Já na parte final de nosso último capítulo, demonstramos as razões e as condições que contribuíram para o relativo sucesso do empreendimento em expansão territorial: há muito haviam críticas no município em razão do não cumprimento de compromissos financeiros por parte da destilaria e que, como



exemplificamos, pode ter sido utilizado para embasar justamente tal expansão territorial.

Por fim, gostaríamos de deixar como testemunho nossa compreensão de que a reestruturação do espaço com características produtivas têm sido articulada no decorrer dos anos, modificando-se ritmos e processos produtivos.

Foi assim no município estudado com a chegada da Nestlé, a estruturação do cerrado com os projetos agrícolas da década de 1960 e 1970, e agora com a expansão, nestes mesmos espaços, dos empreendimentos ligados ao capital sucroalcooleiro.

Trata-se, portanto, há muito tempo, de movimentos espiralados onde se concatenam tempo e espaço em sobreposições de atores e, com clareza, territorializações, desterritorializações e reterritorializações. No centro disso encontra-se o espaço transformado a cada novo empreendimento, interagindo com os sujeitos nele presentes em relações econômicas, culturais... religiosas até!

Só a título de ilustração, gostaríamos de demonstrar que esta dinâmica nunca cessará. Pode passar por períodos mais ou menos turbulentos, mas é o movimento, sempre, a dar a característica mais marcante das sociedades.

Neste exato momento em que redijo estas considerações finais, o município de Ibiá encontra-se novamente na pauta de discussões das mais variadas em relação ao seu espaço, tornado território por este ou aquele empreendimento. Outro grande projeto já acena no horizonte modificações e traz com esta a visão de outros debates.

Foi descoberta, na área rural do município, uma grande jazida de nióbio e os estudos que já vinham sendo realizados há muitos anos, agora ventilam informações de uma possível extração deste mineral.

A população novamente se divide entre opiniões favoráveis e desfavoráveis ao empreendimento, e como ocorreu quando da instalação da destilaria, justificam com as expectativas de que com a extração e tratamento do nióbio no município haveriam ganhos econômicos consideráveis.

Quem é contra, se justifica principalmente pelo medo de possíveis contaminações a ocorrerem com o tratamento do nióbio no município, ou mesmo com os impactos ao meio ambiente gerado pela mineração.

Novamente, um grande projeto já se delineia em um futuro próximo. Há aqueles que temem perdas, outros que anseiam benesses. Há o município e a utilização do campo para mais uma atividade econômica e haverá, em meio a tudo isso, velhas novas formas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos mais variados envolvidos.

O movimento espiralado entre espaço e tempo em uma construção social avança, ininterruptamente expondo as alterações, os contextos, os liames das ações, onde acertam os embates implicados nas perdas, nas conquistas, nas humanidades (?).

## REFERÊNCIAS

## 6.REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS; Campinas: UNICAMP, 1992.

ANDRADE, Manuel Correa de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida 6º ed. São Paulo: Livraria duas cidades, 1982.

CARLOS, Ana. Fani. Alessandri. *O Lugar*: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, Milton. et al.(org.) *O novo mapa do mundo - fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec/Anpur,1993. p.303-309.

CARLOS, Ana. Fani. Alessandri. *O lugar no/do mundo*. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CLAVAL Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: UFSC, 1999.

CORRÊA, Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo : Ática, 1989.

CUCHE, Denis. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru-SP: Ed. Universidade Sagrado Coração, 1999.

Dematteis, Giuseppe, Sistema Local Territorial (Slot): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Org.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. SP: Expressão Popular, 2008.

ENCONTROS DE CHATEAUVALLON. *Para uma utopia realista*: em torno de Edgar Morin. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

ENGELS, Friedrich. *Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.

FARIA, Arley Haley. *Territórios e Fé: usos e apropriações na formação de territorialidades dos grupos das religiões de matriz africana na cidade de Uberlândia/MG*. 82 f. Monografia (Graduação em Bacharelado em Geografia). Instituto de Geografia, UFU/Uberlândia, 2008.

FARIA, Arley Haley; SANTOS, R. J. *Territórios da Fé: as “estratégias” de criação de territórios pelos membros das religiões de matriz africana na cidade de Uberlândia, MG*. In: VI Encontro Interno de Iniciação Científica (Convênio CNPQ/UFU) e X Seminário de Iniciação Científica (Convênio FAPEMIG/UFU), 2006. Uberlândia, 2006.

FERREIRA, Alexandre Alves. *Êxodo rural no município de Ibiá entre as décadas de 1950 e 1970: a proletarização dos lavradores*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2002.

FRANÇA, Múcio. *O cerrado e a evolução recente da agricultura capitalista: a experiência de Minas Gerais*. 1984. 169f. Dissertação (Mestrado em Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) - CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1984.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

\_\_\_\_\_. *Saber local*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOTTMANN, Jean. *La politique des Etats et leur géographie*. Paris: Colin, 1952.

\_\_\_\_\_. *The significance of territory*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

HAESBAERT, Rogério. 1994. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. Identidades Territoriais. In: Corrêa, Roberto Lobato; Rosendhal, Zeny. (Org.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

\_\_\_\_\_. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. *Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia*. Curitiba: AGB, pp. 206-214.

\_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HOBBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. *Mundo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Os Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

IANNI, Octavio, *A Sociedade Global*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1992.

\_\_\_\_\_. *Estado e Capitalismo*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. *La Production de l'Espace*. Paris : Anthropos. 1986(1974).

LÉVY, J.; LUSSAULT, M. *Dictionnaire de La Géographie et l'espace social*. Paris: Belin.

LOURENÇO. Luiz. Augusto. Bustamante. *A Oeste das Minas: Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O Conceito de Espaço Rural em Questão. *Terra Livre*. São Paulo, ano 18, n.19, p.95-112, jul-dez.2002.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *O cativo da terra*. São Paulo: Ed. Ciência Humanas, 1981.

\_\_\_\_\_. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimento sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS. Tarcício José. *Quilombo do Campo Grande: A história de Minas roubada do povo*. São Paulo: Gazeta Maçônica, 1995.

PESSÔA, Verra. Lúcia. Salazar. *Ação do Estado e as transformações agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba (MG)*. 164 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP/Rio Claro, 1990.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert. *Human Territoriality. Its Theory and history*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SAINT HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Nacional, 1938.

SALIBE, A.C. *O Usineiro é Senhor de Engenho? A Influência das Mídias na Formação da Imagem do Empresário de Açúcar e Alcool na Região de Araçatuba/SP*. 2002. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Paulista, São Paulo, 2002.

SALIM, C. A. As políticas econômicas e tecnológicas para o desenvolvimento agrário das áreas de Cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. *Caderno de Difusão de Tecnologia*, Brasília, v.3,n.2, p.293-342, maio/ago. 1986.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec/EdUSP, 1978.

\_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Rosselvelt. José. *As humanidades do Cerrado na dialética da festa e do espetáculo*. 284 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo/USP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Empírica e Trabalho de Campo*: algumas questões acerca do conhecimento Geográfico. Revista Sociedade e Natureza, Uberlândia/MG, v.v.1p. 111-129, 1999.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão popular, 2007.

\_\_\_\_\_. *Agricultura familiar*: elementos teóricos de abordagem. Revista FazCiência, Francisco Beltrão, v.1, n.1, p. 90-98, 1997.

\_\_\_\_\_. *Colonização italiana e agricultura familiar*. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

\_\_\_\_\_. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

\_\_\_\_\_. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: SAQUET, Marcos; SPOSITO, Eliseu; RIBAS, Alexandre. *Território e desenvolvimento*: diferentes abordagens. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004. p.121-147.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec. 1996.

SEVERO, J. R. *O álcool, o Brasil e o mundo*. Disponível em: <[cna.org.br/site/down\\_anexo.php?q=E15\\_14622oalcooloBrasilomundo.pdf](http://cna.org.br/site/down_anexo.php?q=E15_14622oalcooloBrasilomundo.pdf)>. Acesso em 10 de out. de 2007.

SOJA, E. *Geografias Pós-modernas*: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

SPIX, J. B. e MARTIUS, K. F. P von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro : J. Zahar, 1976.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ZAMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVII*. São Paulo: Hucitec, 1990.